

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ELIANA DO SOCORRO DE BRITO PAIXÃO

**A REALIDADE SOCIOAMBIENTAL DE LARANJAL DO JARI/AP: SOLUÇÕES
APONTADAS POR MORADORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR**

UBERLÂNDIA/MG
2013

ELIANA DO SOCORRO DE BRITO PAIXÃO

**REALIDADE SOCIOAMBIENTAL DE LARANJAL DO JARI/AP: SOLUÇÕES
APONTADAS POR MORADORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas, Saberes e Práticas Educativas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Cunha.

Uberlândia/MG
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

-
- P149r Paixão, Eliana do Socorro de Brito, 1963-
2013 Realidade socioambiental de Laranjal do Jari/AP: soluções apontadas por
moradores na perspectiva da educação popular / Eliana do Socorro de Brito
Paixão. -- 2013.
193f. : il.
- Orientadora: Ana Maria de Oliveira Cunha.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.
1. Educação - Teses. 2. Educação popular – Laranjal do Jari (AP) - Teses. 3.
Cultura popular - Teses. I. Cunha, Ana Maria de Oliveira. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

ELIANA DO SOCORRO DE BRITO PAIXÃO

**REALIDADE SOCIOAMBIENTAL DE LARANJAL DO JARI/AP: SOLUÇÕES
APONTADAS POR MORADORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

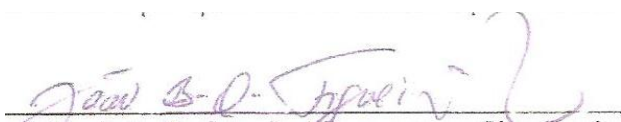
Linha de Pesquisa: Políticas, Saberes e Práticas Educativas.

BANCA EXAMINADORA


Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Cunha (Orientadora) – PPGED/UFU


Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares (Membro) – PPGEU/UFU


Profa. Dra. Elenita Pinheiro de Queiroz Silva (Membro) - PPGED/UFU


Prof. Dr João Batista de Albuquerque Figueiredo (Membro) - UFC


Profa. Dra. Ana Paula Bossler (Membro) – UFTM

Uberlândia/MG, 16 de dezembro de 2013.

À minha amada mãe, dona Dora, mulher aguerrida,
sábia e perseverante na labuta cotidiana, que a
despeito das adversidades no curso da vida assumiu
o desafio de conduzir sua família pelo exemplo. Este
trabalho é o reflexo de que seus ensinamentos,
conselhos, amor incondicional e presença constante,
têm sido inspiradores e fundamentais à minha
formação cidadã e científica.

Ao meu esposo Aluízio Sérgio e meus filhos Aluízio
Junior e André Felipe - família abençoada, pela
compreensão nos momentos de ausência e apoio
constante, sem os quais eu não teria forças para
realizar o sonho de cumprir mais esta fase da minha
vida.

Aos meus queridos irmãos e companheiros de todos
os momentos, Helton, Hilton, Eliane, Rildo, Elinea e
Ridson, tios, sobrinhos e cunhados, pelo apoio a
mim e à minha família, quando precisei me ausentar
de casa para cumprir etapas do curso.

A vocês dedico carinhosamente este trabalho,
expressão da minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Cunha, pessoa generosa, carinhosa, cuidadosa, de irretocável profissionalismo e exigente no momento certo, que aceitou orientar este trabalho, acreditando na sua relevância social. Sua disponibilidade e atenção, no decorrer desses quase quatro anos, contribuíram para que eu pudesse refinar ainda mais o meu entendimento sobre o que é, concretamente, ser um professor. Os nossos momentos de convivência, de muitas reflexões, instruíram-me, sobremaneira, na construção da tese e serão sempre lembrados com muito carinho.

Aos meus colegas do Curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Amapá pelo apoio e compreensão pelas ausências necessárias durante o doutorado e aos colegas de outros setores da Instituição e do DINTER, pela amizade e palavras de incentivo.

À CAPES/MEC e à UNIFAP pelo provimento de recursos financeiros e liberação para que eu pudesse cumprir parte do curso em Uberlândia.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED-UFU), que me concedeu a oportunidade de cursar o doutorado em Educação. Aos seus docentes pela atenção e fundamental contribuição para que eu pudesse descobrir como chegar ao final desta etapa da vida acadêmica, com o singelo sentimento do dever cumprido. A trajetória científica de cada um será fonte de inspiração para minhas futuras pesquisas.

Às professoras doutoras Beatriz Ribeiro Soares (PPGEO) e Gercina Santana Novais (PPGED) pelas valiosas contribuições no momento da qualificação do projeto de tese.

Aos moradores da cidade de Laranjal do Jari que dedicaram fração do seu tempo para participarem das atividades de campo que desenvolvi com eles na citada cidade e que foram fundamentais para este trabalho.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu concluísse esse trabalho com êxito, em especial, à minha amiga Rozilda Ferreira pela hospitalidade e apoio logístico na cidade de Laranjal do Jari por ocasião da realização da pesquisa de campo.

À cidade de Uberlândia e sua gente pela calorosa acolhida.

... os meus sinceros agradecimentos.

“Há nos oprimidos aspirações que não são proferíveis, porque foram consideradas improferíveis depois de séculos de opressão. O diálogo não é possível simplesmente porque as pessoas não sabem dizer: não porque não tenham o que dizer, mas porque suas aspirações são improferíveis.”

(SANTOS, [2007], p. 55)

RESUMO

A cidade de Laranjal do Jari, no estado do Amapá, tem sido historicamente afetada por incursões capitalistas, como o Projeto Jari, implantado na região em 1967. Demograficamente, é a terceira maior cidade do estado e concentra 94,9% da população do município que é de 39.942 habitantes. Sua extensão territorial é de apenas 32 km² dos 31.170,30 km² incorporados pelo município. O restante das terras foi destinado a parques, reservas e áreas privadas. A cidade emergiu como um núcleo denominado Beiradão, em razão da ocupação desordenada às margens do rio Jari, onde ainda habita grande parte dos moradores em casas construídas em forma de palafita, em áreas ambientalmente frágeis (várzea), configurando uma enorme favela fluvial, sujeita a sinistros do tipo incêndios e inundações. As precárias condições de moradia e a insalubridade ambiental visualizada no esgoto a céu aberto, na elevada densidade de resíduos sólidos, no depósito dos dejetos humanos sob as casas, na ausência de esgotamento sanitário, dentre outras mazelas, ratificam a pobreza que é da ordem de 46,2%. Essa situação, em larga medida, também é concreta nas áreas de terra firme da cidade. A situação ora apresentada me instigou a seguir pistas que me permitissem elucidar o seguinte problema: Quais foram as soluções pontadas por um grupo de moradores da cidade de Laranjal do Jari, à luz dos pressupostos da educação popular, para questões socioambientais locais, que possam subsidiar futuras ações governamentais? O trabalho teve por objetivo geral identificar e analisar soluções para questões socioambientais em Laranjal do Jari, apontadas por um grupo de moradores locais, à luz dos pressupostos da educação popular. A pesquisa se ancorou nos métodos histórico e dialético e se assentou na abordagem qualitativa. As atividades realizadas em campo foram moldadas no Círculo de Cultura e o tratamento dos dados coletados, inspirado na análise de conteúdo. Os sujeitos participantes são moradores da cidade de Laranjal do Jari dos bairros Sagrado Coração de Jesus, Malvinas, Agreste e Mirilândia. Dentre os resultados obtidos, a pesquisa apontou que as questões socioambientais, na cidade de Laranjal do Jari, são heranças da implantação do Projeto Jari e sua consolidação apresenta densa vinculação com a permanência desse projeto na região; ficou evidenciado nos depoimentos e debates em grupo a descrença na atuação do poder público que não consegue responder positivamente aos anseios da população; quando se trata de propor alteração no ambiente construído, é fundamental convocar quem conhece a realidade em que vive; o conhecimento da realidade expresso pelos moradores locais foi claramente evidenciado nas suas falas e os seus posicionamentos densamente críticos no que concerne à realidade posta; moradores foram buscar na poesia a liberdade de expressão diante da realidade vivenciada pelos mesmos.

Palavras-chave: Espaço urbano. Questões socioambientais. Educação popular. Participação popular. Cultura popular.

ABSTRACT

The city Laranjal do Jari, in the state of Amapá, Brazil, has been historically affected by capitalist enterprises, for example, with Jari Project, implemented in the area in 1967. Laranjal do Jari is the third biggest city in the state and it concentrates 94.9% of the population of the city, totalizing 39.942 inhabitants. Its total area is of only 12.355mi² (32 km²) out of the 12.035mi² (31.170,30 km²) incorporated by the city. The remaining lands were destined to parks, reservations and private areas. The city emerged as an urban center called *Beiradão* (which means in the dialect of the state of Amazonia an agglomeration constituted at the shores of a river) due to the disorderly occupation at the shores of Jari River, where a big portion of the citizens still live in stilt houses, located in fragile areas (*várzea* forests), creating a gigantic river slum prone to problems such as fires and floods. The poor living conditions plus hazardous environment observed in the open sewage, high amount of solids in the water, storage of human waste under the houses and lack of a sewage system among other ills, point the poverty, circles at around 46.20%. This situation is, quite often, also present in land areas of the city. The conditions presented here instigated me to do some survey in order to allow me to clarify the following issue: Which were the solutions pointed out by a group of citizens of Laranjal do Jari to solve these problems considering their popular assumptions to solve social and environmental issues, having in mind the purpose of allowing subsidies from future governmental actions? The main goal of the research was to identify and analyze solutions to the social and environmental issues in Laranjal do Jari, wherein these solutions pointed out by a group of local citizens in light of the assumptions of the popular education and allowing future governmental actions in terms of subsidizing. The research was based in the historical and dialectical methods and focused in the qualitative approach. The activities held in the field were conceived at the *Círculo de Cultura* and the processing of data was inspired in content analysis. The individuals that participated in the research were citizens of Laranjal do Jari, specifically from the following neighborhoods: *Sagrado Coração de Jesus*, *Malvinas*, *Agreste* and *Mirilândia*. Among the results, the research showed that the social and environmental issues in Laranjal do Jari were inheritances from the implementation of Jari Project and its consolidation represents a direct relation to the permanence of the project in the area. It became evident in the statements and group debates a general disbelief in the actions of the government, considered to be incapable to respond positively to the worries of the population. When it comes to propose changes in the built environment, it is vital to hear from those who know the situation that they live in, and such knowledge was clearly expressed by the local citizens through their statements and highly critical positions towards the current reality, so much so that the citizens went on to search in poetry the freedom of speech to face the reality seen by them.

Key-words: Urban space. Social and environmental issues. Popular education. Popular participation. Popular culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1	Localização do município de Laranjal do Jari	19
MAPA 2	Bairros da cidade de Laranjal do Jari/AP selecionados para pesquisa de campo	49
FIGURA 1	Rodas de conversa nos bairros	59
MAPA 3	Localização do Projeto Jari	69
FIGURA 2	<i>Company Town</i> de Monte Dourado/PA e cidade de Laranjal do Jari/AP	75
FIGURA 3	Ocupação ribeirinha tradicional	79
FIGURA 4	Exemplo de vegetação pioneira	80
MAPA 4	Áreas que compõem o município de Laranjal do Jari	81
MAPA 5	Cidade de Laranjal do Jari	90
GRÁFICO 1	População do município de Laranjal do Jari	92
FIGURA 5	Mazelas socioambientais em Laranjal do Jari	93
FIGURA 6	Condições de moradia e saneamento básico	97
FIGURA 7	Palafitas nas áreas de várzea na cidade de Laranjal do Jari	99
QUADRO 1	Sinistros ocorridos na cidade de Laranjal do Jari	100
FIGURA 8	Atividades realizadas com moradores no decorrer da elaboração do PDP	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACILAJA	Associação Comercial e Industrial de Laranjal do Jari
AMARTE	Associação de Mães Artesãs do Vale do Jari
CADAM	Caulim da Amazônia
CAEMI	Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração
CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá
CIRJ	Centro Industrial do Rio de Janeiro
COOPHARIN	Cooperativa de Artefatos Naturais do Rio das Castanhas
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPRM	Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais
FIRJAN	Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GTZ	<i>Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit</i> (Agência Alemã de Cooperação Técnica)
HIS	Habitação de Interesse Social
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S/A
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MCP	Movimento da Cultura Popular
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDP	Plano Diretor Participativo
PNMT	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG7	Programa Piloto do Grupo dos Sete Países Industrializados
PROEXT	Programa de Extensão
RDS	Reserva de desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru
RESEX	Reserva Extrativista
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
TCR	Taxa de Coleta de Resíduos
UC	Unidade de Conservação
UFAC	Universidade Federal do Acre
UnB	Universidade de Brasília
ZEE	Zoneamento Econômico Ecológico

SUMÁRIO

1	APRESENTANDO A PESQUISA	15
1.1	Contextualização da área de estudo	15
1.2	O encontro com o objeto de estudo e o tema	17
1.3	Justificativa	19
1.4	Problema, objetivos e hipótese	22
1.5	Metodologia	23
1.6	Suporte Teórico	23
1.7	Relevância	40
1.8	Estrutura da tese	42
2	A TRAJETÓRIA DA PESQUISA	43
2.1	Caminho metodológico	43
2.1.2	Abordagem da pesquisa	46
2.2	Procedimentos metodológicos	48
2.2.1	Consulta bibliográfica	48
2.2.2	Pesquisa de campo	48
2.2.3	Atividades pedagógicas utilizadas na pesquisa para coleta dos dados	54
2.2.4	Organização e análise dos dados	60
3	LARANJAL DO JARI: A DINÂMICA URBANA E AS IMPLICAÇÕES DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS LOCAIS	62
3.1	O Projeto Jari e sua influência no cenário investigado	63
3.2	A nacionalização do Projeto Jari	72
3.3	Constituição do município de Laranjal do Jari: contradições entre o rural e o urbano	76
3.4	Morfologia urbana de Laranjal do Jari	90
3.5	Questões socioambientais urbanas: a face inóspita da cidade vivida por seus moradores	94
3.6	A experiência de educação popular na elaboração do Plano Diretor do município de Laranjal do Jari: aspectos metodológicos	102
3.6.1	Algumas lições apreendidas nessa experiência	113
4	O OLHAR DOS MORADORES SOBRE A CIDADE DE LARANJAL DO JARI	118

4.1	Leitura da cidade	118
4.1.1	As causas e efeitos dos problemas socioambientais (moradia, água, esgoto)	119
4.1.2	O papel da gestão pública	130
4.1.3	A cultura popular refletida em expressões da vida cotidiana	141
4.2	Soluções para questões socioambientais apontadas por moradores	154
4.2.1	De caráter operacional	154
4.2.2	De caráter educacional	162
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
	REFERÊNCIAS	182
	APÊNDICE A – Carta de cessão de direitos de publicação - participação em oficinas	192
	APÊNDICE B - Carta de cessão de direitos de publicação – Entrevista	193

1 APRESENTANDO A PESQUISA

1.1 Contextualização da área de estudo

O estado do Amapá tem um histórico de forte influência capitalista na sua dinâmica urbana. Essa influência remete à década de 1940 quando o modelo federalista converte o Amapá em Território Federal (PORTO, 2003). O primeiro grande empreendimento que figurou na trajetória histórica do estado foi a Indústria e Comércio de Minérios S.A – ICOMI, em 1953. Empresa brasileira de médio porte que, em 1947, recebeu autorização do Governo Federal para pesquisar e explorar o minério de manganês, em Serra do Navio, por 50 anos. Esse empreendimento atraiu significativo contingente populacional que se instalou ou na capital, ou em núcleos urbanizados construídos nos distritos de Santana e Serra do Navio, que em décadas posteriores se tornaram municípios. A partir de então, desencadeia-se uma campanha para atrair outros grandes empreendimentos para a região, com oferta de atrativos relativos à infraestrutura e renúncia fiscal.

Em 1988 o Amapá passou à condição de estado, e as incursões continuaram com mais intensidade. O referido estado continua sendo um atrativo ao capital privado, especialmente pela sua posição geográfica e suas riquezas naturais, a despeito de ser um estado novo, em construção. Atualmente, grandes empresas estão instaladas em diversos municípios com foco na exploração de recursos naturais, basicamente, minerais (ferro, caulim, dentre outros), e, recentemente, implantação de hidrelétricas. Algumas dessas hidrelétricas estão instaladas na periferia da área urbana, como é o caso do município de Ferreira Gomes e Laranjal do Jari. Esse último novamente está vivendo esse momento com a construção da Hidrelétrica de Santo Antônio. O impacto é notável, sobretudo em relação ao adensamento populacional nutrido pelo fluxo de pessoas oriundas de diversas regiões em busca de emprego e renda.

Para Lefebvre (2006), cada cidade tem uma história e toda história uma consequência. Em se tratando particularmente do estado do Amapá, em geral, tais consequências são perversas e de difícil solução. Além dos problemas sociais, espaciais e ambientais, as explosões com dinamite no leito do rio, no caso de Ferreira Gomes, impactam a cidade, particularmente as edificações que têm sua estrutura comprometida por conta de rachaduras. Em relação a Laranjal do Jari, um de seus mais apreciados patrimônios naturais, a cachoeira de Santo Antônio, foi extinto e virou um paredão de pedras.

As consequências das incursões capitalistas estão por toda parte, não apenas no seu entorno, pois as políticas governamentais além de serem, em larga medida, descoladas da realidade, não equacionam as demandas sociais a contento, as quais são ampliadas, também, em função desse movimento. Dessa forma, os problemas do tipo desemprego, favelização, criminalidade e cinturões de pobreza se tornam cada vez mais densos e contínuos.

A capital, Macapá, também é afetada, uma vez que assume grande parte das demandas sociais. O inchaço populacional é inevitável, com isso emergem novos núcleos urbanos, novos municípios, por vezes com a sua capacidade de absorção populacional esgotada. Parte dessa massa populacional não consegue colocação profissional e se assenta nas condições mais adversas possíveis (MARICATO, 2001). Essa forma de ocupação representa “[...] a outra face dos grandes empreendimentos econômicos e são marcadas pela precária qualidade de vida que caracteriza os centros urbanos na Amazônia” (TRINDADE JUNIOR; ROCHA, 2002, p. 17).

De 1950 a 1960, a população de Macapá cresceu 127%, atingindo em 1970 um aumento de 318% em relação a 1950, indicando dessa forma a origem dos problemas sociais que ainda nos tempos atuais são evidentes. Em 2010, cotejando com o ano 2000, observa-se que esse crescimento ainda é elevado (Tabela 1).

Tabela 1 - População do estado do Amapá (1991/2010)

Municípios	1991 População	2000 População	Tx. Cresc. 2000-1991	2007 População	2010 População	Tx. Cresc. 2010-2000
Serra do Navio	...	3.293	...	3.769	4.380	33,01
Amapá	8.075	7.121	(11,81)	7.488	8.069	13,31
Pedra Branca do Amapá	...	4.009	...	7.337	10.772	168,70
Calçoene	5.177	6.730	30,00	8.656	9.000	33,73
Cutias	...	3.280	...	4.329	4.696	43,17
Ferreira Gomes	2.386	3.562	49,29	5.092	5.802	62,89
Itaubal	...	2.894	...	3.439	4.265	47,37
Laranjal do Jari	21.372	28.515	33,42	37.491	39.942	40,07
Vitória do Jari	...	8.560	...	10.765	12.428	45,19
Macapá	179.737	283.308	57,62	344.194	398.204	40,56
Mazagão	8.911	11.986	34,51	13.863	17.032	42,10
Oiapoque	7.555	12.886	70,56	19.181	20.509	59,16
Porto Grande	...	11.042	...	13.965	16.809	52,23
Pracuúba	...	2.286	...	3.274	3.793	65,92
Santana	51.451	80.439	56,34	91.615	101.262	25,89
Tartarugalzinho	4.693	7.121	51,74	12.498	12.563	76,42
Total	289.357	477.032	64,86	586.956	669.526	40,35

Fonte: Censos Demográficos de 1991/2010 (IBGE, 1991/2000;2007; 2010), adaptado por Eliana Paixão (2012).

Observando a tabela 1, verifica-se que 75% dos municípios apresentam crescimento populacional acima de 40% em 2010. A população do estado também cresceu 40,35%, superando Roraima (39%) e Acre (31%). Em relação à média nacional (12,3%), o crescimento foi 228% maior. No que diz respeito a Laranjal do Jari, verifica-se que o incremento populacional foi de 40,07%, mas espera-se que nos próximos anos esse número seja mais elevado, pois esse município também abriga a instalação de uma hidroelétrica que está em fase inicial de construção.

Tanto em Pedra Branca do Amapari quanto em Ferreira Gomes e Laranjal do Jari, há tendência de ampliação da favelização e de vulnerabilidade social, em função do aumento populacional decorrente do advento dos citados empreendimentos. Seguindo essa trilha, cumpre salientar que municípios como Serra do Navio, em que pese a presença de projetos de grande porte, não têm logrado benefícios socioambientais urbanos, ao contrário, o inchaço populacional e os problemas socioambientais estão se intensificando.

No estado do Amapá, observa-se um paradoxo, pois possui substanciais problemas socioambientais, a despeito de ser considerado um dos estados mais preservados do Brasil, com 74% de áreas destinadas a parques, unidades de conservação e terras indígenas. Em alguns municípios esse índice atinge 99,99% como é o caso de Laranjal do Jari.

1.2 O encontro com o objeto de estudo e o tema

O interesse por esse objeto de estudo foi gestado no decorrer da pesquisa de campo para dissertação de mestrado (2006/2007), quando realizei contatos com a população da cidade de Laranjal do Jari e seus problemas socioambientais. À época estava em curso a elaboração do Plano Diretor do município, pelo Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia da UNIFAP, coordenado por meu orientador Prof. Dr. José A. Tostes, no qual fui inserida. A minha dissertação versou sobre toda a trajetória de elaboração do referido plano, com foco em suas contribuições e alternativas aos problemas urbanos das áreas de várzea. No decorrer da realização da minha pesquisa, as diversas visitas à referida cidade possibilitaram a aproximação com a comunidade, conhecer a realidade local e do entorno, nas mais diversas dimensões, inclusive socioambiental.

O mestrado me oportunizou também, em 2007, concorrer e ser aprovada a uma das vagas ofertadas para alunos de pós-graduação da América do Sul, no curso denominado

Academia Amazônica, ministrado na Universidade Federal do Acre - UFAC, patrocinado pelo Ministério do Meio Ambiente e a Cooperação Técnica Alemã – GTZ. O curso teve carga horária de 120 horas (08 créditos) e como tema: “Tópicos Especiais: teoria e prática para a construção de uma Amazônia sustentável”. Esse curso foi extremamente rico em práticas e calorosas discussões em torno das problemáticas ambientais planetária e de Rio Branco (AC). Tive aulas com professores com larga experiência nas temáticas abordadas e reconhecimento internacional, dentre esses: Luis A. Oliveros - Coordenador de Meio Ambiente, da OTCA; Dr. Paul E. Little - Departamento de Antropologia (UnB); Kátia Matteo - Consultora GTZ na área de ZEE da Amazônia legal; MCT; PPG7; Carlos Nobre - INPE. Realizamos estudos em colocações de seringais no interior da floresta, relacionados aos sistemas de manejo no extrativismo do látex e da madeira. Realizamos, também, observações na fronteira Brasileira/Epitaciolândia/AC-Brasil/Cobija-Bolívia, para conhecer interações transfronteiriças e urbanas que envolvem os dois países. Foram 20 dias de intensos estudos e de valorosa convivência com alunos brasileiros e estrangeiros. Além do crescimento intelectual, permitiu o estreitamento de relações com outras culturas para além dos muros da academia.

No mesmo ano, tive a oportunidade de atuar como monitora no projeto intitulado: “Universidade Federal do Amapá e os agentes sociais na orientação das populações ribeirinhas da cidade de Laranjal do Jari: abordagem na área de saneamento ambiental” (TOSTES, 2007). Esse projeto integrou o Programa de Extensão na área de Saneamento Ambiental, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério das Cidades, denominado PROEXT/ MEC/ CIDADES. O objetivo foi capacitar cidadãos do município de Laranjal do Jari para compreenderem a relação com o meio natural, a problemática socioambiental e os impactos na espacialidade da cidade. Foi uma experiência gratificante, pois o projeto reuniu alunos de graduação, professores das redes municipal e estadual, pessoas da comunidade e outros agentes sociais.

Todos esses projetos que participei em Laranjal do Jari e a condição de docente na Universidade Federal do Amapá me instigaram a ampliar os estudos para tese de doutorado. Sou graduada em Ciências Contábeis, vinculada ao curso de Secretariado Executivo e mestre em Desenvolvimento Regional na linha Planejamento Urbano Regional. O tema da tese é Educação Popular e se articula com a linha de pesquisa “Políticas, Saberes e Práticas Educativas” do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia, do qual sou aluna. O objeto de estudos se refere às questões socioambientais da cidade de Laranjal do

Jari/AP, onde desenvolvi atividades com as comunidades no sentido de aprofundar as discussões com as mesmas acerca de dessas questões.

1.3 Justificativa

A cidade Laranjal do Jari, sede do município de Laranjal do Jari (Mapa 1) no estado do Amapá, na qual foi realizada a pesquisa, assim como em grande parte das cidades brasileiras, tem sido historicamente afetada por incursões capitalistas de vultoso porte econômico, que ainda nos dias atuais influencia significativamente na sua configuração urbana e nas circunstâncias de vida da população local. Sua constituição coincide com a implantação do Projeto Jari, em 1967, no município de Almeirim (PA), onde foi implantada a *Company town*¹ de Monte Dourado. O referido município foi institucionalizado em 17 de dezembro de 1987. Sua sede é a terceira cidade do estado do Amapá em população, concentrando 94,9% da população do município que é de 39.942 habitantes (IBGE, 2010).

MAPA 1 - Localização do município de Laranjal do Jari



Fonte: Google Earth (2013), editado por André Felipe Brito Araújo.

¹ Assentamento planejado com sistema completo de infraestrutura, construído para abrigar mão de obra empregada em grandes empreendimentos privados (TOSTES, 2006).

Quanto à extensão territorial, o município possui 31.170,30 km², dos quais apenas 32 km² foram destinados à área urbana, o que representa menos de 1% da área total do mesmo, o restante foi destinado a parques, reservas e áreas privadas. A distância da capital do estado é de 265 km (CPRM, 1998), e o acesso se dá por meio de transportes fluviais, rodoviários pela BR - 156 sem pavimentação asfáltica, e aéreos, este último sem voos regulares.

Situa-se na faixa de fronteira internacional, e limita-se ao norte com o Suriname, Guiana Francesa e Oiapoque; à leste com os municípios de Mazagão e Pedra Branca do Amapari; ao sul com o município de Vitória do Jari; e, à oeste com Almeirim – distrito de Monte Dourado-PA, este último não está identificado no Mapa 1, mas localiza-se em frente à cidade de Laranjal do Jari.

A despeito de ser considerado um dos municípios mais preservados do estado, a restrita área urbana de Laranjal do Jari revela implicações em diversos segmentos, desencadeadas pelo intenso fluxo migratório. A cidade emergiu como um núcleo denominado Beiradão, em razão da ocupação desordenada às margens do rio Jari, onde ainda habita grande parte dos moradores. A maioria das casas foi construída em forma de palafita, em áreas ambientalmente frágeis (várzea), configurando uma enorme favela fluvial, sujeita a sinistros do tipo incêndios e inundações.

São agravantes recorrentes e que suscitam ampliação do bolsão de pobreza, além das preocupantes consequências em face das precárias condições de salubridade, pois o esgoto está a céu aberto, há intensa densidade de resíduos sólidos, além de depósito dos dejetos humanos sob as casas e entorno, contribuindo para ampliar a incidência de risco de doenças, além da proliferação de insetos, roedores e outros vetores de doenças.

O Mapa de Pobreza e Desigualdade formulado pelo IBGE em 2003 (dado mais recente), que tomou por base o censo de 2000, e a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003 ratificaram esse índice ao apontar a incidência da ordem de 46,20% (IBGE, 2003), o que significa que a pobreza continuou elevada. A elevada incidência de pobreza na cidade em tela também foi revelada por ocasião do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) por duas razões: de um lado, a renda per capita para a área urbana foi mensurada em R\$ 282, 86 ou US\$164,45², para a área rural R\$ 183,33 ou US\$ 106,59; de outro, a pesquisa acusou que

² A cotação do dólar adotada foi de US\$ 1,720 que corresponde à média do período de Ago a Out/2010, quando o IBGE realizou o Censo de 2010. Disponível em: < <http://www.acinh.com.br/servicos/cotacao-dolar>>. Acesso em: 22 fev. 2014. Adaptado pela pesquisadora.

40% dos entrevistados afirmaram que não têm rendimento, o que instiga a reflexão sobre as circunstâncias de sobrevivência dessas pessoas, em que o sustento da família é uma incerteza sem uma remuneração formalizada. Dos que têm renda, 51,28% recebem até um salário mínimo, os que ganham de um a três salários representam 37,87%, os que recebem acima de três salários mínimos representam 10,88%.

A despeito da precária condição de moradia e acesso a serviços públicos, a citada cidade coaduna todos os tipos de mazelas socioambientais, decorrente da ausência de saneamento básico. A água é fornecida e acondicionada de forma inadequada, por vezes acessada de forma clandestina e não há esgotamento sanitário, banheiros são externos e há depósitos significativos de lixo sob as casas. Essa é uma condição recorrente e concreta também em áreas de terra firme, parte mais recente da cidade.

No que diz respeito ao abastecimento de água, a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), revelou que o município de Laranjal do Jari é atendido por rede de distribuição, mas a qualidade está comprometida. O tratamento foi considerado parcial somente para desinfecção. Recebem tratamento 11.750 m³, enquanto que 2.474 m³ (17%) não recebem tratamento (IBGE, 2008).

Quanto à coleta de lixo, a PNSB apontou que há manejo de resíduos sólidos (IBGE, 2008), entretanto, não consegui a comprovação desse dado, o que se sabe é que há um lixão onde o lixo coletado pela prefeitura, na área urbana, é depositado. Ou seja, o depósito do lixo urbano é acondicionado de forma inadequada em um vazadouro a céu aberto, distante 6 km do perímetro urbano (PAIXÃO, 2008), onde a população do entorno convive com condições de risco iminente. É importante salientar que há a coleta de lixo domiciliar, porém, de acordo com IBGE (Ibid), a coleta seletiva também não existe, nem no âmbito do estado do Amapá.

A despeito dessas circunstâncias, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM em 2010 (PNUD, 2010) atingiu o nível de 0,665, superando o do ano de 2000 em 38,25%. Saltou da condição de baixo (até 0,499) para médio desenvolvimento. Em relação ao Brasil está 8,53% inferior e em relação ao estado do Amapá, 6,07%. A longevidade foi o parâmetro que mais influenciou positivamente, e a educação foi o índice mais baixo dentre os que são considerados no cálculo desse índice.

O IDHM foi cotejado com o índice FIRJAN (2010), que avalia o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Esse índice também acusa médio desenvolvimento para Laranjal do Jari, embora alguns parâmetros não sejam os mesmos do IDHM. Apesar desse resultado,

considero que os parâmetros são insuficientes para tal avaliação, pois as condições de moradia e sanitárias não são consideradas nessa avaliação, entretanto servem de indicadores para reflexões acerca das questões postas.

1.4 Problema, objetivos e hipótese

As circunstâncias relatadas me instigaram a desenvolver a pesquisa, seguindo pistas de investigação que me permitissem elucidar o seguinte problema: Quais foram as soluções apontadas por um grupo de moradores da cidade de Laranjal do Jari, à luz dos pressupostos da educação popular, para questões socioambientais locais, que possam subsidiar futuras ações governamentais?

Nesse sentido, o trabalho teve por objetivo geral identificar e analisar soluções para questões socioambientais em Laranjal do Jari, apontadas por um grupo de moradores locais, à luz dos pressupostos da educação popular. Esse objetivo se assenta em pressupostos da educação popular, tendo em vista que se trata de uma investigação realizada no ambiente de vivência dos moradores da cidade de Laranjal do Jari. Está sustentado em aspectos históricos do processo de ocupação do lugar e suas consequências, como também na dinâmica social que se estabelece continuamente, desde a sua gênese. Diz respeito, portanto, a questões situadas no espaço urbano local desde a sua gênese, que refletem as circunstâncias ainda vivenciadas por seus moradores.

Tal objetivo se desdobrou nos seguintes objetivos específicos:

- Compreender a dinâmica urbana a partir de fatos históricos e atuais e seus problemas socioambientais;
- Demonstrar as experiências de educação popular vividas por moradores na construção do Plano Diretor;
- Verificar a leitura dos moradores sobre a cidade e o contexto urbano, como vivem e tratam o ambiente vivido no que tange às questões socioambientais locais.

A hipótese elaborada ao projeto de tese era de que: os moradores de Laranjal do Jari, quando instigados, sabem identificar e propor soluções para solucionar as questões socioambientais prevalentes.

1.5 Metodologia

A pesquisa está ancorada nos métodos histórico (*PEREZ et al.*, 1996; *MENDIOLA; ZERMEÑO*, 1998; *GAMBOA*, 2007) e dialético (*GAMBOA*, 2007; *GIL*, 2008) como caminhos trilhados à elucidação do objeto de estudo, tendo em vista que, para compreender a situação corrente na cidade de Laranjal do Jari, é preciso recorrer à sua história tecida em décadas anteriores. O olhar crítico é fundamental nesse percurso, como também se revelou útil nas atividades realizadas em campo com moradores locais, como também o meu olhar sobre aquela realidade.

A pesquisa se sustentou na abordagem qualitativa (*LAVILLE; DIONE*, 1999; *BOGDAN; BIKLEN*, 1994; *ANDRÉ*, 2008). As atividades realizadas em campo foram moldadas tomando como suporte o “Círculo de Cultura” (*FREIRE*, 1967) idealizado por Paulo Freire porque, na minha compreensão, revelava-se mais adequado para o tipo da pesquisa que seria realizada. A análise dos dados coletados foi inspirada na análise de conteúdo (*BARDIN*, 2010). Os sujeitos participantes da pesquisa foram moradores da cidade de Laranjal do Jari dos bairros Sagrado Coração de Jesus, Malvinas, Agrestes e Mirilândia, os quais foram instigados a se manifestarem a partir da projeção de imagens da cidade e respectivos bairros, o que culminou em algumas leituras da cidade e em proposições para equacionamento de questões socioambientais locais.

1.6 Suporte teórico

O referencial teórico do qual me apropriei para fundamentar a pesquisa discute campos temáticos que se interconectam com as questões socioambientais urbanas e suas implicações. Todos os autores utilizados ofereceram um arcabouço teórico metodológico importante para minha compreensão epistemológica. Dentre esses destaco alguns que tratam sobre: espaço urbano, meio ambiente e questões socioambientais; educação, participação e cultura popular.

A tese se desenrola no espaço urbano. Esse é um campo complexo de ser elucidado em face das peculiaridades que envolvem o ambiente, as relações que se estabelecem e movem a dinâmica urbana, nas quais se entrelaçam as questões socioambientais. Para melhor

compreender essa complexidade, apropriei-me das concepções de alguns autores que formulam concepções similares ou que se complementam dentre esses Castells (2000; 2005), Correa (2005), Lefebvre (2006) e Acsehrad (2004).

Castells (2000) percebeu a complexidade do espaço urbano, entendendo que o processo de ocupação está vinculado às relações de produção e estrutura de poder na sociedade capitalista. Segundo esse autor, um conjunto de processos ecológicos associado à densidade populacional e ao fluxo migratório, à concentração de atividades, à mobilidade e acessibilidade e à segregação suscitada pelo capitalismo promove a dinâmica urbana; e a interação entre esses elementos produz a complexidade da qual se refere Castells.

Correa (2005) entende que o espaço urbano é fragmentado, mas que, a despeito disso, há interação e articulação socioeconômica entre tais fragmentos. O autor reconhece que há impactos por diferentes usos e relações sociais e que o processo de reconfiguração está relacionado à ação dos agentes sociais. Aponta ainda alguns componentes que induzem a reconfiguração espacial urbana como, por exemplo: a incorporação de novas áreas, o intenso uso do solo, a degradação espacial, a renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

Castells (2005) reforça que o ambiente construído é herança de estruturas socioespaciais anteriores e que o fluxo social determina a forma e o período da organização social. Assim o espaço urbano se configura e se reconfigura, as práticas capitalistas são nutridas e sustentam a perpetuação de políticas excludentes.

Lefebvre (2006) também discute esse espaço. Porém, diferencia a cidade do urbano mesmo compreendendo que são indissociáveis. Para esse autor, a cidade é obra que ele denomina de morfologia material. Também é movida pela produção e pelas relações sociais e, que por essa razão, a cidade tem uma história e é movida pelo processo histórico. Essas relações é que compõem o urbano que ele chama de morfologia social, pois, segundo ele, são relações a serem concebidas, construídas e reconstruídas pelo pensamento, engendrando um fluxo social que permeia a cidade e do qual a mesma se descola. Situa ainda as formas de ocupação e da dinâmica urbana que conduzem o núcleo urbano, por vezes, a condições inóspitas, apodrecendo-o ou até mesmo rechaçando-o. Ao mesmo tempo em que reconhece que as pessoas não gozam do direito pleno à cidade pela ausência de liberdade, de individualização e de habitar.

Acsehrad (2004), por sua vez, acrescenta um elemento muito presente na realidade

amazônica e em Laranjal do Jari que é a instalação de grandes empreendimentos privados. Essa política desenvolvimentista se desdobra, segundo esse autor, no estado de degradação do espaço urbano que ele chama de meio ambiente, associando ao adensamento populacional que se materializa no entorno. Segundo ele, por vezes esses empreendimentos se instalam em locais que não têm capacidade para abarcar o inchaço populacional, ampliando os problemas socioambientais e engendrando conflitos.

Segundo Acsehrad (2004), estudar os conflitos ambientais é uma tentativa de dar visibilidade sobre os mesmos aos distintos atores sociais, ampliando o debate sobre infraestruturas urbanas. O mesmo considera que não é possível segregar a sociedade do meio ambiente, pois o ambiente se constitui de objetos com traços culturais e históricos, os quais se fundamentam pela intrínseca presença humana. Para esse autor,

[...] todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio interagem e conectam-se materialmente e socialmente seja através das águas, do solo ou da atmosfera. Esse caráter indissociável do complexo formado pelo par sociedade - meio ambiente justifica pois, o entendimento de que as sociedades se reproduzem por processos socioecológicos (Ibid, p. 7-8).

Reigota (2004), seguindo nessa mesma linha, alerta para o real sentido de meio ambiente, salientando que envolve múltiplas formas de vidas e relações, as quais se entrelaçam às problemáticas socioambientais. As relações dinâmicas citadas pelo autor implicam constante mutação, resultante da dialética das relações entre grupos sociais e o meio natural e construído, desencadeando processo de criação permanente, que estabelece e caracteriza culturas em tempo e espaços específicos.

Sobre o termo “socioambiental”, no decorrer dos meus estudos não identifiquei um conceito formado. Diante da diversidade de usos, busquei nas concepções os autores que tratam da constituição do espaço urbano e sua dinâmica, como aqueles que utilizo neste trabalho e já citados, um entendimento para o termo. Considerando que a sociedade integra o ambiente e que esse não se dissocia das relações sociais e do conjunto ecológico que o permeia, e que nesse contexto emergem possibilidades de solução manifestadas pela população afetada, entendo que as questões que envolvem sociedade e ambiente são de

natureza socioambiental. É nesse sentido que o termo é utilizado no curso da pesquisa.

Essa forma de entender o meio ambiente é ratificada por Carvalho (2008) que argumenta que não se separa ambiente natural do ambiente social. Isso remete à compreensão de que sociedade e meio ambiente estão entrelaçados, não sendo possível tratá-los de forma segregada um do outro.

Acsegrad (2004), afirma que a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva, porém nem sempre considerada nos debates públicos. E que os conflitos decorrem de injustiça social e distorções de natureza econômica, sendo o uso do solo um dos principais indutores desse processo com múltiplos desdobramentos, especialmente relativo à ocupação irregular.

Costa e Braga (2004, p. 195) salientam que:

Para além da aparente oposição ou conciliação entre o urbano e o ambiental no campo das políticas públicas e práticas urbanas, o que se encontra nas entrelinhas da questão [...] é um amplo campo de conflitos sociais em torno do uso e apropriação do território e dos elementos sociais, bióticos e abióticos do espaço urbano.

São nítidos os reflexos dessa interferência, acentuando-se a precarização da qualidade de vida das pessoas e a desorganização da configuração espacial urbana. Isso remete à fomentação e ampliação dos conflitos, das contradições, como também das desigualdades socioambientais.

Sobre a educação popular no Brasil, também trago alguns autores que me auxiliaram na compreensão sobre essa temática:

Strech (2010) considera como marco inicial a década de 1960, devido à insurgência de movimentos sociais e à calorosa mobilização popular à época. Um dos focos de reivindicação era educação, com maior ênfase à alfabetização de adultos, destacando-se o projeto de Paulo Freire em Angicos (1963), no Rio Grande do Norte. Na esteira dessa mobilização, outros movimentos foram desencadeados, culminando no Movimento de Cultura Popular – MCP, criado pela Prefeitura de Recife; a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, instituída pela Prefeitura de Natal; e o Movimento de Educação de Base – MEB, fundado pela

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em convênio com o governo federal.

Na formulação de Beisiegel (2004), as primeiras manifestações em torno da instrução popular partem da elaboração do projeto da Constituição de 1823, com proposições ousadas para a instrução do povo na perspectiva de modelar os homens comuns às exigências de uma nova sociedade. A Constituição de 1824, a qual, concretamente, prevaleceu como instrumento jurídico, contemplou essa temática, mas, segundo esse autor, de forma genérica.

Beisiegel (2004) salienta que ambas as constituições serviram de subsídio à lei de 15 de outubro de 1827, que prescrevia a criação das escolas de primeiras letras, consideradas necessárias em todas as cidades, vilas e vilarejos com vultoso adensamento populacional no país. Entretanto, o reconhecimento legal dos direitos do cidadão “[...] à educação elementar e as disposições quanto à criação das escolas de primeiras letras, no entanto, não criavam, por si sós, as condições imprescindíveis à implantação da instrução ‘popular’ no país” (Ibid, p.15). Essa lei, segundo o referido autor, não logrou de efetividade nesse aspecto, por questão de natureza econômica, técnica e política, somada à incapacidade do governo em organizar a educação popular no país. Diz o mesmo autor que, após 1827, nenhuma outra lei geral sobre educação popular foi promulgada no Império ou na Primeira República (1889 a 1930).

A educação popular também denominada educação do povo, de acordo com Beisiegel (2004), seria destinada a dar continuidade de estudos àqueles que se inseriam ao sistema educacional interrompido nos primeiros níveis de escolaridade. “Trata-se de uma educação concebida pelas “elites” com vistas à preparação do ‘povo’ para a realização de certos fins” (Ibid, p. 42). Por essa razão, a educação popular prescrita nesses textos constitucionais figurava na perspectiva da Educação Formal.

Retomando o enfoque de educação popular para o povo, Streck (2010) salienta que a América Latina foi onde mais cedo se evidenciaram os movimentos de resistência e de exercício da cidadania. A guisa de exemplo, o Orçamento Participativo de Porto Alegre e o Fórum Social Mundial, sendo este um marco na América Latina, na medida em que nesse evento se discute alternativas que se contrapõem ao pensamento totalitário imposto pela globalização das economias.

Paiva (2010) advoga que uma das mais importantes características da educação popular é “[...] a sua emergência histórica como um movimento de educação ou educação em estado de movimento, em que política, teórica e metodologicamente a educação quer ser uma transgressão de si mesma. [...]” (Ibid, p.142). Entretanto, afirma a autora que a educação

popular, no decorrer de múltipla experiência, evoluiu, e não se restringe a ser vivida como um movimento em si mesmo, dirigido a grupos específicos de categorias e de sujeitos populares, mas está a serviço da sociedade no seu contexto de vivência. Seria nos moldes de uma educação para transformação.

Segundo Freire (2011), a educação problematizadora, libertadora, implica em constante desvelamento da realidade. Amplia o olhar crítico, liberta, estimula a criatividade e a reflexão sobre a realidade. Ancora-se na historicidade dos homens, razão pela qual está sempre em construção. Sobre esse prisma, os homens são considerados seres inconclusos, inacabados. “Para a educação problematizadora, enquanto um quefazer humanista e libertador, o importante está em que os homens submetidos à dominação lutem por sua emancipação” (FREIRE, 2011, p.105).

Wanderley (2010) também manifestou as suas contribuições quando apresentou algumas características da educação popular. Para ele se trata de uma educação que exige consciência dos interesses das classes populares; considera-se histórica, pois se vincula ao avanço das forças produtivas; tem um caráter político, social, transformadora, libertadora e democrática. O autor destaca que por meio da educação popular vislumbram-se mudanças qualitativas, ações antiautoritárias, antimassificadoras, antielitistas, além de associar a teoria com a prática e a educação com o trabalho. Para o autor tais características ainda não se concretizariam plenamente, pois se trata de uma concepção ousada e ambiciosa. E reforça a sua linha de argumentação ao se inspirar nas concepções de Carlos Rodrigues Brandão (1984, apud, WANDERLEY, 2010, p. 23) acerca do que seja educação popular:

- 1) a educação popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização etc;
- 2) a educação popular realiza-se como um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares, detendo esses últimos a razão da prática, e, os primeiros, uma prática de serviço, sem sentido em si mesma;
- 3) a educação popular é aquela que o próprio povo realiza, quando pensa o seu trabalho político – em qualquer nível ou modo em que ele seja realizado, de um grupo de mulheres a uma frente armada de luta – e constrói o seu próprio conhecimento.

Wanderley (2010) entende que Freire serviu de inspiração para reflexões e construções de outros autores sobre a educação. E, ainda nos dias atuais, suas ideias inspiram aqueles que vislumbram transformações, liberdade de decisão, criatividade na educação e suas práticas pedagógicas, na educação formal, como também, no seio da sociedade. Nessa linha esse autor se apropria da argumentação de Freire, a fim de ressaltar que a proposta de educação popular poderia se converter numa inovadora alternativa para que a mesma se rebelasse contra a zona de conforto, a consciência ingênua e mágica que conduz os seres humanos à inércia, à passividade, ao sentimento de impotência, de incapacidade do ser mais em detrimento do ser menos no seu contexto de vivência.

Wanderley (2010) também salienta que a educação popular pode ser desenvolvida nas comunidades e, intensamente, nos múltiplos espaços informais externos ao sistema de ensino particular e público (Ibid, p. 28). A ideia é proporcionar ao povo fatores de motivação que os instigassem a tomar consciência de si mesmo e, por iniciativa própria, possam crescer, galgando espaço em todos os níveis, descobrindo seus próprios valores e aprendendo a lutar por seus direitos.

Wanderley (Ibid, p. 29) assume que a educação popular tem forte vínculo com a cultura popular, quando “[...] suas significações, seus valores, ideias, obras, são destinados, efetivamente, ao povo e respondem às suas exigências de realização humana em determinada época, em suma, consciência histórica real”.

Em contraste, à medida que a criatividade é anulada ou minimizada, o poder e o interesse de impositores ou opressores são ampliados, desencadeando um processo de dominação da mentalidade do oprimido. Tal processo sustenta-se num comportamento paternalista por parte do opressor. Pautado em condutas de caráter social, o oprimido se situa na condição de assistido. Dessa forma, não há transformação, autonomia e, sobretudo, construção de saberes.

Para Freire (2011, p. 81), “[...] só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem do mundo, com o mundo e com os outros”. De acordo com Freire (1967, p. 106), ao se manifestar sobre a condição de oprimido, é indispensável para a organização reflexiva, “[...]. Educação que lhe pusesse à disposição, meios com os quais fosse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade,

por uma predominantemente crítica”³. Para tanto, são necessários meios que possibilitem autonomia aos sujeitos, considerando a sua condição de detentores de direitos e não apenas de deveres, os quais também são autores de sua trajetória de vida. Sob essa base, compreendo a educação popular como uma proposta de educação que se opõe à cegueira que em geral permeia os processos educativos, quando não são projetados numa perspectiva integradora e que desconsidere os saberes formulados e produzidos no cotidiano. Na compreensão de Freire (1967), se a compreensão da realidade é mágica, a ação também será.

Sendo essa uma discussão inconclusa, Streck (2010) ressalta que a educação popular é um processo em permanente construção, na medida em que não há uma sistemática de execução definida. Ela pode acontecer conforme a necessidade dos contextos sociais. Por isso “[...] não se dissolve [...]” (Ibid, p.300), o que caracteriza uma de suas virtudes. Ou seja, a educação popular pode ser entendida também, como uma educação política porque prioriza as classes menos favorecidas, as populações que vivem em situação de risco iminente e de vulnerabilidade social.

A educação popular se dá a partir dessa opção e isso define o contexto de leitura dessa realidade. Essa é uma questão que revela a importância da coesão entre grupos, pois a luta coletiva tem força e liberta, não aceitando submissão, subordinação a grupos opressores. Nessa linha, o diálogo com e entre os oprimidos tem que ser crítico e libertador, além de possibilitar reflexões sobre suas ações libertadoras, autônomas, transformando-as em independência. Referindo-se à política para legitimar subalternos, Freire (2011) defendia o uso de estratégias pedagógicas de mobilização construtivas, socialmente construídas, em que os sujeitos se tornam agentes ativos no processo.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como ‘corpos conscientes’ e na consciência como consciência *intencionada* ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a de problematização dos homens em suas relações com o mundo (Ibid, p. 94).

³ Para Freire (Ibid), a consciência crítica refere-se à representação das coisas e dos fatos como empiricamente ocorrem no cotidiano, nas suas correlações causais e circunstâncias. A consciência ingênua diz respeito a uma visão estática da realidade, pois decorre de algo que já está estabelecido, determinado. O indivíduo se julga livre para entendê-la conforme melhor lhe agrada.

Os fundamentos dessa formação incluem além do saber técnico, a vivência cultural e a integração às demais redes nas quais os sujeitos estão envolvidos, não desprezando o diálogo permanente com as práticas pedagógicas e com a escola, a qual também integra a educação popular na medida em que os alunos são oriundos do contexto no qual a mesma se insere.

A palavra dialogicidade embora seja materializada pela ação, sem a reflexão se converte apenas em ativismo, ação pela ação. A existência humana “[...] não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo (FREIRE, 2011, p. 108)”. Assim, o autor adverte que a palavra é direito de todos e por essa razão não deve ser dominada por poucos. De acordo com esse autor, o diálogo representa o encontro de seres humanos, ou seja, de homens e mulheres mediatizados pelo mundo.

Essa é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a *pronúncia* do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados desse direito. É preciso primeiro que os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue. [...]. O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 2011, p. 109)

No intuito de contribuir com a discussão sobre a educação popular, Wanderley se apropria de concepções de outros autores sobre essa temática e reconhece a relevância da obra de Freire que traz, em seu arcabouço, reflexões que são fundamentais para o avanço do entendimento sobre educação. E assim se manifesta:

Mesmo reconhecendo a necessidade de retomar termos e avançar no sentido original fornecido pelo educador Paulo Freire, é de se realçar, como uma constatação notória e incorporada com enorme aceitação, que sua visão e entendimento da educação, com as relações imperiosas que ele defendeu de sua integração orgânica com o popular, constituem um ideário e um conjunto

de reflexões amplamente difundidos no período de sua gestação (WANDELEY, 2010, p. 19).

No calor das discussões sobre educação popular, o autor ressalta que surgiram diversas propostas e programas de alfabetização, de educação de jovens e adultos, governamentais e de grupos da sociedade civil. No bojo de tais propostas, o autor cita algumas que expressam experiências na América Latina, que se apresentam como “[...] ora como *recuperadoras*, ora como *transformadoras*.” (Ibid, p. 21, grifo do autor). Segundo esse autor (Ibid, p. 21, grifos do autor), destacam-se três propostas de educação popular básicas:

- a) com a orientação de *integração* (educação para todos, extensão da cidadania, eliminar a marginalidade social, etc);
- b) com orientação *nacional-populista* (buscava mobilizar setores das classes populares para o nacional desenvolvimento, homogeneizando os interesses divergentes na consecução de projetos de desenvolvimento capitalista, pretendido como autônomo, nacional e popular);
- c) com a orientação de *libertação* (buscando fortalecer as potencialidades do povo, valorizar a cultura popular, a conscientização, a capacitação, a participação, que seriam concretizadas a partir de uma troca de saberes entre agentes e membros das classes populares).

De acordo com Streck (2010, p. 300), “há unanimidade entre os historiadores da educação popular de que ela se forma no movimento da sociedade”, ou seja, no decorrer da construção da história de vida das pessoas. Para esse autor é um processo dinâmico e interativo, onde se destacam as relações de poder e se modificam continuamente as relações sociais em face dos inevitáveis conflitos e contradições.

A educação popular tem como uma de suas marcas acompanhar o movimento de classes, grupos ou setores da sociedade que entendem que o

seu lugar na história não corresponde aos níveis de dignidade a que teriam direito. Isso pode significar a reivindicação de espaço na estrutura existente, mas pode também representar o engajamento na luta por rupturas e pela busca de novas possibilidades de organização da vida comum (Streck, 2010, p. 300).

Não se trata aqui do acesso a uma educação popular opressora, imposta às classes populares “[...] com fortes vínculos com processos de subordinação social, cultural e econômica, mas um projeto tecido pelas classes populares, por meios de múltiplos diálogos com os diferentes segmentos sociais” (ESTEBAN, 2007, p. 15). Diálogos que favoreçam a construção de projetos coletivos a partir das experiências dos sujeitos das classes populares e que possam ser interpretados como possibilidades de inserção nas práticas pedagógicas.

Os autores discutidos reforçam a necessidade do desenvolvimento de ações de educação numa perspectiva dialógica, emancipadora, participativa, criativa e transformadora. “Quanto mais as massas populares desvelarem a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se ‘inserem’ nela criticamente” (FREIRE, 2011, p. 54).

Segundo Esteban (2007) é possível captar possibilidades pedagógicas no seio das comunidades que constituem determinada realidade. Na sua concepção a produção do conhecimento ocorre de forma relacional. Nesse universo se inclui a oportuna redefinição das práticas pedagógicas, na medida em que requer permanente reflexão “[...] sobre os conhecimentos que temos, sobre as práticas que realizamos, sobre o modo como compreendemos os diferentes [...], sobre o que consideramos conhecimento válido e sobre o que podemos perceber como manifestação de aprendizagem” (Ibid, p.15).

Assim, instigar o olhar crítico da sociedade é fundamental e a educação popular pode ser uma das alternativas contributivas nesse processo. A mudança de atitude dos distintos segmentos da sociedade se faz necessária, posto que em seu próprio contexto de vivência os segmentos são afetados por seu comportamento e compreensão em relação ao meio ambiente no espaço urbano e em relação aos recursos naturais. Não se pode tratar de educação popular dissociada da discussão sobre participação e cultura popular.

Sobre a participação, Streck (2010) a considera como um princípio metodológico e como tal, fundamental nos processos democráticos. Na Constituição Federal de 1988, a

participação também consta como um princípio, no sentido de que os setores sociais participem em todas as instâncias do processo de construção do planejamento municipal (PAIXÃO, 2008). O princípio da participação pressupõe a ampliação do espaço público, possibilitando a intervenção consciente e informada dos atores envolvidos, nas diversas áreas, quando da definição de políticas públicas (SOUZA, 2006a). A sua inserção na Carta Magna é uma conquista resultante de movimentos reivindicatórios, com intensa mobilização popular em diversas frentes. Esses movimentos se empenharam inclusive na luta pelas Diretas Já em 1984 e impulsionaram mudanças na configuração política brasileira.

A participação popular está vinculada à educação popular, mas nem sempre teve a conotação de educação construída coletivamente e no contexto social. A educação popular emerge como Educação Formal e com a denominação de instrução popular, com a intencionalidade de domesticar.

Souza (2005) alerta que no processo de participação se manifestam distintos tipos de sujeitos: os oportunistas, que podem se utilizar do discurso favorável por puro populismo, para cooptar as pessoas em benefício próprio; os adversários, que em geral são políticos, que se manifestam contrários por entenderem que reduzirá a legitimidade de seus mandatos; os aperfeiçoadores, que também por interesse próprio se mostram favoráveis; e, os subversores, que por meio de uma visão ambiciosa veem na participação popular à perspectiva de conquistas ou lutas futuras.

A presença de organizações sociais (cooperativas, associações de moradores, sindicatos, dentre outras) de portes diversos é comum nas cidades, não importa o número de habitantes. Isso vale tanto para as organizações institucionalizadas quanto para as que são informais. Mas nesse contexto não se descarta a possibilidade de ocultação dos reais interesses de seus integrantes, como, por exemplo, o acesso e ingresso ao meio político ancorado na prática do clientelismo, nutrida pela ‘máquina política’ (OLSON, 1999, p.179).

Para esse autor:

[...] as máquinas políticas não trabalham por benefícios coletivos. Uma máquina está interessada, na melhor das hipóteses, no direito de indicação de cargos públicos, e, na pior, em franco suborno. E todo parasita de partido político sabe que não conseguirá um emprego se não ajudar a máquina (Ibid, p.179).

Freire (1967) defende que é necessário substituir a inexperiência de participação e ingerência dela por participação crítica. Só assim, o povo passaria por um processo de transformação a ponto de ser capaz de optar e de decidir. Seria um participante democrático e ativo. Uma sociedade democrática, na medida em que começa a compreender o seu papel, tende a não conseguir conviver com organizações baseadas em princípios hierárquicos autoritários, que não reconhecem como legítima a participação coletiva nos processos decisórios.

Os regimes políticos, em que pese o seu discurso democrático, estimulam as relações desiguais, adotando práticas assistencialistas e clientelistas da troca de favores, no intuito de manter um autoritarismo camuflado, o que representa uma ameaça à democracia, fragilizando o pleno exercício da cidadania. O exercício da democracia e da cidadania depende de oportunizar aos cidadãos um dos atributos importantes nesses aspectos, o direito de livre expressão (SOUZA, 2006b). Todavia, os entraves à consolidação da democracia plena são recorrentes e difíceis de serem equacionados.

A concepção de cidadania que as elites tentam impregnar remete “[...] à ideia do povo ordeiro, disciplinado, cômico de seus deveres e de seu lugar na cidade” (VEIGA, 1997, p. 108). Porém, em situações conflituosas, emergem inquietações na sociedade que evidenciam a outra face dos sujeitos, desta feita, como sujeitos ativos em condições de exercer o seu direito de interferir em projetos. Na concepção de Veiga (Ibid, p. 106),

[...] o contexto da afirmação racional de novas formas de acesso à propriedade e ao saber acabam por denotar um entendimento idealizado das relações sociais. Ao constranger os sujeitos em suas formas costumeiras e anteriores de organização social, cultural e material buscou-se idealizar o indivíduo, abstraindo-o do contexto social.

Nesse sentido, Veiga (Ibid, p. 108) advoga que a cidade elaborada pelas elites políticas e proprietárias funciona como “sujeito ativamente educadora”, no sentido de se empenhar na educação das mentes, afim de prepará-las para o individualismo e à meritocracia. Assim os sujeitos adquirirem hábitos de “civildade” para assimilarem novas normas de conduta e de sociabilidade que sejam coincidentes com os anseios das elites.

O propósito se pauta, portanto, na erradicação de hábitos e costumes considerados inadequados, irracionais e, por conseguinte, consolidar valores homogêneos, civilizados e modernos, ou seja, o homem deveria ser reconstruído. No bojo desse processo, é inelutável a ampliação da segregação social nas relações de gênero, geração, etnias e classe social.

Mas o nosso papel no enfrentamento à inexperiência democrática é situar no centro da análise formas de compreensão das forças dominantes que tentam, constantemente, moldar os sujeitos para a condição de subalternos. Diante de uma sociedade em transição como a nossa, que está em processo de emersão, de inelutável democratização, essa compreensão é válida na medida em que também constitui sujeitos críticos.

Ao longo dos séculos, alguns grupos sociais críticos e conscientes das opressões que assolam a sociedade em geral têm empreendido denso esforço na difusão e propagação da necessidade de mudança nesse sentido. As discussões no calor dos movimentos, em contraste às práticas impostas aos indivíduos, têm seguido uma trajetória de luta para romper com o que se tornou comum. As lutas dos movimentos sociais, no intuito de mitigar a segregação e as diferenças, são exemplos de reação contra o determinismo de formas de comportamento que contribuem para o controle das normas de conduta, engendrando novas formas de sociabilidade e ampliação da segregação social nas relações de gênero, geração, etnias e classe social.

Várias propostas de participação têm sido colocadas à sociedade, porém só a autonomia dos movimentos sociais frente ao Estado, aos partidos políticos, meios de comunicação de massa, monopólios econômicos e seitas religiosas poderá garantir o seu potencial crítico ao modelo de desenvolvimento, favorecendo a consolidação da democracia no continente (REIGOTA, 1991, p. 39).

A cooptação mencionada por Souza (2006a) pressupõe manipulação de processos participativos no sentido de desfavorecer intervenções de oposição e favorecer alianças que fortaleçam permanências no poder, induzindo a uma pseudoparticipação. Pressupõe também a subtração de margem de manobra autônoma da sociedade civil, por isso critica as participações inventadas.

Veiga (1997, p. 108) advoga que a cidade confronta com os distintos “sujeitos indivíduos”, e como a mesma vislumbra educá-los, não importa o gênero, esses sujeitos também educam a cidade. Nesse processo, há uma relação de conflito nutrida pela imposição de padrões de civilidade, que “[...] dizem respeito à produção e constituição de novas formas de tratamento das questões de propriedade, do trabalho, das relações e dos valores e sentimentos de pertença e exclusão social.” (Ibid, p.105).

No que concerne a essa formalidade que se pretendeu atribuir aos processos de acesso à cidade, essa autora remete à reflexão no sentido de que: “[...] as tensões presentes entre a busca da harmonia social e as contradições materiais e culturais, nas quais os sujeitos se “civilizam” e se “modernizam”, são questões que, necessariamente, precisam continuamente serem problematizadas” (Ibid, p. 111).

De acordo com Freire (2011), os opressores consideram apenas eles como pessoas humanas e que aos oprimidos admitem apenas o direito de sobreviverem. Isso porque “[...] é preciso que os oprimidos existam, para que eles existam e sejam generosos” (Ibid, p. 62). Segundo Freire (Ibid, p. 70), “[...] os oprimidos dificilmente lutam, nem sequer confiam em si mesmo. Têm uma crença difusa, mágica, na invulnerabilidade do opressor”.

Em relação a essa citação é válido ressaltar que Freire não quis dizer que os oprimidos são permanentemente passivos. Não há essa possibilidade na vivência em sociedade, considerando que as relações são conflituosas. Em alguns momentos aflora a passividade, a ingenuidade, em outros, a criticidade, ou seja, a passividade pode ser relativizada. Porém, esse autor (Ibid) salienta que os homens em comunhão são capazes de se libertarem, pois a luta coletiva, a qual coaduna forças e suscita liberdade, tende a não aceitar submissão, subordinação a grupos opressores.

Sua luta se trava entre serem eles mesmos ou serem duplos. [...]. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. [...]. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo (Ibid, p. 47-48).

Nessa linha, o diálogo com e entre os oprimidos - o povo - tem que ser crítico e libertador, além de possibilitar reflexões sobre suas ações libertadoras, transformando-as em

independência (FREIRE, 2011). Para o autor, a confiança, ancorada numa relação horizontalizada, é um atributo importante na relação dialógica, a qual não nega voz ao sujeito. “A confiança implica o testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções” (Ibid, p. 113). O autor adverte ainda que para haver diálogo é necessário um pensar verdadeiro, crítico, ter esperança não no sentido de esperar que as coisas aconteçam por si só, mas de que lutando pode existir esperança em que algo aconteça. Sem o diálogo, “[...] não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação [...]” (Ibid, p. 115).

Significa dar ouvidos a quem de fato vivencia tais problemas e compreende o meio ambiente. Estimular a verbalização exprimida pelas comunidades envolvidas é “[...] uma maneira intencional de fazer educação a partir dos interesses dos meios populares e um modo de contribuir para os processos de transformação” (CENDALES; MARIÑO, 2006, p. 13). Ou seja, potencializar as capacidades materiais, institucionais, organizativas e culturais das pessoas e dos grupos com os quais o trabalho é realizado. Proporcionar novas formas de espaço e de relações sociais, em que seja possível vivenciar a participação, a democracia e a solidariedade, reconhecendo o “outro como outro e não como coisa” (CARVALHO, 2008, p. 108).

A “[...] homogeneização cultural e equilíbrio social, na tentativa de construir um sujeito moderno e regenerado” (VEIGA, 1997, p. 109), atende ao modelo de sociedade capitalista que delinea claramente a relação entre opressor e oprimido. É preciso então neutralizá-lo, em contraste, torna-se sujeito subversivo frente à lógica que norteia tal modelo de sociedade.

Bakhtin (1999), ao estudar a cultura popular situando-a em princípios estéticos do realismo grotesco, que segundo ele “[...] é a chave insubstituível que dá acesso à inteligência da cultura popular nas suas manifestações mais poderosas, profundas e originais” (Ibid, p. 418), buscou compreendê-la a partir da luta empreendida por duas culturas - a cultura popular propriamente dita e a cultura oficial medieval.

Segundo Bakhtin (Ibid), a cultura popular em todas as suas etapas é inversa à cultura oficial das classes dominantes e revela com riqueza de detalhes, elementos mobilizados pelo povo, por meio do que ele denominou de formato carnavalesco. São elementos que denotam a ambivalência nas formas de expressão, no sentido do intercâmbio de duas coisas (ora superior, ora inferior). Nessas expressões a hierarquia é inexistente e o diálogo entre as pessoas é primordial e livre. Para esse autor são formas de fazer valer a voz do povo ao

exercício de cidadania e fortalecimento da cultura popular que transgrediam as regras estabelecidas pela classe dominante (clérigos, burguesia, dentre outros).

Bakhtin (1999, p. 4) anunciava que as múltiplas manifestações da cultura popular podem se dividir em três grandes categorias que se inter-relacionam e combinam-se de diferentes maneiras:

1. As formas dos ritos e espetáculos (festejos carnavalescos, obras cômicas representadas nas praças públicas, etc);
2. Obras cômicas verbais (inclusive paródicas) de diversas naturezas: orais e escritas, em latim ou em língua vulgar;
3. Diversas formas e gêneros do vocabúlo familiar e grosseiro (insultos, juramentos, blasões populares, etc.).

Bakhtin (Ibid) destaca o carnaval como instrumento de libertação do povo por meio do uso de disfarces, como as máscaras, por exemplo. Esse adereço, para esse autor, traduz fecundo simbolismo e sentido da cultura popular, pois “[...] recobre a natureza inesgotável da vida e seus múltiplos rostos. [...] manifestações como a paródia, a caricatura, a careta, as contorções e as macaquices são derivadas da máscara” (Ibid, p. 35).

Era o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de liberação provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus. Para Bakhtin (Ibid), no carnaval não havia diferença social. Havia liberdade de comunicação, impossível em condições cotidianas, além disso, a aproximação entre indivíduos sem considerar renda, idade, fortuna, dentre outras questões. No carnaval, “[...] a alienação desaparecia provisoriamente. O homem tornava-se a si mesmo e sentia-se um ser humano entre seus semelhantes” (Ibid, p.9).

Outro elemento da cultura popular destacado por Bakhtin (Ibid) são as paródias, uma literatura considerada festiva e recreativa. Na Idade Média eram utilizadas para expressar a vida oficial de maneira reversa. Por meio das paródias o povo se manifestava a sua maneira,

fugindo dos ritos impostos pela elite. Nos dias atuais, as paródias continuam muito presentes, porém em todos os campos da sociedade.

A nova forma de comunicação produziu novas formas linguísticas: gêneros inéditos, mudanças de sentido ou eliminação de certas formas desusadas, etc. [...]. Mas é claro que esse contato familiar na vida oficial moderna está longe do contato livre e familiar que se estabelece na praça pública durante o carnaval popular (BAKHTIN, 1999, p.14).

Para a liberdade de expressão pelo povo, na vida cultural e cotidiana, era necessário que o pensamento e as palavras fossem muito bem articulados, para que, quando expressados, evidenciassem a outra face do mundo que o autor chamou de “[...] a face oculta, da qual não se falava nunca ou sobre a qual não se dizia a verdade [...]” (Ibid, p. 237), pois não era condizente com o que determinavam as incursões e modelos hegemônicos da concepção dominante sobre o mundo.

Bakhtin (Ibid) também não deixou de mencionar outras festas populares, as quais o mesmo considerava como “um jogo livre e alegre, mas dotado de um sentido profundo” (p.180), visto que eram, e ainda nos dias atuais existem, representativas de momentos históricos, rituais sagrados e religiosos ou vinculadas a elementos naturais, numa perspectiva de um futuro melhor em todos os âmbitos da vida. A dança do Marabaixo, expressão da cultura popular no estado do Amapá herdada de povos africanos, e suas cantorias traduzem bem a opressão sobre as minorias em décadas passadas ao mesmo tempo em que são rituais alegres e expressões de liberdade.

Certeau (1994, p. 75), ao direcionar seus estudos para o que denomina de “alto-mar da experiência”, ou seja, o cotidiano, também entendia o relato dos milagres como uma forma de expressão cultural. São cantos de resistência que não comprometem a sinceridade ao credo e não impossibilitam visibilidade às lutas e desigualdades sociais ocultadas pela ordem estabelecida, imposta pelas classes dominantes. Tal prática cria um jogo, “por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas. Aí se manifesta a opacidade da cultura ‘popular’ – a pedra negra que se opõe a assimilação” (Ibid, p.79), ou seja, que se rebela em relação à lei da subordinação, de submissão. É uma forma de superação das tentativas de manipulação, que

se desdobra no prazer em modificar as regras correntes no espaço opressor.

Certeau (1994), reportando-se às manobras sociais e direcionando suas pesquisas para cotidiano, percebeu diversas formas de expressão daqueles desprovidos de direitos de manifestação no âmbito oficial. Para ele, o espaço é estratificado em dois níveis: o socioeconômico e o utópico. No nível socioeconômico, destacou a luta entre ricos e pobres onde os primeiros sempre vencem, assim como as forças policiais em suas investidas contra os pobres, o que o autor chamou de “perpétuas vitórias ou reinado de mentiras” (Ibid, p.76). O espaço utópico traduzia-se como um espaço milagroso em face das formas de protestos. Usava-se palavras metafóricas, camufladas em ritos religiosos, devido a proibição de expressar a injustiça praticada pelos poderes constituídos. Certeau (Ibid) destaca, também, os contos e lendas adotados pelos oprimidos como estratégia para denunciar uma dada realidade. “É a arte de dizer popular” (Ibid, p. 86), como o que traduz a literatura de cordel.

De acordo com Abreu (1999), o cordel é um folheto, com pequeno número de páginas, vendido a preço módico, acessível a ampla parcela da população. É utilizado para exaltar as formas de vida das elites, mas tem se revelado importante instrumento para propagação de indignação e crítica ao cotidiano. É como um jogo que se baseia nas formas de ação de uma sociedade (CERTEAU, 1994), que retrata também modelos de opressão. Uma espécie de representação da vida naquilo que não é permitido evidenciar.

As concepções dos autores mencionados, no meu entendimento, são complementares, pois remetem à compreensão da forma como as pessoas formulam e expressam seus pensamentos, evidenciam interesses e executam ações no cotidiano, criando as suas próprias concepções sobre o mundo a partir da dinâmica social que se desenvolve em certa comunidade, como, por exemplo, nas comunidades urbanas de Laranjal do Jari.

1.7 Relevância

A relevância da pesquisa se situa, sobretudo, nas seguintes vertentes: suscitar discussões e ampliação de estudos na academia acerca dos problemas ambientais urbanos que atingem todos os municípios amapaenses; mostrar através dos resultados que o ser humano, independente de classe social, sabe dizer o que pensa sobre o seu contexto de vivência e propõe alternativas de soluções para questões que implicam em minorar a qualidade de vida nesse contexto; inspirar o poder público a se basear na técnica do Círculo de Cultura, como

lugar de partilha de poder e de conhecimentos para mobilização popular sempre que for necessário tratar de questões socioambientais nos mais diferentes contextos; apontar possibilidades pedagógicas na busca de alternativas para questões problemáticas que se situam no âmbito da cidade, a partir do olhar crítico dos moradores e especificidades locais.

1.8 Estrutura da tese

A tese está organizada em cinco seções:

Na primeira seção apresento os caminhos trilhados no decorrer da pesquisa até a sua conclusão, assim como fatos que ensejaram a sua realização. A abordagem contempla fatores indutores da pesquisa que se referem a contextualização, o contato com o objeto de estudos, problema, objetivo e hipótese, a síntese da metodologia, o delineamento teórico e a estrutura da tese.

A segunda se refere à trajetória metodológica construída para delineamento da pesquisa, tanto bibliográfica quanto de campo, culminando na forma de tratamento e análise dos dados coletados.

Na terceira caracterizo a área de estudo, abordando aspectos históricos que suscitaram a origem da cidade de Laranjal do Jari, o processo de ocupação, a dinâmica urbana e implicações socioambientais. Discuto a constituição do município traçando um paralelo entre o tratamento atribuído às áreas protegidas frente ao caos da cidade. Encerro a seção apresentando a experiência de educação popular vivenciada por moradores quando houve a elaboração do planejamento urbano do município, focando a discussão na metodologia utilizada no decorrer do processo de elaboração.

Na quarta seção me debrucei a analisar os dados e resultados da pesquisa de campo, à luz da educação popular, articulando-os com o referencial teórico metodológico selecionado durante a execução da pesquisa bibliografia e que se afina com as atividades realizadas na pesquisa com moradores.

A quinta seção contempla as minhas considerações finais, ou seja, as minhas incursões, inspiradas no meu olhar sobre os resultados. Aponto algumas conclusões e também recomendações ao poder público, advindas da construção coletiva por moradores participantes da pesquisa, no curso da realização das atividades de campo.

2 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Esta seção tem o propósito de apresentar os pressupostos metodológicos da pesquisa.

2.1 Caminho metodológico

Para Gatti (2007, p. 9), “pesquisar é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa”. Em educação esta autora (p.12) advoga que “[...] a pesquisa se reveste de algumas características específicas. Porque pesquisar em educação significa trabalhar com algo relativo a seres humanos ou com eles mesmos, em seu próprio processo de vida”. A educação perpassa pela dinâmica que decorre de relações sociais complexas, as quais são desafiadoras em função de contemplar eventos, por vezes, difíceis de serem elucidados. São questões que tornam evidentes as limitações do positivismo enquanto alternativa para elucidar fatos humanos e que são divergentes daquelas apresentadas pelas ciências da natureza, por meio das quais é possível prever, com objetividade, os resultados na medida em que fatos naturais são submetidos à experimentação.

No caso de investigações que envolvam pressupostos da educação popular no contexto urbano, a definição e a forma de utilização de recursos metodológicos devem ser criteriosas, tendo em vista que este tema se reveste de peculiaridades e complexidades que são singulares por envolverem fatos humanos, o contexto de vivência e a formação educacional dos sujeitos. Ademais, a complexa dinâmica que se desenvolve na interação naturalmente arrolada inspira cuidados na condução da pesquisa, para não desvirtuá-la do que se pretende obter como resultado.

A tentativa de elucidar que métodos são mais aplicáveis em pesquisas sociais, sendo esse o caso da pesquisa em tela, não é uma tarefa fácil, especialmente quando os sujeitos e o objeto se encontram em constantes interações.

Gamboa (2007) salienta que “Interrogar os métodos utilizados na pesquisa científica é uma tarefa histórica da filosofia, que ajuda a tomar consciência da importância e das limitações dos métodos, como também de suas implicações e contradições inerentes” (p.30). Mas que a trajetória da pesquisa deve seguir seu curso com base no método escolhido.

Ao desvelamento do objeto em estudo, Gamboa (2007) defende no âmbito das ciências sociais a mesclagem de métodos, mas esclarece que o investigador deve ter

habilidade para utilizar aqueles que melhor poderão lhe conduzir ao cumprimento dos objetivos definidos. Para esse autor, aliar métodos e técnicas de abordagem é essencial para relacionar de forma articulada o sujeito e o objeto, de modo a produzir reflexões em torno do que se pretende investigar.

No que concerne a pesquisa que envolve pressupostos da educação popular, um método apenas não daria conta de auxiliar na elucidação do objeto em estudo, posto que o tema dialoga com diversas áreas do conhecimento (educacional, econômica ambiental, política, social, dentre outras) e distintos contextos.

Diante dessas especificidades, o objeto dessa pesquisa que corresponde às questões socioambientais em Laranjal do Jari aponta para a mesclagem dos métodos histórico e dialético, a fim de que os resultados da investigação respondam a inquietação que o gerou, com a profundidade e o rigor esperados. Apoiada em Gamboa, a minha compreensão também é de que tais métodos permitem, no resgate de aspectos relevantes do passado, entender o presente por meio de interações entre pesquisador, sujeitos (interlocutores) e objeto, sem desconsiderar os conflitos que permeiam tais relações.

A opção pelos métodos histórico e dialético visa produzir discussões que levem à melhor compreensão das práticas pedagógicas apropriadas à mitigação dos problemas socioambientais decorrentes da dinâmica de ocupação urbana e suas implicações.

O método histórico é relevante na compreensão do espaço urbano porque busca desvelar suas “[...] transformações, recuperando informações sobre sua evolução, sua decadência, sua crise, suas limitações, suas formas de divulgação, sua aceitação pela comunidade científica, etc” (GAMBOA, 2007, p.57). Esse autor ainda ressalta que “uma análise histórica ajudará a revelar as articulações lógicas que foram construídas e resultaram em uma determinada forma de fazer ciência, traçando suas características próprias” (p. 57-58).

Sobre tal método, Pérez et. al. (1996) advogam que a sua proposta é de investigar as leis gerais do funcionamento e desenvolvimentos dos fenômenos. E que por meio desse método será possível estudar a trajetória dos fenômenos e os fatos no decorrer da sua história, presentes e indutores de uma dada realidade.

Para Mendiola e Zermeño (1998, p. 182-202. In: CÁCERES, 1998), o método histórico indica que “Toda obra histórica y su verdad deben interpretarse como una expresión síntoma de relaciones sociales preestablecidas” por meio da interação entre o passado e o presente. Os

autores advertem que esse método objetiva reconstruir e elucidar a inter-relação que permeia narrativa, tempo e ação em que se insere o contexto analisado.

Em relação ao método dialético, aproprio-me de Gil (2008) quando afirma que o conceito de dialética é bastante antigo, passando por Platão, Hegel, Karl Marx e Friedrich Engels. Segundo Gil, Hegel entendia que as ideias se sobrepunham a matéria, ou seja, as contradições se transcendiam e originavam novas contradições que passavam a requerer solução. Assim, a lógica e a história da humanidade seguiam uma trajetória dialética. Para esse autor, Marx e Engel, por sua vez, depreendiam de forma oposta, entendendo que havia hegemonia da matéria em relação às ideias. Essa concepção ensejou o materialismo dialético que, segundo Engels (1974, grifos do autor, apud GIL, 2008, p. 13), pode ser considerado um método de interpretação da realidade, o qual se fundamenta em três grandes princípios:

- a) *A unidade dos opostos.* Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade.
- b) *Quantidade e qualidade.* Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos.
- c) *Negação da negação.* A mudança nega o que é mudado, e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes.

Gamboa (2007) revela que, numa pesquisa científica que envolve a realidade, o uso do método dialético é importante porque permite “conhecer a realidade concreta no seu dinamismo e nas inter-relações” (p. 34). Esse autor defende que a compreensão da dialética exige “[...] distinguir o concreto real, que é o objeto real que se deve conhecer, do concreto do pensamento, que é o conhecimento daquele objeto real” (Ibid, p. 35). Entretanto, para o seu uso de forma adequada é necessário olhar a realidade na sua totalidade, privilegiando as mudanças qualitativas (GIL, 2008).

Nessa linha, Gil (2008, p. 14) reforça que:

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.

Dessa forma, entendo que o método dialético se faz necessário na pesquisa em tela como importante fio condutor da compreensão dos desdobramentos da aprendizagem interativa como um fenômeno crítico consciente, o qual possibilita identificar as principais contradições em torno da concepção sobre o cotidiano, capazes de engendrarem constantes discussões em distintos contextos da sociedade.

Os caminhos que levam a elucidação de questões presentes nesse universo, por meio do debate, do diálogo, do olhar crítico sobre a realidade, seguem a proposta do método dialético, denominado por Freire (1967, p. 103) de “método ativo”.

2.1.2 Abordagem da pesquisa

Seguindo a trilha do método histórico e dialético, a utilização da abordagem qualitativa, de caráter exploratório, na pesquisa se sustenta por diversas razões, as quais estão delineadas no diálogo com os autores que se seguem:

Teixeira (2005) argumenta que a pesquisa qualitativa proporciona ao pesquisador analisar o social a partir de um leque de significados passíveis de investigação, tendo como matéria-prima a linguagem dos atores sociais e suas práticas. Acrescenta ainda que o objeto dessa abordagem se expressa por meio da linguagem comum e na vida cotidiana, evidenciado a partir do “[...] nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores” (Ibid, p.140).

Gamboa (2007, p. 40) também defende que a pesquisa qualitativa cumpre o seu papel na investigação científica quando se trata de problemas sociais, posto que “[...] a simples

coleta de dados não é suficiente, se faz necessário resgatar a análise qualitativa para que a investigação se realize como tal e não fique reduzida a um exercício de estatística”.

Na formulação de André (2005, p.47) a esse respeito:

As abordagens qualitativas da pesquisa se fundamentam numa perspectiva que valoriza o papel ativo do sujeito no processo de produção de conhecimento e que concebe como uma construção social. Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem núcleos de preocupações dos pesquisadores.

Para Laville e Dione (1999), no final do séc. XIX e nas primeiras décadas do séc. XX, havia a concepção de que o positivismo daria conta de decifrar, cientificamente, fatos humanos por meio de técnicas aplicadas às ciências da natureza. Contudo, isso não se confirmou, pois tais técnicas se mostraram insuficientes em razão de múltiplos atributos que não permitiam a mensuração pela experimentação tais como: reações adversas, valores simbólicos, liberdade quanto à visão de mundo, ideias distintas entre seres humanos, dentre outros. Ou seja, as técnicas positivistas não conseguiam elucidar fenômenos humanos e sociais.

André (2008) corrobora a concepção de Laville e Dione (1999) quanto à origem da abordagem qualitativa. Essa autora sustenta que a crítica à concepção positivista, de onde nasce o debate, em torno do qualitativo e quantitativo, perdura calorosamente até o final da década de 1980. A esse respeito André (2008, p. 17) autora se posiciona dizendo: “ [...] defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas”. E acrescenta: “É por meio das interações sociais do indivíduo no seu ambiente de trabalho, de lazer, na família, que vão sendo construídas as interpretações, os significados, ou a visão de realidade” (Ibid, p.18).

Nos anos de 1980, segundo André (Ibid) a abordagem qualitativa galgou larga popularidade entre pesquisadores da área da educação, a despeito das calorosas discussões que contornavam o seu conceito. Na sua concepção, a característica da abordagem qualitativa está atrelada à técnica de coleta do dado, ou melhor, ao tipo de dado obtido.

Gatti (2007, p.11) destaca que o que interessa na pesquisa são os dados, os quais podem ser “[...] desde um conjunto de medidas bem precisas até depoimentos, entrevistas, diálogos, discussões, observações, etc.”. Não obstante, é preciso que as pessoas assumam uma postura ativa na pesquisa sobre a sua temática, assinala Freire (1967).

Nessa mesma linha, Bogdan e Biklen (1994) argumentam que, no processo de condução de uma investigação qualitativa, o diálogo entre os investigadores e os sujeitos indica que não há neutralidade entre ambos, pois a pesquisa de cunho qualitativo se propõe a interpretar realidades vividas pela sociedade no ambiente natural. Sobre esse aspecto, Freire (2011, p.137) sinaliza que a sua proposta metodológica também segue nessa direção ao afirmar: “A metodologia que defendemos exige [...] que no fluxo da investigação, se façam ambos sujeitos da mesma – os investigadores e os homens do povo que, aparentemente, seriam seu objeto”. Esses pensamentos se aplicam ao lócus da presente pesquisa e ao seu objetivo, a qual foi projetada em duas etapas a seguir especificadas.

2.2 Procedimentos metodológicos

2.2.1 Consulta bibliográfica

Consultei em acervos bibliográficos para melhor compreender as epistemologias sobre contextos urbanos, conflitos e contradições socioambientais, educação ambiental, cultura popular, educação e participação popular. A consulta também se fez necessária, em documentos e fontes secundárias oficiais a exemplo do IBGE, sobre aspectos históricos, como subsídios para construção do conhecimento relativos ao ambiente da pesquisa, para melhor depreender aspectos que contribuíram para consolidar a realidade socioambiental que ainda perdura em Laranjal do Jari.

2.2.2. Pesquisa de campo

A pesquisa de campo envolveu moradores da cidade de Laranjal do Jari. Por essa razão foram necessárias diversas viagens até aquela cidade, num percurso de 256 Km entre a

capital Macapá e a citada cidade. A estrada de acesso (BR 156) não tem asfaltamento, embora esteja sob jurisdição federal e conectar a região Sul à região Norte do estado. Parte é composta por penhascos íngremes o que a torna ainda mais perigosa. Em período chuvoso, o trânsito nessa estrada se torna muito delicado, pois a lama que se forma a torna escorregadia. Em período de verão, a lama é substituída pela poeira intensa e piçarra solta, elementos que dificultam a viagem.

A cidade contempla 13 bairros, cinco em áreas de várzea, cinco em terra firme e três em solos mistos. Inicialmente pensei em envolver apenas bairros instalados em áreas de várzea, porém, as questões socioambientais se expandiram para toda a área urbana, com maior proporção nos bairros assentados em áreas de várzea evidentemente. Essa foi a premissa que norteou o critério de seleção dos mesmos para a realização da pesquisa de campo, o qual se pautou na localização, na densidade populacional e semelhança em relação às questões socioambientais, culminando na seleção de cinco bairros (Mapa 2).

MAPA 2 - Bairros da cidade de Laranjal do Jari/AP selecionados para pesquisa de campo



Fonte: Google Earth (2013), editado por Eliana Paixão.

No Mapa 2 acima revelo a localização dos bairros selecionados. Os bairros Sagrado Coração de Jesus, Malvinas e Samaúma estão situados em áreas de várzea. Mirilândia em uma área de solo misto e Agreste, em área de terra firme. Suas configurações socioespaciais e urbanas serão sinteticamente a seguir apresentadas:

Bairros Sagrado Coração de Jesus, Malvinas e Samaúma

Esses bairros estão assentados em áreas de várzea, em frente ao rio Jari, desde a década de 1980. É uma região sujeita a enchentes e incêndios, pela aproximação com o rio e configuração das casas, umas coladas às outras, construídas em madeiras em grande parte precárias, em forma de palafitas⁴, condições inadequadas de instalações elétricas e gás de cozinha, dentre outras razões de risco iminente.

A parte frontal do bairro Sagrado Coração de Jesus, às margens do rio, já está aterrada, constituindo-se na única rua do bairro e que possibilita a conexão com outros bairros. As casas permanecem todas na várzea e o acesso entre a maioria das casas se dá por meio de passarelas de madeira. O aglomerado de casas no bairro das Malvinas, o contrário, já inicia dentro do rio, porém há uma rua aterrada que corta o mesmo ao meio e permite o acesso ao bairro Samaúma (este bairro não integrou o ambiente da pesquisa). A diferença basicamente entre os dois bairros é essa. O bairro Samaúma localiza-se também às margens do rio, porém, uma parte é de campo e ainda passível de recuperação ambiental.

No que diz respeito às questões socioambientais, todos acumulam lixo de toda ordem sob as casas, com maior expressividade no bairro das Malvinas. As circunstâncias em que vive a população deixam transparecer a ausência do poder público, pois não há sistema de água adequado, o que se vê é um emaranhado de mangueiras transitando por entre as casas com água sem condições de ingestão. Em algumas áreas desses bairros, não chega água “potável” e os moradores têm de improvisar.

O esgoto está a céu aberto, e os equipamentos sanitários são externos às residências e construídos em madeiras. É comum vaso sanitário substituído por caixotes de madeira, mas, tanto de um jeito como de outro, os dejetos humanos são lançados direto no chão, ou melhor, na água, já que se trata de área de várzea. O lixo, em algumas partes do bairro, já está compactado, dificultando ações de recuperação ambiental.

⁴ Palafita é um tipo de habitação construída em áreas alagadas, sobre estacas ou troncos de madeira, para evitar o alcance da água. No caso de Laranjal do Jari as palafitas foram construídas em áreas sujeitas ao movimento natural do Rio Jari.

No caso do Samaúma, não há água potável, a população coleta água na outra margem do rio, do lado paraense. Havia uma área propícia à construção de um poço comunitário, mas foi aterrado pelo poder público por razões não esclarecidas. A população local tem cobrado, mas até o momento da pesquisa essa questão não foi equacionada. Nesse mesmo bairro, foram construídas algumas casas populares padronizadas, mas a encanação sanitária é suspensa e deposita a água de uso doméstico e os dejetos humanos no solo a céu aberto.

O trânsito entre as residências nos bairros das Malvinas e Samaúma se dá por meio de passarelas em madeira, que receberam identificação, como nomes ou números, como se fossem ruas. No Sagrado Coração de Jesus, há uma avenida que contorna parte do bairro e possibilita o acesso às residências.

No Sagrado Coração de Jesus o comércio de varejo é expressivo, especialmente madeireiro. Há, também, pequenos comércios produtos em geral e gêneros alimentícios, de onde, em larga medida, os moradores auferem o sustento da família. Nos bairros das Malvinas e Samaúma não há madeireiras, apenas pequenos comércios. As madeireiras contribuem para o agravamento da degradação ambiental, pois os resíduos são usados também para aterramentos do entorno das residências, para futura ocupação ou, simplesmente, para acúmulo de entulhos.

No que diz respeito às moradias, muitas casas não estão totalmente construídas, o que restringe a privacidade das pessoas. O prédio que abriga a Associação de Moradores do bairro Sagrado Coração de Jesus está inacabado, sem algumas paredes laterais, sem manutenção, sem estrutura mínima de funcionamento. No Samaúma há um espaço de lazer que serve também de local para reuniões. No bairro das Malvinas, as reuniões com moradores são realizadas nas próprias residências.

Importa destacar que, ao contrário do bairro Samaúma, nos bairros das Malvinas e Sagrado Coração de Jesus, além das residências, há igrejas, escolas, hotéis (de madeira), postos de carga e descarga de mercadorias. E a forma de ocupação tem favorecido, ao longo de anos, a ocorrência de sinistros (enchentes e incêndios), que quando acontecem afetam todas as pessoas e o funcionamento dessas instituições e transações comerciais.

São bairros de fácil acesso ao rio, onde é intenso o fluxo de pessoas e de mercadorias, tornando-os atrativos aos que lá habitam. A aproximação entre vizinhos também possibilita o fortalecimento dos laços afetivos por graus de parentescos, amizade, ou ainda pelo histórico do processo de ocupação da área, solidificando o sentimento de pertencimento ao local.

Bairro Mirilândia

Esse bairro surgiu na década de 1990 e apresenta solo misto, contém partes de várzea - algumas já aterradas e áreas de terra firme. Há residências em madeira e alvenaria, porém sem saneamento básico, sendo comum encontrar nas valas distribuídas ao longo das vias, lixo de toda espécie e esgoto escorrendo a céu aberto. Há ruas asfaltadas, outras sem asfalto, como também passarelas por entre as casas que se situam na várzea. O sistema de água também é precário, é possível ver os canos sem proteção, desperdícios de água pela canalização sem manutenção, e há residências que não acessam água encanada regularmente.

No que diz respeito à pavimentação das vias a prefeitura está pavimentando algumas com paralelepípedos, mas sem a preocupação com a construção do sistema de drenagem e esgoto, como também com as consequências para os moradores, pois essa pavimentação está acima do nível das casas. As chuvas certamente provocarão alagamentos e acarretarão dificuldades no escoamento da água.

Assim como os demais bairros, é densamente povoado, tem comércios, órgãos públicos e escolas. Mas vale destacar uma peculiaridade, a comunidade se reúne na sua sede para realização de cursos e palestras com envolvimento das crianças, embora as discussões sobre as demandas locais ainda não esteja em pauta.

Bairro do Agreste

O Agreste é um bairro que também foi criado na década de 1990, quando houve um incêndio de grandes proporções em área com palafitas, o qual dizimou casas, comércios e até a Prefeitura da cidade que funcionava nessa área. Situa-se no início da parte alta da cidade, culminando na primeira expansão do espaço urbano. O bairro concentra órgão e empresas privadas importantes para o funcionamento da cidade, como prefeitura, fórum, delegacias, polícia técnico-científica, hospital, hotéis, bancos e outras entidades privadas, lojas e supermercados de maior porte, residências em alvenaria, além da única praça da cidade.

Essas peculiaridades não isentaram tal bairro dos mesmos problemas socioambientais existentes nos bairros anteriormente citados, embora seja novo, criado após a municipalização oficializada em 1987 como alternativa para abrigar moradores afetados por sinistros. A presença desses órgãos e empresas não instigaram os gestores municipais, que por lá têm passado, a implementarem ações contínuas e duradouras relativas às questões socioambientais e de infraestrutura.

Há ruas com asfaltamento precário, sem pavimentação, sem revestimento asfáltico, não há esgoto nem sistema de drenagem, a água não chega às residências a contento, não há lixeiros em todas as residências e ainda se vê banheiros externos. Em fim, os problemas existem, embora em proporções diluídas e por vezes, despercebidos em razão da frenética dinâmica do cotidiano dos moradores da cidade.

A caracterização dos bairros que integraram a pesquisa apontou para a necessidade de definir as estratégias para coleta de dados primários a partir da participação popular, com o intuito de valorizar a liberdade de expressão e o saber popular. Esses elementos foram fundamentais na definição das atividades pedagógicas realizadas.

Em setembro de 2012, após selecionar os bairros que seriam inseridos na pesquisa, efetuei contatos por telefones com os presidentes das associações de moradores e marquei visitas, nas quais me apresentei e informei o objetivo das atividades realizadas. Todos os presidentes concordaram com a realização das atividades apresentadas e agendaram comigo uma data, comprometendo-se em mobilizar a comunidade para participarem de tais atividades. Em novembro do mesmo ano, retornei à cidade onde permaneci por 30 trinta dias. Nesse período imergi nas comunidades dos bairros selecionados. Visitei residências, transitei nas passarelas de madeiras entre as palafitas, tomei a água fornecida aos moradores das áreas de várzea e pude verificar que, de fato, a impureza é notável tanto na aparência quanto no sabor e na densidade.

A mobilização dos participantes na pesquisa se deu por meio de convite presencial pelos próprios presidentes das associações e por integrantes que, mesmo sem exercerem a função de liderança nos bairros, expressam credibilidade e possuem bom relacionamento com a comunidade. Nas datas acertadas com os presidentes das associações de moradores, realizei efetivamente as atividades que haviam sido programadas para a pesquisa de campo, as quais transcorreram por todo o mês de novembro. A despeito das atividades, realizei levantamentos de dados secundários e a coleta de depoimentos.

A pesquisa envolveu moradores dos bairros selecionados, com idades que variaram entre 18 e 65 anos e de diversas profissões (professores, domésticas, estudantes, profissionais liberais, servidores públicos, dentre outras). Quanto à escolaridade, havia participantes de todas as modalidades de ensino, como também, sem ter cursado a educação formal. Não houve definição prévia do número de participantes, interposição de condições para participação da pesquisa e nem um critério rígido de seleção dos participantes, pois as técnicas utilizadas permitiam a participação livre e voluntária e sem limite do número de

participantes nas atividades que seriam propostas. Por essa razão, adotei como técnica de amostragem a do tipo “acessibilidade ou por conveniência”, amparada em Gil (2008, p.94). De acordo com esse autor, tal tipo de amostragem é aplicável em estudos de caráter qualitativo e requer menos rigor que os demais tipos. Ademais, o pesquisador tem liberdade para selecionar os elementos a que tem acesso, admitindo que os mesmos possam, de alguma forma, representar o universo.

2.2.3 Atividades pedagógicas utilizadas na pesquisa para coleta dos dados

As atividades pedagógicas realizadas com as comunidades dos bairros selecionados, previamente, tiveram por objetivo ouvir os moradores, debater com eles questões de sua vivência e captar nas falas propostas para minoração de questões socioambientais locais. Essas atividades incluíram debates em grupo, coleta de depoimentos e identificação de manifestações culturais que versassem sobre a realidade posta aos moradores locais. Nos debates, os conflitos foram inevitáveis, pois, as relações sociais se entrelaçam e se dinamizam permeadas por conflitos, contrastes e contradições. Esses são indicativos que as pessoas são diferentes, não quer dizer que por isso tenham de ser desiguais nos seus direitos.

As atividades de pesquisa foram pensadas e definidas tomando como base a concepção de Freire ao afirmar que é necessária uma educação que possibilite ao homem discutir corajosamente a sua problemática, inserindo-se como parte integrante da mesma. Ou seja, uma “Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões” (FREIRE, 1967, p.90). Uma educação que conduza o homem a uma postura transformadora diante dos problemas do seu tempo e do seu ambiente de vivência, numa perspectiva constante de mudança de atitude, reforça esse autor. Ao concordar com esse posicionamento, realizei a pesquisa da tese sustentada na participação e cultura populares.

De acordo com a postura tradicional, muitos pesquisadores consideram que, de um lado, os membros das classes populares não sabem nada, não têm cultura, não têm educação, não dominam raciocínios abstratos, só podem dar opiniões e, por outro lado, os especialistas sabem tudo e nunca erram. [...]. O participante comum conhece os problemas e as situações nas quais está vivendo. De modo geral quando existem condições para sua expressão, o saber popular é rico, espontâneo, muito apropriado à situação local. Porém,

sendo marcado por crenças e tradições, é insuficiente para que as pessoas encarem rápidas transformações (THIOLLENT, 2003, p. 67).

É importante destacar que as referidas atividades foram inspiradas no “Círculo de Cultura” (FREIRE, 1967, p. 102) ou “Círculo de Investigação Temática” (FREIRE, 2011, p. 156), idealizado por Paulo Freire quando coordenou o Movimento de Cultura Popular do Recife (PE). O Círculo de Cultura consistia na estimulação de debates em grupo, cujos temas eram sugeridos pelos próprios participantes, através de entrevista, e se relacionavam aos problemas por eles enfrentados. Um dos seus princípios é a participação livre e crítica nos debates (FREIRE, 1979) e o objetivo, oportunizar os debates, os quais foram instigados por imagens da realidade vivida por eles. A etapa da entrevista não foi necessária porque eu já havia mapeado os temas em momentos anteriores quando realizei alguns trabalhos de pesquisa no local.

Dentre esses bairros, não foi possível concretizar o encontro com a comunidade do Samaúma, pois o presidente da associação do bairro desmarcou no dia anterior ao agendado. Nos demais bairros, os encontros foram realizados conforme previsto, porém em diversos locais, pois apenas os bairros Sagrado Coração de Jesus e Mirilândia têm sede da associação de moradores. Nos bairros que não possuem sede, consegui outro local ou com a prefeitura ou em residência de um dos participantes como foi o caso do bairro das Malvinas. O número de participantes foi o seguinte: no bairro Sagrado Coração de Jesus (7), Agreste (10), Mirilândia (13) e Malvinas (14) e mais quatro sujeitos que apenas concederam seus depoimentos, totalizando 48.

Para tornar os encontros descontraídos e, para que as pessoas pudessem se sentir à vontade, utilizei as seguintes atividades: dinâmicas de grupos, coleta de ideias ou *brainstorming*, abrindo janela e roda de conversa. No decorrer das atividades busquei identificar manifestações culturais utilizadas pelos moradores se expressarem sobre a realidade posta. A roda de conversa foi a atividade de maior ênfase, as demais foram implementadas no intuito de captar informações que complementassem a análise dos dados.

As atividades realizadas foram registradas na forma escrita, fotográfica e por meio da produção de filmagens. Além dessas atividades, coletei depoimentos de moradores dos bairros envolvidos na pesquisa e de outros também.

dinâmica de grupo:

Essa atividade possibilitou a fluidez da comunicação entre os participantes e foi utilizada para “quebrar gelo” (GATTI, 2005), com a finalidade de prover um ambiente descontraído, de modo que as pessoas se sentissem mais à vontade para se expressar e foi realizada no início de cada encontro. Na sequência, eu me identificava como aluna de doutorado, falava brevemente sobre a pesquisa e o seu propósito de captar soluções de problemas socioambientais. Em seguida, realizava dinâmicas para tornar o ambiente mais descontraído, e os participantes se sentiram mais a vontade.

coleta de ideias ou *brainstorming*⁵:

Essa atividade oportunizou a participação criativa, ampliando o intercâmbio entre os participantes que expressaram com uma palavra o que lhes vinha à mente; a frequência de ideias em uma nuvem pode apontar certas prioridades de opiniões; permite que os próprios participantes formulem contribuições, evitando distorções na interpretação da mensagem por terceiros; dentre outras vantagens. Existem recursos e materiais pedagógicos diversos na aplicação dessa atividade, como: o uso de tarjetas coloridas fixadas em painéis para dar visibilidade à questão que se quer submeter aos participantes. Optei por utilizar a projeção da imagem da cidade de Laranjal do Jari, no intuito de causar impacto, e apresentei a seguinte questão norteadora: Ao olhar essa imagem o que vocês visualizam? Para essa técnica destinei 20 minutos.

Abrindo Janela

O objetivo dessa atividade se pautou em “[...] promover a aproximação dos membros do grupo, através de um diálogo direcionado” (MILÃO, Albigenor & Rose, 2002, p. 13). No caso, o diálogo se referiu também sobre a cidade de Laranjal do Jari/AP, seus bairros e ruas, mas de forma escrita.

⁵ Significa colher dos participantes uma “chuva ou tempestade de ideias” (BROSE, 2005, p.38), opiniões, propostas acerca de um determinado tema, que depois serão condensadas por similaridade, a fim de permitir a análise dos resultados.

Os participantes foram organizados em pequenos grupos de no máximo três pessoas, que receberam uma folha de papel com a sequência de frases a serem completadas e uma caneta. Eles completaram as frases com o que veio à mente. Para essa técnica foram destinados 20 minutos. Houve quem preferisse realizar a tarefa individualmente ou em dupla e assim ocorreu.

roda de conversa centrada nas imagens que “eu sempre olho e nunca vejo”

As rodas de conversa (FREIRE, 1967) constituem uma forma apropriada aos processos de leitura e intervenção comunitária. Consistem em um método de participação coletiva em debates sobre uma temática, oportunizada em espaços de diálogo. Nesses espaços, os envolvidos nos debates podem se expressar, escutar os outros e a si mesmos.

O objetivo das rodas de conversa foi estimular nos sujeitos a construção da autonomia e favorecer o exercício da cidadania, por meio da problematização de questões iminentes ao seu cotidiano. Revelou-se um importante espaço de diálogo e de interação social, e, sobretudo, de socialização de experiências e conhecimentos entre os participantes.

Essa atividade preconiza que os participantes sejam organizados em roda para discutir temas da realidade deles. Possibilita a proposição de ideias a partir do debate que se estabelece. A participação é estimulada pelo mediador, no caso o pesquisador, que também tem a faculdade de se inserir como um dos participantes.

O objetivo da aplicação dessa atividade, na presente pesquisa de campo, visou discutir, refletir e verbalizar propostas acerca das questões socioambientais na ótica dos moradores. O conteúdo foi exposto por meio de imagens locais (fotografias produzidas por esta pesquisadora) que retratavam a situação da moradia, do lixo, da água, do esgoto sanitário e das circunstâncias urbanas e sociais em diversas partes da cidade.

Paulo Freire, em seu método de alfabetização, utilizava a fotografia como código de uma situação existencial dos alunos, ou seja, apresentava aos alunos a sua realidade por meio de imagens. Era uma forma de tornar concreta tal situação e ao mesmo tempo estabelecer um distanciamento entre a situação real, concreta, e o olhar dos alunos. Esse recurso possibilitava que alunos e educadores refletissem juntos e criticamente sobre a imagem projetada. Para Freire (1979, p. 18), “o fim da decodificação é chegar a um nível crítico de conhecimento, começando pela experiência que o aluno tem da realidade em seu ‘contexto real’”. Há nessa proposta uma frutífera oportunidade de intercâmbio na produção de conhecimentos sobre a

realidade quando associa-se o abstrato ao concreto e vice-versa, possibilitando a elaboração de uma nova visão do mundo, no qual os sujeitos se situam.

Diante das imagens, cada um dos participantes da roda teve a oportunidade de opinar a respeito, apontar causas e propor alternativas de solução. Nessa atividade, a pesquisadora também participou, num segundo momento, após ouvir os participantes para não influenciá-los em suas incursões.

No calor dos debates e das reflexões, estive atenta, no intuito de captar propostas para minorar as causas e os efeitos das questões elencadas. Essa atividade foi filmada, para facilitar a coleta de dados, mas também foi possível fazer registros escritos de parte do encontro, o que foi utilizado no decorrer da análise dos dados. O tempo atribuído a essa atividade foi de aproximadamente 90 minutos em cada comunidade pesquisada.

O uso de fotografias sobre a realidade de vivência dos participantes causou, em certos momentos, expressões de surpresa, que me permitiram inferir que como se sentiam diante do que estavam vendo, pois a imersão histórica na realidade opressora, por vezes, não permite uma análise clara da situação e cerceia o olhar crítico.

Considerando que a comunidade coaduna pessoas com distintos níveis de escolarização, o uso de imagens é um instrumento facilitador e um elo de integração para que diferentes sujeitos possam participar ativamente dos debates. Freire (1967, p.107) denominou o uso de sinais gráficos de “método ativo, dialogal, crítico e criticizador”. Nesse prisma, Freire (Ibid, p. 106) salienta: “[...] já pensávamos em um método ativo que fosse capaz de criticizar⁶ o homem através do debate de situações desafiadoras, posta diante do grupo, [...]”. Nas palavras de Freire, para que o homem se torne participante ativo na sociedade é importante que se faça presente nos debates, nos quais sejam tratados temas imanentes a sua vida cotidiana. Dessa forma, é possível tornar-se crítico e fazer da criticidade um aporte de ideias para transformação da vida em sociedade.

Análise das manifestações culturais

As manifestações culturais dos moradores foram analisadas com base, especialmente, nas concepções de Bakhtin (1999) e Certeau (1994), na medida em que esses autores associam a cultura popular às expressões da vida cotidiana. Essa atividade consistiu em

⁶ No caso da abordagem desta pesquisa, o participante do debate, a partir de um olhar crítico sobre a realidade, tem a sua curiosidade estimulada e sente-se independente e autônomo para formular por si próprio, de forma criativa, alternativas de solução, pois a sua aproximação com os problemas favorecem essa possibilidade.

identificar manifestações culturais que expressassem o cotidiano e inquietações dos sujeitos em relação à realidade local. Nessa busca, descobri poesias de autoria de moradores dos bairros Malvinas e Agreste que utilizam as mesmas para se reportarem à realidade local.

É importante destacar que a roda de conversa (Figura 1) foi a atividade em que foi dedicado maior tempo. Trata-se de debate em grupo, uma atividade sustentada na concepção dialógica de Freire. Para Freire (1979, p. 46), o diálogo é “uma necessidade existencial”, uma trilha que conduz os homens a encontrarem seu significado enquanto homem. Na concepção desse autor (Ibid), os contatos entre os que dialogam são reveladores de ansiedade, frustrações, desconfiança. Mas, também, despertam esperanças de que a realidade pode ser transformada no sentido positivo e induzem a conjugação de forças para ação e o estímulo à participação. Essa atividade se afina com a proposta metodológica definida para a pesquisa dentro dos pressupostos da educação popular que se caracteriza pela construção de uma educação na e com as comunidades.

FIGURA 1 - Rodas de conversa nos bairros



Fonte: Acervo de Eliana Paixão (2012).

Concordando com Brandão (2003), esse momento foi importante para compreender se o que as pessoas querem dizer quando falam tem algum significativo para elas, ao mesmo tempo em que ocorre "[...] interação de sentidos, de intercomunicação de sentimentos, de partilha de saberes e de valores" (BRANDÃO, 2003, p.143). Essa questão assinala que na análise dos dados as atividades devem ser pensadas e definidas de tal modo que permitam extrair o máximo de informações para atingir o objetivo da pesquisa.

No encerramento dos encontros, realizei uma breve projeção de vídeo motivacional e respostas a questões diversas formuladas pelos participantes, estas sem o devido rigor do registro, pois não integravam o objeto da pesquisa, culminando em agradecimentos.

2.2.4 Organização e análise dos dados

A organização dos dados coletados iniciou com a transcrição fiel das manifestações verbais dos participantes. Essa etapa possibilitou a sistematização de ideias centrais e secundárias. A seguir foi possível tecer uma análise reflexiva, buscando permanentemente o diálogo entre o arcabouço teórico e as ideias verbalizadas.

Todo esse material foi objeto de análise assentada na proposta da análise de conteúdo de Bardin, em que esta autora privilegia a elucidação dos significados das comunicações. Na sua obra "Análise de Conteúdo", é possível perceber que a autora apresenta a sua concepção, mostrando que a sua proposta alcança todos os tipos de comunicações e não apenas os conteúdos escritos. E assim a autora conceitua a análise de conteúdo como sendo:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadoras, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2010, p.44).

Bardin (Ibid) esclarece que essas comunicações podem ser orais ou escritas, uma vez que o seu objeto é a fala. Na esteira do alcance da análise de conteúdo, fez-se necessário

escolher o código, suporte e o público-alvo das atividades de campo. No que se refere ao código, utilizei a escrita, a oralidade e o grafismo, e no que diz respeito à quantidade de pessoas implicadas na comunicação, as conversas de grupos, além de consultas em livros, textos, relatórios e informações oficiais. Esses registros integram o que Bardin denomina de “domínios possíveis da aplicação da análise de conteúdo” (BARDIN, 2010, p.36).

Segundo esta autora, a análise de conteúdo pode partir da análise temática passíveis de elucidação dos significados, como também da análise lexical e de procedimentos, que ela denomina de análise dos significantes. E acrescenta que o interesse da análise de conteúdo não está na descrição dos conteúdos, e sim nos ensinamentos que esses engendrarão após o efetivo tratamento. No uso dessa modalidade há uma busca premente pelas causas e efeitos das comunicações, ou as possíveis consequências, o que demanda a necessidade de descrevê-las (enumerar características), emitir inferências (dedução lógica) e posteriormente a interpretação. É nesse sentido que busquei essa modalidade de análise, por entender que para o propósito da pesquisa é a que melhor se adequa e interage com o foco da pesquisa, fornecendo alternativas para decifragem dos significados das comunicações escritas ou orais coletadas.

A análise dos dados seguiu a proposta de Bardin (Ibid, p. 121), a qual denomina de “polos cronológicos” e envolve três fases: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados; a inferência e a interpretação. No curso da pré-análise os sujeitos da pesquisa receberam um código de identificação, que consiste de três letras maiúsculas, a fim de preservar identificações dos mesmos, embora tenham autorizado o uso de imagem e suas proposições (verbais e escritas) (APÊNDICES A e B). A análise também seguir pressupostos da educação popular e da cultura popular.

Em tal análise, busquei pistas para interpretar os sentidos dos significados dos conteúdos das falas dos sujeitos participantes das atividades realizadas, tecendo um paralelo com a história da cidade. A originalidade das falas foi preservada para assegurar o modo que os moradores locais utilizam para se expressar, uma espécie de código tipicamente amazônico e emblemático, rico em significados, em que para não se expressarem, literalmente, em algumas situações recorreram frequentemente a metáforas. Essa fase possibilitou entrelaçar reflexões críticas, a fim de melhor compreender a realidade investigada.

Os dados coletados na pesquisa serão apresentados e discutidos nas seções seguintes, a saber: dados oriundos da pesquisa bibliográfica sobre Laranjal do Jari e dados empíricos resultantes das atividades de campo realizadas com os moradores.

3 LARANJAL DO JARI: A DINÂMICA URBANA E AS IMPLICAÇÕES DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS LOCAIS

Nesta seção discuto a cidade de Laranjal do Jari e suas particularidades, especialmente no que tange a alguns fatores geradores das questões socioambientais locais, cuja tessitura urbana é, em larga medida, atribuída aos impactos negativos suscitados pela implantação do Projeto Jari na região. Abordo, ainda, a trajetória do citado projeto para que se possa compreender o caminho delineado pela dinâmica urbana vigente e a configuração atual da cidade. Nessa perspectiva também se fez necessário apresentar a constituição física e ambiental do município.

As décadas de 1950 a 1970 representam para o estado do Amapá, o marco das incursões capitalistas, quando o grande capital privado internacional avançava sobre terras brasileiras, sobretudo na Amazônia, que, segundo Loureiro (1992), eram inexploradas e ricas em recursos naturais. Para os empreendimentos significava o acesso à matéria-prima a fim de abastecer indústrias distribuídas no mercado internacional.

Na região Norte, segundo Loureiro (Ibid), na década de 1950, 68% da população economicamente ativa dependia das atividades do setor primário. Ainda assim, empresas privadas de grande porte intensificaram suas especulações e explorações sobre essas terras com o aval do Estado, que vislumbrava a oportunidade para captação de recursos financeiros e apoio político advindos do poder econômico dos grandes projetos que avançavam sobre a Amazônia.

Ainda conforme Loureiro (Ibid), nesse período, grandes extensões de terras foram adquiridas, transferindo-se incalculável patrimônio social, além de exuberante cobertura florestal. Dessa forma, a elite política da época passou a gozar de amplos poderes e a exercer o controle sobre os trabalhadores tradicionais que exerciam suas atividades de produção para subsistência sem conflitos ou disputas (Ibid).

Nesse contexto, a região do Vale do Jari⁷ foi selecionada para abrigar um grande empreendimento privado internacional – o Projeto Jari. Essa escolha se justificou pelo fato de que a região se constituía de floresta tropical rica em recursos naturais e posição geográfica estratégica favorável para escoamento da produção para mercados internacionais. A instalação

⁷ O Vale do Jari envolve duas cidades (Laranjal do Jari/AP e Vitória do Jari-AP) e um distrito (Monte Dourado-PA).

desse projeto integrou a política desenvolvimentista praticada à época, sem a preocupação com os impactos socioambientais que poderia causar.

O projeto era suntuoso para uma região considerada ainda vazia demograficamente, mas não demorou muito atraindo um contingente populacional de grandes proporções. Esse movimento engendrou a formação de um aglomerado urbano denominado Beiradão na margem esquerda do rio Jari, no estado do Amapá, o qual assumiu, 17 anos após, a categoria de cidade ou sede do município, passando a se chamar Laranjal do Jari, mesma denominação do município.

A referida cidade, diante de um moderno empreendimento empresarial, passa a ser permeada por contrastes, contradições e conflitos, sendo bastante afetada pela presença de tal empreendimento. A precária configuração urbana e suas implicações no cotidiano da população de Laranjal do Jari são inquietantes quando se coteja: a produção de lucros pela exploração de riquezas naturais e a pobreza da população aliada ao incipiente acesso aos equipamentos e serviços públicos; a proteção de áreas municipais e o caos da cidade; o avanço capitalista e a luta pela sobrevivência.

3.1 O Projeto Jari e sua influência no cenário investigado

A política desenvolvimentista empreendida no Brasil, a partir da década de 1950, por Getúlio Vargas, propunha um amplo programa de desenvolvimento que alcançasse os setores público e privado. A região Amazônica foi substancialmente alvejada por essa política com o advento de grandes investidores internacionais. No Amapá, essa fase culminou na implantação do Projeto Indústria e Comércio de Minérios S/A – ICOMI, em 1953.

A ICOMI era uma empresa brasileira de médio porte que, em 1947, recebeu autorização do Governo Federal para pesquisar e explorar o minério de manganês, no município de Serra do Navio - Amapá, por 50 anos. De acordo com Porto (2003), esse empreendimento atraiu significativo contingente populacional que se instalou ou na capital Macapá, ou em núcleos urbanizados construídos nos distritos de Santana e Serra do Navio.

Desde a fase embrionária, na década de 1930, quando a burguesia detentora do poder sobre a exploração do látex se deparou com a decadência na produção, esse modelo desenvolvimentista passou a interferir no processo de ocupação na Amazônia. Somado a essa situação, houve, também, a criação dos Territórios Federais, conforme acrescenta Porto (Ibid, p.85) ao afirmar que:

A diminuição da produção e da comercialização da borracha e a preocupação com a proteção das regiões fronteiriças que apresentassem o chamado vazio demográfico levaram à criação de um mecanismo em 1943, visando a ocupação dessas regiões e que permitisse ao governo central atuar com amplos poderes de decisão, à luz da Constituição Federal de 1937: os Territórios Federais⁸.

De acordo com Porto (2003), o que houve na verdade foi a abertura das potencialidades naturais amazônicas para o mercado internacional. Além do interesse político, o econômico era movido pela exploração mineral, pelo extrativismo de castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) e pela produção da borracha extraída da seringueira (*Hevea brasiliensis*). As ferrovias, dessa época, ainda nos dias atuais, estão em funcionamento para escoamento da produção de poucas empresas, além de minas esgotadas e grandes extensões florestais desmatadas, que foram substituídas por monoculturas, somadas aos inevitáveis problemas sociais.

A política desenvolvimentista ocorreu, com larga intensidade, no período compreendido entre 1960 a 1970, quando o grande capital estrangeiro avançou sobre a região sul do Amapá, na fronteira com o estado do Pará, onde se instalou o Projeto Jari. A exploração dos recursos naturais passou a ser exercida na região sem nenhuma medida concreta de compensação, como em Serra do Navio, com a exploração das jazidas do minério de manganês.

Em qualquer dos casos citados, o governo brasileiro oferecia em contrapartida benefícios fiscais e a infraestrutura necessária para a realização das atividades das empresas que se instalaram em solo brasileiro. A submissão do Estado, frente ao desenvolvimento promovido pelo avanço capitalista, a exemplo do Projeto Jari, permitiu que as empresas atuassem livremente, produzindo modificações socioespaciais e ambientais no seu entorno que afetaram, consideravelmente, as populações locais e o patrimônio natural.

O Projeto Jari foi implantado em 1967 pelo empresário norte-americano Daniel Keith Ludwig, o qual, de acordo com Sautchuck et al. (1979), foi incentivado a investir no Brasil pelo primeiro presidente a gerir o país após o movimento de 1964, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Ao receber Ludwig, no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, o

⁸ “Criados por desmembramentos de estados existentes, por ato unilateral do Governo Federal, sem a consulta prévia das Assembleias Legislativas dos estados afetados, ferindo o direito patrimonial dos estados em relação à área territorial que compõe a sua estrutura física e delimita sua jurisdição” (PORTO, 2003, p. 47).

então presidente teria assim pronunciado: “Venha mesmo para o nosso país, Mr. Ludwig. O Brasil agora é um país seguro” (SAUTCHUCK et al., 1979, p.15).

Ludwig era considerado um homem frio, calculista, mas corajoso e ousado. Conhecido no meio capitalista “pela sua capacidade de descobrir ou criar grandes fontes de lucros onde outros investidores não se arriscam ou não conseguem” (Ibid, p.20). Segundo esses autores, o empresário contratou o *Hudson Institute*⁹ para realizar pesquisa sobre as potencialidades da região. De posse dos resultados e da oferta de incentivos fiscais¹⁰ autorizados pelo governo brasileiro, Ludwig foi se convencendo das potencialidades locais.

Motivado pelos atrativos fiscais e potencialidades locais identificadas, Sautchuck et al. (Ibid) acrescentam que a Empresa Entrerios Comércio e Administração Ltda, subsidiária brasileira da *Universe Tankships Inc.*, empresa *holding* do conglomerado empresarial de Ludwig, adquiriu, em 1967, de um grupo de portugueses, um empreendimento privado denominado Jari Indústria e Comércio de Navegação Ltda. O empreendimento adquirido pertenceu ao latifundiário José Júlio de Andrade, “Zé Júlio” como era conhecido, com a razão social de Empresa de Comércio e Navegação Jari Ltda.

De acordo com Sautchuck et al. (Ibid), Zé Júlio foi Coronel da Guarda Nacional e comerciava com a população ribeirinha, assentada às margens do Rio Jari, navegando em seu Regatão¹¹. Trocava, com elevada habilidade, mercadorias por produtos extraídos da floresta, ao mesmo tempo em que se apossava de terras por onde passava, demarcando-as com pedras e as iniciais do seu nome (J.J.A.). Zé Júlio acumulou, dessa forma, o seu patrimônio, que incluía as aludidas terras, que compreendem parte do município de Almeirim-PA, Laranjal do Jari e Vitória do Jari (AP), do qual foi se desfazendo em favor de Jari Indústria e Comércio de Navegação Ltda, após ser diagnosticado com sérios problemas de saúde.

A Jari Indústria e Comércio de Navegação Ltda, que foi a semente da materialização do Projeto Jari na região, mudou a razão social para Jari Florestal e Agropecuária Ltda, pois a intenção inicial era explorar madeira e investir no setor agropecuário. Assim se concretiza a

⁹ “Entidade mantida por grandes empreendimentos econômicos que prestava serviços ao Departamento norte-americano (Ibid, p.13)”.

¹⁰ Dez anos de isenção de Imposto de Renda, de Imposto de Importação e de Imposto sobre Produtos Industrializados (PINTO, 1986).

¹¹ Barco conhecido como vendedor ambulante, o mascate dos rios amazônicos que utilizava-se da venda à vista e a prazo, contabilizando-as num caderno a fim de que tivessem um controle e assim pudessem descontar do valor da venda possíveis compras de produtos da floresta (LOUREIRO, 1992). Uma espécie de mercearia itinerante, com a finalidade de venda de produtos à população moradora das margens dos rios, sobretudo gêneros alimentícios.

implantação do Projeto Jari, um projeto agroindustrial que aglutinou diversos projetos e foi assentado em um montante de terras da ordem de 1,25 milhão de hectares, conforme Sautchuck et al. (1979).

Carneiro (1988) anuncia que no mesmo ano de implantação foram iniciados os trabalhos de desmatamento, terraplanagem e reflorestamento, pesquisa sobre o potencial hidrográfico do rio Jari, como também a prospecção mineral do solo, que culminou na descoberta da reserva de caulim.

Garrido Filha (1980) aponta que o Projeto Jari foi considerado pelo governo brasileiro como de relevante interesse nacional, pois significava o acesso a novas fontes de matérias-primas, vegetais e minerais. Mas há que se reconhecer que esse projeto causou considerável impacto socioeconômico e ambiental na região. No que diz respeito ao uso do solo, houve desmedida substituição de floresta nativa por monocultura.

As relações comerciais que tinham como base o extrativismo de produtos da floresta, fonte principal de subsistência para as comunidades ribeirinhas extrativistas e que alimentava a economia regional com a exportação de recursos naturais em estado bruto, foram praticamente substituídas por comércio varejista de gêneros multivariados.

O impacto social se evidenciou a partir da formação de uma favela fluvial de grandes proporções denominada Beiradão, na margem esquerda do rio Jari, nutrida com a intensificação do fluxo migratório predominantemente de homens para a região, em maioria, oriundos do Nordeste. Com a formação desse aglomerado populacional,

veio o desemprego, subemprego, submoradia, fome, prostituição, repressão da segurança particular Jari, garimpeiros aventureiros, péssimas condições de saúde, ausência de escolas. As condições sociais para a luta pela terra iam ganhando contornos mais fortes. A questão fundiária foi se tornando um estado de tensão implícito que já pulsava com a insatisfação dos moradores, principalmente no Beiradão (RIBEIRO, 2011, p. 42-43).

É importante salientar que um dos fatores determinantes do interesse de Ludwig por terras amazônicas foi a elevada reserva de recursos naturais e minerais. Assinala, Garrido Filha (1980), que as terras onde se instalou o referido Projeto eram inexploradas e reuniam

quase todos esses recursos, como a jazida de caulim no Morro do Felipe em Vitória do Jari¹², que já foi considerada “[...] uma das maiores jazidas de caulim do mundo” (PORTO, 2003, p. 135), além da excelente qualidade (CARNEIRO, 1988). O interesse pela Amazônia, reforça Garrido Filha (1980, p. 11-12), é facilmente compreensível, pois:

Os países industrializados são, no momento, cada vez mais carentes de matérias-primas e de alimentos. E a floresta representa poderoso polo de atração, por causa da diminuição progressiva das áreas de florestas tropicais do mundo, seja pela destruição resultante da utilização irracional feita pelas multinacionais, seja pela política de preservação de seus recursos, adotada por várias nações, principalmente na Ásia. Quase todos os múltiplos recursos da Amazônia o Sr. Daniel K. Ludwig encontrou representados nas terras do Projeto Jari. São elevadas as suas reservas de bauxita, o caulim é abundante. Na terra firme, substitui-se a mata original por plantação homogênea de árvores destinadas à produção de celulose.

A despeito desse conjunto de atrativos,

a área do Projeto Jari foi escolhida porque era uma grande extensão contínua de terras, de um único proprietário, que podia ser adquirida em negócio privado; situada em região de índice pluviométrico e intensidade de sol favoráveis; próxima dos grandes mercados consumidores de polpa e acessível, através do rio Amazonas, à navegação internacional em navios de porte econômico (CARNEIRO, 1988, p. 37).

É importante ressaltar que a exploração do caulim por uma das empresas do grupo - a Caulim da Amazônia – CADAM, elevou o Amapá a ser o “[...] maior exportador nacional desse minério, porém o seu beneficiamento e os valores da exportação são registrados como se fossem paraenses” (PORTO, 2003, p.136), sobretudo porque esse minério é transportado

¹² Município do estado do Amapá, situado na região Sul, na fronteira com o distrito de Monte Dourado (PA), onde se instalou o Projeto Jari.

até a fábrica de beneficiamento no Pará, através de um mineroduto de quatro quilômetros instalado sob o rio Jari.

Como mencionado anteriormente, a intenção inicial de Ludwig era explorar a madeira e a pecuária, porém, os dados levantados sobre os recursos naturais ampliavam o leque de possibilidade de exploração. Uma das consequências ambientais marcantes e negativas desse período foi a derrubada de castanhais para ceder lugar a *Gmelina arborea* (trazida da África).

Segundo Carneiro (1988), era uma árvore de cultivo curto, pronta para corte em cinco anos em média, ou seja, sinalizava a possibilidade de produção, em larga escala, de celulose com fibras de qualidade para atender a progressiva demanda internacional de papel. Essa árvore não se adaptou ao solo e foi substituída por *Pinus* e *Eucalyptus*, cultivadas ainda nos dias atuais.

Quando o Complexo Jari foi implantado, duas *Company Town*¹³ (cidades das empresas) foram construídas no interior de sua área de abrangência, uma no distrito de Monte Dourado à margem direita do rio Jari, ou seja, em frente à cidade de Laranjal do Jari (AP) e a outra em Munguba, em frente à cidade de Vitória do Jari (AP) - onde se explora o caulim (Mapa 3), distantes oito quilômetros entre si. Ambas estão situadas no município de Almeirim (PA), conectadas por estradas construídas pelo projeto.

O objetivo das *Company Town* era de servir de apoio ao projeto, provendo mobilidade e acessibilidade aos seus trabalhadores e foram planejadas em conformidade com as estratégias estabelecidas pelo projeto. Contudo, esse modelo de assentamento planejado criou espaços artificiais, dissociados da cultura, sem consonância com a identidade, costumes e história local, parecia outro país no interior do Brasil.

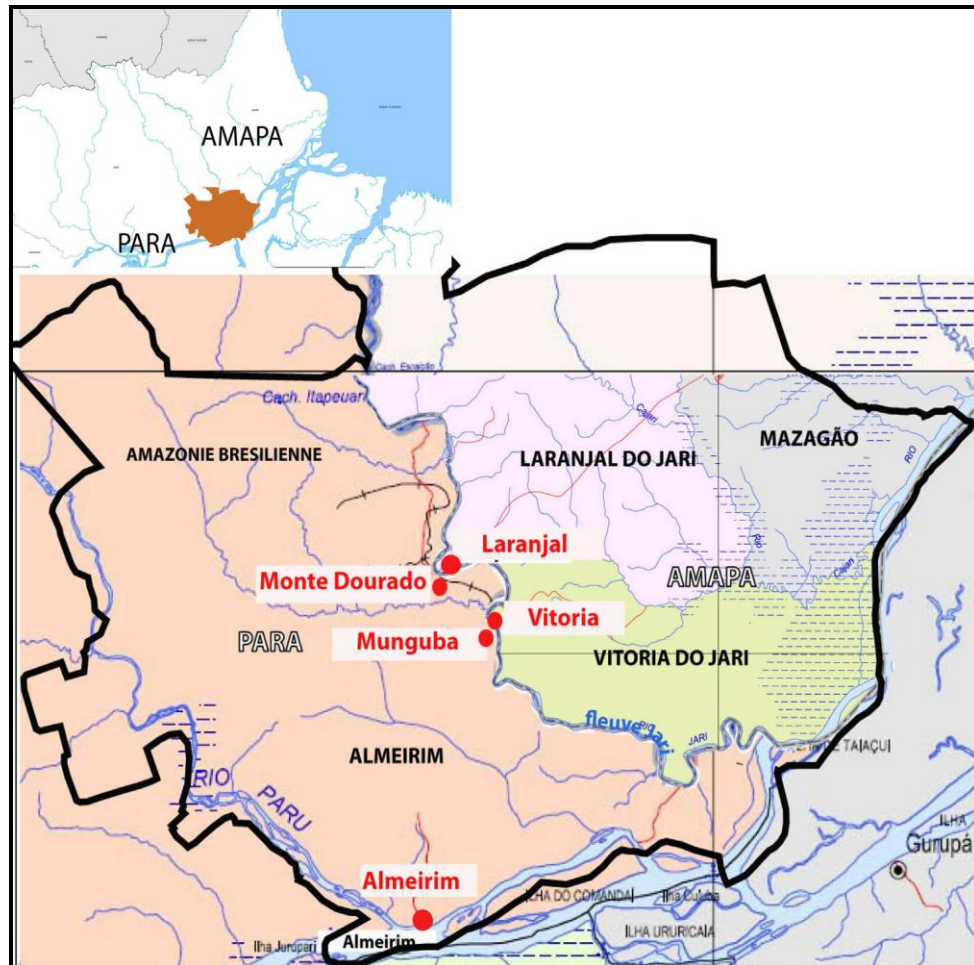
Disponibilizava aos moradores ruas asfaltadas, saneamento ambiental, agência bancária, correios, hospital bem equipado, supermercado, igrejas, clubes, restaurantes hierarquizado, delegacia de polícia e hotel. Porém, as moradias eram divididas em setores (*staff*, secundário e primário), como extensão da hierarquia funcional à vida privada.

Vale salientar que os operários braçais vinculados ao projeto moravam em

¹³ Assentamento planejado com sistema completo de infraestrutura, construído para abrigar mão de obra empregada em grandes empreendimentos privados (TOSTES, 2006). “Casas de dois, três e quatro quartos ocupados pelo *staff* (engenheiros, médicos, gerentes de projetos e cargos de comando em geral) e *intermediários* como são chamados na estrutura rígida social do projeto, os professores, pessoal administrativo e técnicos em geral” (SAUTCHUCK et al, 1979, p. 30, grifos dos autores).

alojamentos para solteiros ou em outro lugar por eles providenciados, como nos beiradões¹⁴ - favelas surgidas em função do projeto, na outra margem do rio (SAUTCHUCK et al., 1979), ou seja, em Laranjal do Jari.

MAPA 3 - Localização do Projeto Jari



Fonte: Ana Greissing (2010).

No que concerne à educação, Sautchuck et al. (1979) informam que havia uma escola de ensino regular, pública, em Monte Dourado, com oferta de pré-primário, 1º e 2º graus,

¹⁴ Segundo Sautchuck et al. (Ibid, p. 36) “é uma forma de povoação típica da Amazônia. São palafitas construídas nas beiradas dos rios, favoráveis ao estilo de vida do caboclo amazônico”. Os dois articulados com o Projeto Jari situam-se no Amapá: Beiradão, atualmente Laranjal do Jari; e, Beiradinha, que se transformou na cidade de Vitória do Jari. Esses beiradões têm acentuada vinculação com o rio Jari. Para esses autores, a água do rio que passa sob as casas tem múltiplas serventias, inclusive para acolher fezes e urinas que os beiradãoenses evacuam todos os dias.

supletivo e Mobral. Porém, apenas filhos de funcionários poderiam ser matriculados. Os professores eram remunerados pelo Projeto Jari e arrematados em Belém – PA, São Luiz do Maranhão ou no Vale do Jari com salários superiores àqueles pagos pelas prefeituras de Almeirim, Mazagão e localidades próximas.

A esse respeito houve sérios conflitos, pois os mesmos se desvinculavam das citadas prefeituras, para se integrarem ao quadro de funcionários da Jari. Havia outras escolas públicas no âmbito do projeto, porém de menor porte. Os currículos escolares adotados eram os oficiais, com oferta de aulas de língua inglesa a partir da 5ª série. O projeto providenciou também uma escola internacional, com pré-primário até a 8ª série, reconhecida pelos Estados Unidos. Atualmente, as escolas são mantidas pelos setores, público e privado, e atendem a população em geral (SAUTCHUCK et al., 1979), perdendo o seu caráter de internacionalidade.

Em qualquer segmento de atendimento às demandas sociais na área do projeto, havia recursos próprios e contrapartidas públicas. Todavia, a precarização da mão de obra era uma realidade. Segundo Pinto (1986), violências físicas eram cometidas contra trabalhadores do campo -“peões”. As moradias se resumiam a “barracões coletivos, cada um dos quais abrigava mais de 50 pessoas dormindo em redes” (PINTO, 1986, p. 99). Da mesma forma que as moradias eram sub-humanas, a alimentação fornecida apresentava qualidade duvidosa. Apesar das manifestações serem proibidas na área do projeto (Ibid, 1986), houve protesto de trabalhadores por melhores condições de trabalho, quando o presidente Emílio Garrastazu Médici visitou Laranjal do Jari, em 1973. Esse movimento teve ampla repercussão, instigando a opinião pública a se manifestar contra o projeto.

O problema social do Jari resultava de duas ordens de dificuldades, que positivavam ausência de decisões, tanto do Poder Público, quanto de Ludwig. Este não tinha contato direto com os trabalhadores mobilizados para o Projeto, mas com empreiteiros contratados que se revelaram descuidados na necessária assistência à mão de obra. Então as queixas e reivindicações voltavam-se contra Ludwig diretamente e este mostrou-se impotente para contornar a questão. De outro lado, formava-se, à beira do rio Jari, uma aglomeração de pessoas em precárias condições de habitação e subsistência, desprovida de serviços públicos e não assistida pelos mecanismos governamentais. Em outras palavras, o Governo não chegava lá e a companhia de Ludwig não assumia tarefas que, a seu ver, escapavam à jurisdição privada. E as críticas foram aumentando e tomando a forma de

manifestações pela imprensa e por meio de pichações nos muros das grandes cidades (CARNEIRO, 1988, p. 40).

De acordo com Pinto (1986), durante o processo de implantação do Projeto Jari, ainda em mãos de portugueses, mas que na era Ludwig não foi diferente, houve a investida sobre os moradores nativos no sentido de afastá-los de suas moradias sem pagar indenizações justas, para proteger a área do projeto contra potenciais “invasores, posseiros” ou a manutenção intacta da floresta para exploração exclusivamente pelo projeto. Em torno de 500 casas foram demolidas e parte reconstruída em forma de vila germinada, no entanto, as condições de habitabilidade eram incipientes. Isso suscitou conflito social de grandes proporções no local e junto ao governo do então Território Federal do Amapá, que colecionava denúncias de trabalho escravo por parte do grupo de Ludwig. Nesse contexto, o citado governo, por interesse político, se manifestou em favor dos moradores afetados, pois não era prudente se manter passivo frente a tal situação.

Tal governo, segundo Pinto (Ibid), em 1973 solicitou que a Jari cedesse uma área no Beiradão, para que o mesmo pudesse construir uma escola, um posto médico e um comissariado de polícia. Ludwig negou, alegando que remanejaria seus funcionários que moravam naquele conglomerado para vilas dentro da área do projeto. Contudo, os citados funcionários preferiram permanecer no local.

Em insistente desejo de controlar a ocupação no Beiradão, argumentava a Jari que morar no local era arriscado, devido às condições precárias de habilidade da várzea, agravadas por problemas sanitários, que poderiam comprometer a qualidade de vida dos moradores locais, como também dos funcionários da empresa que lá insistiam em morar. Mas o adensamento populacional aumentava progressivamente no Beiradão e se tornou incontrolável tanto pela empresa, cuja atenção se convergia às *Company Town*, quanto pela ausência do poder público.

É inevitável o adensamento populacional em locais que, por vezes, não possuem capacidade socioespacial para absorver os migrantes, sobretudo onde há instalação de grandes empreendimentos, mineração ou hidroeletricidade, construção de hidrovias e rodovias, de oleodutos e linhas de transmissão de eletricidade (ACSELRAD, 2004), no caso do Projeto Jari, basicamente celulose e mineração.

Essa situação engendrou os nítidos contrastes entre as instalações modernas e qualitativas das cidades-empresas (área das *Company Town* e a estrutura urbana inerente) e a

cidade do entorno que absorveu o impacto negativo do projeto. O Beiradão tornou-se um aglomerado permeado por tensão permanente, e isso se desdobrou, por diversas décadas, em eclosão de violências de toda sorte.

Com o passar dos anos, o império empresarial de Ludwig começa a declinar, sob vários tipos de pressão. Houve resistência à exploração dos recursos naturais na região imposta por órgãos governamentais, o apoio político foi enfraquecido pela abertura política que começava a se instalar no Brasil e, a despeito desses fatos, Ludwig ignorou setores da opinião pública que manifestavam restrições ao governo que o apoiava. Além disso, os negócios amargaram prejuízos financeiros e erros de execução de projetos, problemas energéticos, dentre outras questões. Por esses fatores Ludwig resolveu deixar o Brasil em 1982, desta feita no governo de João Batista de Oliveira Figueiredo, e o controle do Complexo Jari foi nacionalizado (SAUTCHUCK et al., 1979; CARNEIRO, 1988).

3.2 A nacionalização do Projeto Jari

A nacionalização ocorreu após serem esgotadas todas as possibilidades de convencimento para que Ludwig permanecesse. Não logrando êxito, o Presidente da República convocou um consórcio de empresas brasileiras, lideradas pelo grupo CAEMI (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração), sob o comando de Augusto Trajano de Azevedo Antunes¹⁵, com o propósito de salvar o Complexo Jari da liquidação e, dessa forma, evitar desemprego em massa. Mas as demissões ocorreram e, como consequência, a pressão social por terras por parte dos desempregados intensificou-se, agravando ainda mais os níveis de tensão (RIBEIRO; FILOCREÃO; CAMPOS, 2009).

O consórcio resistiu, *a priori*, porque os estudos de viabilidade econômica realizados à época apontaram que não havia perspectiva de lucro. A análise nos balanços contábeis indicou que desde 1977 o projeto estava impossibilitado de fazer novos investimentos e que não dispunha de capital de giro superavitário, para que suas atividades pudessem ser realizadas com fôlego financeiro (PINTO, 1986). O consórcio reivindicava, também, que o Governo Federal assumisse a prestação de serviços públicos, até então a cargo do projeto, sob o argumento de que a iniciativa privada não deveria tomar para si a função social que é do

¹⁵ Executivo do grupo ICOMI, subsidiária do grupo CAEMI, instalada no Amapá na década de 1950 para exploração do manganês em Serra do Navio. A indicação de seu nome para negociar a transferência do controle do projeto Jari ao conglomerado formado por 22 grupos brasileiros (Ibid, 1986), se deu em função da sua amizade com Ludwig.

Estado. Isso foi atendido em parte, pois a infraestrutura urbana em Monte Dourado e Munguba continuou sendo mantida pelo projeto, assim como o fornecimento de água e energia, embora o consumo desses serviços, atualmente, seja cobrado dos moradores. Apesar dos entraves que o projeto apresentava, o consórcio assumiu o desafio de reestruturá-lo para que se tornasse novamente atrativo e em condições de ser assumido por outros investidores, o que não se concretizou.

Em 1999, segundo Lins (2001), o Grupo Orsa Celulose, Papel e Embalagem S.A., vinculado à *holding* Saga Investimentos e Participações, controlada por Sérgio Antônio Garcia Amoroso, com sede em São Paulo, cuja atividade fim é a produção de cartões e papel de embalagem, adquire esse complexo industrial Jari. A intenção era de torná-lo novamente rentável a partir da produção de papéis para escrita e impressão, como também papéis sanitários e especiais. Inicia-se então uma sinergia de sua equipe de executivos, rumo ao soerguimento financeiro do projeto, e o mesmo retoma a rentabilidade.

A conquista da credibilidade do projeto perante a população da região era um desafio a ser superado. Para que isso ocorresse, o grupo Orsa implantou a Unidade Norte da Fundação Orsa, em Monte Dourado, em 2000. O objetivo era de implementar e apoiar programas sociais. A intenção do grupo Orsa, na realidade, era investir em estratégias de *marketing* pautadas no discurso de que suas atividades primavam pela responsabilidade socioambiental e pelo desenvolvimento sustentável. Entretanto, são duas práticas de difícil combinação, considerando o desmedido processo de exploração de recursos naturais, além da visível poluição lançada no ar pela CADAM.

Mesmo diante desse paradoxo, ao grupo foi conferido o reconhecimento e a certificação em seus processos, fato que atribuiu ao Projeto Jari patamar confortável perante o mercado internacional. Dessa forma, a empresa resgata a credibilidade perante as comunidades do entorno que não tendo nenhuma atenção por parte do poder público, deslumbra-se com a atenção dirigida a algumas de suas necessidades.

A Fundação Orsa desenvolve alguns projetos que atingem Laranjal do Jari. São cursos de curta duração para lideranças de associação de bairros, jovens e mulheres; programações culturais e esportivas dirigidas a crianças e adolescentes; promoção de palestras; e outros. Há também alguns poucos projetos duradouros, implantados em 2005, como a fabricação de biojoias com sementes coletadas nas florestas nativas pela Associação de Mães Artesãs do Vale do Jari – AMARTE e a elaboração de produtos com resíduos da madeira fornecidos pela referida fundação, certificada pelo FSC (*Forest Stewardship Council*), os quais são

transformados em objetos de decoração e utilitários domésticos pela Cooperativa de Artefatos Naturais do Rio das Castanhas – COOPHARIN, conduzida por jovens marceneiros. Tanto os projetos duradouros quanto os demais ainda são parcos, pontuais e esporádicos, diante de tantas demandas, e não alcançam ampla parcela da população de Laranjal do Jari, pois as vagas para participação são limitadas.

Os projetos desenvolvidos pela Fundação Orsa, em larga medida, não têm continuidade e parecem ser formulados apenas para mostrar ao mercado mundial que o Projeto Jari pratica a Responsabilidade Social¹⁶ e sustentabilidade ambiental. Servem de vitrine e mecanismos mercadológicos para suplantar a intensa concorrência e facilitar a penetração dos produtos e seus derivados, no mercado mundial substancialmente competitivo.

Tal investimento visa, sobretudo a melhorar a imagem da empresa, somada à projeção de uma gestão transparente e ética, que se preocupa com questões sociais e ambientais e não apenas com seus resultados econômico-financeiros. O deslumbre da sociedade e do consumidor com ações de Responsabilidade Social praticada por grandes empresas também é um indicador, o termômetro de que essas estão na direção certa. No caso do Projeto Jari, tornou-se vital para sua permanência na região sem tantas resistências por parte da população local e conformismo do poder público que não atende as demandas sociais a contento.

Após a nacionalização do Projeto Jari, a estrutura de Monte Dourado toma outra dinâmica. O comércio, antes controlado pelo projeto, adota a livre concorrência, da mesma forma que as agências bancárias. As moradias do tipo *Company Town*, as quais eram destinadas aos funcionários por nível hierárquico, continuam funcionando como moradias. Embora o local tenha sido municipalizado, o complexo empresarial ainda mantém o controle sobre as mesmas.

Os moradores são funcionários das empresas que trabalham no projeto, que prestam serviços ao mesmo por meio de outras, e não funcionários, sendo que estes, para conseguirem alugar uma das moradias, são submetidos a uma espécie de seleção. Todos pagam aluguel, mas os valores cobrados são diferenciados e a divisão do trabalho e de classes ainda é notável

¹⁶ Para Chiavenato (2010, p. 49), “Responsabilidade Social significa o grau de obrigações que uma organização assume por meio de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade à medida que procura atingir seus próprios interesses”. Investe em ações pontuais com foco em educação, saúde, inclusão social, preservação de recursos naturais, manutenção da biodiversidade e diminuição da pobreza. No Brasil, somente a partir de 2007 passou a vigorar a Lei 11.638/2007 (BRASIL, 2007b) que dispõe, dentre outras situações, sobre a institucionalização de um relatório contábil, denominado Balanço Social, o qual possibilita evidenciar registros de recursos destinados à práticas da Responsabilidade Social, cuja elaboração é exigida de empresas que negociam suas ações na Bolsa de Valores, o que não impede a elaboração por outros tipos de empresas.

entre os moradores. Saúde e segurança são serviços prestados pelo poder público, porém de forma incipiente, diferente de quando o projeto estava sob a égide de Ludwig. A precarização do atendimento à saúde tem onerado o único hospital de Laranjal do Jari que assume parte da demanda daquele distrito. A educação é provida pelo poder público ou iniciativa privada.

Com todas essas transformações, Monte Dourado ainda mantém, praticamente, os mesmos padrões de planejamento e salubridade socioambiental de décadas passadas. Se cotejado com Laranjal do Jari (Figura 2), verifica-se significativo o contraste ocasionado pelo expressivo inchaço populacional, que elevou o município de Laranjal do Jari à posição demográfica de terceiro maior do estado do Amapá.

FIGURA 2 - *Company Town* de Monte Dourado/PA e cidade de Laranjal do Jari/AP



Fonte: Acervo de Eliana Paixão (2013).

Na Figura 2, também é possível observar a diferença de coloração do ar. Monte Dourado está em um nível de altitude superior à cidade Laranjal do Jari. Isso contribui para

efluentes lançados no ar, permanentemente, por empresas do Grupo Jari, sobretudo a Jari Celulose, gravitem, sobre tal cidade. Por vezes, a fumaça transporta odor peculiar de composição química, poluindo visivelmente o meio ambiente e o ar respirado pela população. A mesma figura permite perceber que em Monte Dourado o ar é mais transparente. Isso demonstra que o contraste existente entre as duas cidades também se visualiza nesse aspecto.

O Projeto Jari não instiga apenas o movimento migratório e a precarização do trabalho que têm culminado na exploração da mão de obra. Contribui para a segregação social prevalente, na medida em que muitos dos que vêm para Laranjal do Jari atraídos pelo projeto, instalam-se conforme suas possibilidades financeiras permitem. Essa forma de ocupação é uma herança da época vigorosa do projeto e traz no seu bojo um legado que impacta, ainda nos dias atuais, em toda a morfologia urbana da cidade de Laranjal do Jari. São situações que revelam os multifacetados dilemas enfrentados pela população que está, cotidianamente, submetida a situações de risco iminente e vulnerabilidade social, comum na maioria dos municípios amapaenses.

No ano de 2012, o Grupo Orsa anunciou a necessidade de modernização da estrutura das empresas, como também de seus equipamentos para ampliar sua competitividade no mercado internacional. Porém, isso se desdobrou em mais demissões. Estima-se que, em 2013, aproximadamente mil funcionários foram demitidos, o que poderá acentuar o bolsão de pobreza na região e as demandas sociais. As relações sociais, por si, são permeadas por conflitos, e a ocorrência das demissões prenuncia que o agravamento dos mesmos é inevitável, na medida em que os problemas fundiários ainda não foram equacionados, como também os de natureza socioambientais.

3.3 Constituição do município de Laranjal do Jari: contradições entre o rural e o urbano

As contradições entre o rural e o urbano perpassam por uma multiplicidade de questões, dentre essas as relacionadas à forma de moradia e de sobrevivência, modos de produção, dificuldades de acesso a serviços e equipamentos públicos, que na área rural são praticamente inexistentes, ao êxodo rural para a cidade na perspectiva de alocação no mercado de trabalho. São questões que revelam a complexidade do espaço urbano.

Castells (2000), considerado um dos precursores a perceber a complexidade do espaço urbano a partir de problemas concernentes às dinâmicas das relações de produção e a estrutura

de poder na sociedade capitalista, esclarece com maior profundidade a significação do espaço urbano diante do processo de ocupação. Segundo esse autor, trata-se de:

[...] um produto material em relação com outros elementos materiais, entre outros, os homens, que entram também em relações sociais determinadas, que dão ao espaço uma forma, uma função, uma significação social (CASTELLS, 2000, p. 181-182).

A linha de argumentação que Castells (Ibid) segue para elucidar a complexidade do espaço urbano é de que esse se constitui por meio de um conjunto de processos ecológicos: a concentração, a centralização, a descentralização, a circulação, a segregação e, a invasão-sucessão. A concentração explica a densidade populacional no espaço e no tempo; a centralização diz respeito à associação e à especialização de uma ou mais atividades num mesmo espaço; a descentralização está relacionada à mobilidade urbana; a circulação, que se aplica em qualquer dimensão espacial; a segregação promovida pela estratificação social fomentada pelo capitalismo; e a invasão-sucessão, que explica a questão do fluxo migratório.

Lefebvre (2006) também se manifesta sobre a produção material ao se referir à cidade enquanto obra - morfologia material. A esse respeito eleva a reflexão sobre a relação produção da cidade e relações sociais e assim argumenta o citado autor:

Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra em condições históricas (Ibid, p.46-47).

Lefebvre (Ibid, p. 49) anuncia que a cidade é a “realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico”, e o urbano, a “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento”. Para esse autor, a cidade é obra, mas é movida pelas relações sociais e pelo processo histórico que a constitui e que se

reformula ao longo do tempo, engendrando transformações. Esse movimento ele associa ao urbano, o qual denomina de morfologia social. Embora sejam costumeiramente tratados aparentemente de forma isolada, o autor enfatiza que a cidade (morfologia material) e o urbano (morfologia social) estão imbricados, sendo, portanto, indissociáveis. A obra não funciona sem o fluxo social e nem este sem a obra. Há uma relação de interdependência.

Para Castells (2005), o fluxo social determina a forma e o período de organização social. Nesse contexto, emergem múltiplas representações em torno da função social da cidade, que redimensionam a vida em sociedade a partir do surgimento de “[...] novas formas e processos espaciais, [...]” (p. 499), transformando o “[...] ambiente construído, herdado das estruturas socioespaciais anteriores” (p. 500). Em meio a essa tessitura que possibilita o entendimento sobre a forma de configuração do espaço urbano, cristalizam-se políticas cada vez mais excludentes na tentativa de criar as condições para que práticas capitalistas prosperem, mesmo que, para isso, pessoas sejam predestinadas a viverem em circunstâncias inóspitas.

Retomando a questão das contradições, no estado do Amapá, há diversas áreas protegidas por leis ambientais, as quais têm tratamento diferenciado em relação às sedes dos municípios e são geridas por entidade vinculadas à esfera federal ou estadual. Devido à extensão territorial que abriga essas áreas, o estado passou a ser considerado um dos mais preservados do Brasil, com 74% de áreas destinadas a parques, unidades de conservação e terras indígenas. Ou seja, essa condição se aplica em, praticamente, todos os seus municípios, em que porções significativas de suas terras estão comprometidas, com forma de uso restrita.

Sobre essa peculiaridade da realidade configurada em vários municípios amapaenses, a minha compreensão é de que há um paradoxo. O estado do Amapá coleciona substanciais problemas socioambientais concentrados nas áreas urbanas, enquanto que larga faixa de terras recebe tratamento especial por parte do poder público. As faixas de terras urbanizadas, na maioria dos municípios, são exíguas e desprovidas de urbanização de qualidade e salubridade ambiental. Laranjal do Jari reflete nitidamente o contraste entre as áreas protegidas e bem cuidadas por entidades ambientalistas e o caos urbano que figura ainda nos dias atuais.

O município de Laranjal do Jari possui uma extensão territorial de 31.170,30 km², porém é dominado por áreas institucionais em 99,99% (CPRM, 1998) com inexpressiva ou inexistente intervenção pelo poder público municipal ou pela população local. Algumas, destinadas à conservação total dos ecossistemas existentes, outras, ao uso dos recursos

naturais, porém com a corresponsabilidade das comunidades locais que conquistaram o direito de desenvolver atividades produtivas sustentáveis a partir da prática do extrativismo, a despeito daquelas utilizadas como meio de subsistência através da agricultura familiar e ainda as que se destinam às reservas indígenas.

Em seu solo são encontrados os seguintes tipos de vegetação: formações pioneiras - vegetações características de áreas sujeitas a influências de rios -, e florestas densas (CPRM, 1998). Em geral, essas áreas são caracterizadas pela ocupação essencialmente ribeirinha (Figura 3), típicas da paisagem amazônica, cujas casas são construídas suspensas por estacas e em madeira, constituindo pequenos núcleos comunitários, com moradias dispersas.

FIGURA 3 - Ocupação ribeirinha tradicional



Fonte: Acervo de Eliana Paixão (2012).

A mobilidade se dá por meio do trânsito fluvial, os rios funcionam como vias, ruas; e as embarcações, como veículos automotores. O sustento familiar é provido por recursos provenientes da floresta e dos rios que margeiam tais comunidades. Os atendimentos na área da saúde são efetuados em posto de saúde, onde, por vezes, não há presença permanente de médicos; e a educação, por meio de programas com periodicidade especial, a exemplo do sistema de ensino por módulo. Nessas comunidades também há pequenos comércios que funcionam nas próprias residências com oferta de gêneros alimentícios, de higiene e de utilidades essencialmente domésticas.

Na área urbana, em Laranjal do Jari, também predominam as formações pioneiras (Figura 4). São áreas depressivas e inundadas periodicamente como ocorrem todos os anos por ocasião do período de inverno, onde a incidência de chuvas no estado do Amapá é intensa.

FIGURA 4 - Exemplo de vegetação pioneira



Fonte: Acervo de Eliana Paixão (2012).

De acordo com IEPA (2000, p. 39),

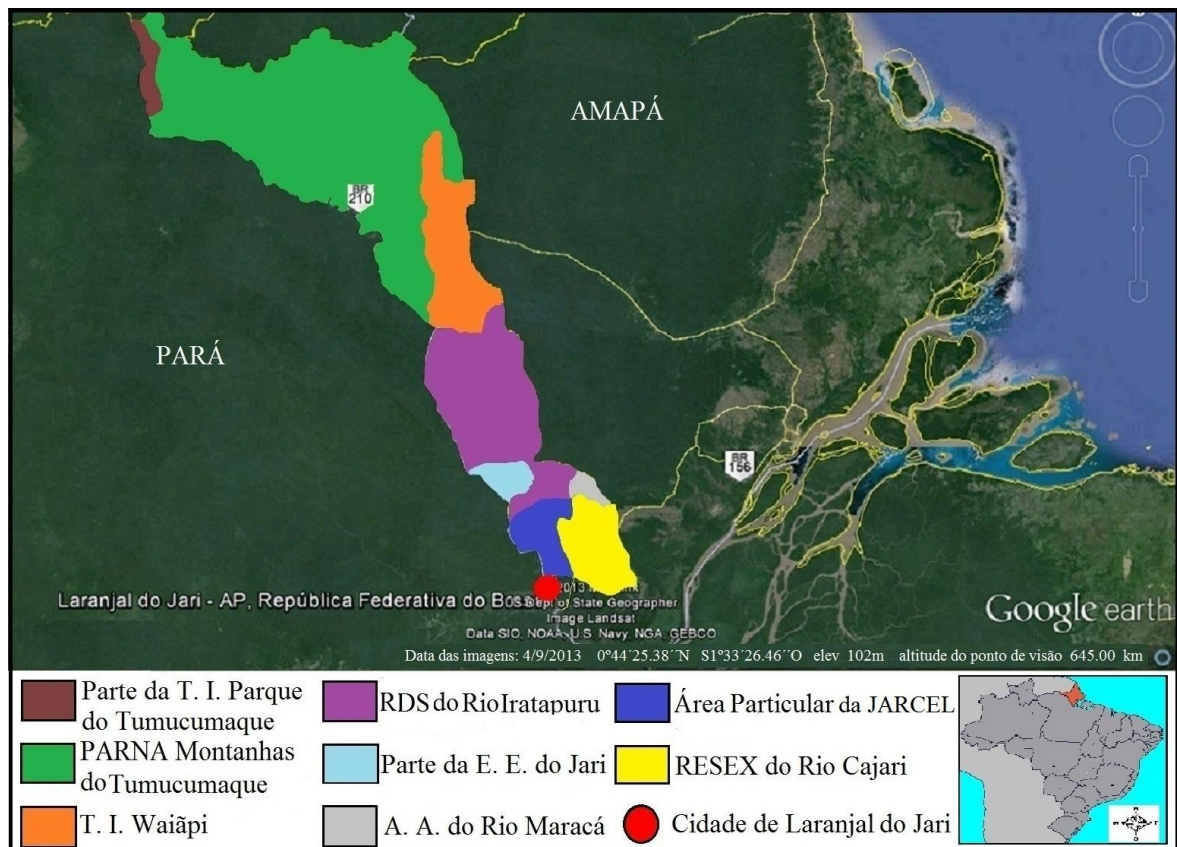
[...] são literalmente ambientes frágeis, com origem e funcionamento ligados à depreciação de sedimentos geologicamente recentes, profundamente influenciados pelos regimes de marés e de águas pluviais. São as chamadas planícies de inundação, planícies quaternárias, planícies aluviais, etc.

O advento do Projeto Jari engendrou substancial transformação nesse formato de ocupação, em especial à margem do rio Jari, onde inicia a área urbana do município de

Laranjal do Jari. Sua presença na vizinhança (Monte Dourado/PA e Vitória do Jari/AP) exerceu intensa atração populacional e o adensamento culminou na constituição de aglomerações que perduram ainda nos dias atuais, e as moradias se assemelham às de áreas ribeirinhas, porém de forma concentrada e com nítidos problemas socioambientais.

De acordo com a CPRM (1998) e Rabelo et al. (2004), grande parte das terras do município de Laranjal do Jari foram destinadas a áreas especiais (reservas, parques, assentamentos e propriedades particulares) como a Terra Indígena Parque do Tumucumaque, o Parque Montanhas de Tumucumaque, a Terra Indígena Waiãpi, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru – RDS, a Reserva Ecológica do Jari, o Assentamento Agroextrativista do Rio Maracá, a Propriedade da Jari Celulose, a Reserva Extrativista do Rio Cajari. A área rural do município congrega todas essas áreas protegidas, restando uma porção mínima à área urbana (Mapa 4), para que a cidade cumpra a sua função social, expressa no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2005a).

MAPA 4 - Áreas que compõem o município de Laranjal do Jari



Fonte: Google Earth (2013), editado por André Felipe Brito Araújo.

As áreas que compõem o município, segundo CPRM (1998) e Rabelo et al (2004), apresentam em síntese as características seguintes:

A Terra Indígena Parque do Tumucumaque apresenta 583,84 km² de extensão, a população compreende as etnias Tiriyo, Kaxuyana, Aparai, Wayãna. O acesso é exclusivamente por meio de transporte aéreo e os atendimentos a essas etnias são prestados pela capital do estado. No ambiente natural predominam as montanhas que compõem a Serra do Tumucumaque, com altitude em torno dos 700 metros.

A Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX) foi criada como unidade de conservação em 1989 e regulamentada em 1990, a partir de manifestações da população residente no local que reivindicava por solução de conflitos relativos à posse de terras (CPRM, 1998; RABELO et al., 2004). Segundo Almeida, Sousa e Vale (2009), em 1985, associações, sindicatos e cooperativas locais se organizaram para reivindicar a criação de áreas destinadas ao desenvolvimento de atividades extrativistas pelos seringueiros assentados em tais terras. Ocupa uma área de 1.962,23 km², abrangendo “terras do município de Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari” (RIBEIRO, 2011, p. 37-38).

Não há registro preciso sobre o número de habitantes, mas, em Ribeiro (Ibid), consta que em 2006 havia aproximadamente 1.600 moradores. Para esse autor, essa reserva está classificada na categoria de conservação de uso direto que permite as práticas produtivas e convivência social da população residente em consonância com a proteção dos recursos naturais. O gerenciamento é compartilhado por organizações formais constituídas pelo governo do estado, a comunidade e o IBAMA que juntos elaboraram um plano de utilização. Atualmente é administrado pela comunidade e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Além disso, foram criados os núcleos de base nas comunidades, que são importantes instrumentos de gestão participativa no que diz respeito às questões locais.

CPRM (1998) e Rabelo et al. (2004) também destacam a existência da área particular de propriedade da Jari Celulose, que conta com uma extensão de 1.325,49 km², onde predominam grandes florestas com elevada concentração de castanha-do-pará, além de algumas comunidades rurais. Já o Assentamento Agroextrativista do Rio Maracá possui extensão de 216,37 km² e dispõe de densos estoques de castanha-do-pará.

A Estação Ecológica do Jari, criada em 1992, está situada à margem esquerda do rio Jari, com uma área de 866,53 km² do município, segundo CPRM (1998) e Rabelo et al.

(2004). É uma área federal de conservação natural que não permite qualquer forma de intervenção humana, excetuando-se aquelas de caráter científico.

A Terra Indígena Waiãpi, instituída em 1996, localiza-se no limite com os municípios amapaenses de Pedra Branca do Amapari e Mazagão. Ocupa 3.535 km² do município. A população é dividida em grupos familiares disperso por toda a área demarcada e que constitui mais 30 aldeias, sendo a principal via de acesso a BR - 210 (Perimetral Norte). No ambiente natural a floresta de terra firme é abundante, recortada por rios e igarapés. A população indígena é assistida pela sede municipal de Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e pela capital do estado.

Em 1997 foi criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru – RDS em 1997 com extensão territorial de 6.174,80 km². É uma unidade de conservação (UC) estadual, administrada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao governo do estado do Amapá. “É a segunda do país nessa modalidade” (RIBEIRO, 2011, p. 51). Abrange parte dos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Pedra Branca.

Ribeiro, Filocreão e Campos (2009) acrescentam que tal reserva se destina à proteção dos recursos naturais e ao desenvolvimento do extrativismo da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) de forma sustentável. Predominam as baixas colinas, densamente recobertas por florestas de porte alto com grande concentração desse tipo de amêndoa. A reserva é cortada pelo rio Iratapuru, afluente da margem esquerda do rio Jari (AP), no sentido Norte/Sul, principal via de acesso e transporte da castanha-do-pará das áreas de concentração natural para a comunidade do Iratapuru. De acordo com Almeida, Sousa e Vale (2009), nessa UC habitam 150 pessoas e 80% de sua área é dominada pela citada castanha. Trata-se de um rio com diversas corredeiras, o que também impõe dificuldades de acesso.

De acordo com Ribeiro (2011), as famílias residentes nessa reserva, por um período de tempo superior aos relativos às demais, ficaram sem acesso aos serviços de saúde e educação, o que implicou na precária condição socioeconômica dessas famílias. O isolamento geográfico era evidente e as habitações construídas de forma esparsas e seus moradores adotavam o estilo de vida similar ao de moradores de áreas ribeirinhas.

O cenário não mudou tanto, em termos estruturais, mas no aspecto econômico as mudanças ocorreram. Ribeiro (Ibid) ressalta que as famílias passaram a ter acesso a receitas oriundas de aposentadoria, bolsa família, bolsa escola, além de benefícios governamentais e decorrentes do contrato com a Natura para fornecimento do óleo de castanha-do-pará (em

quantidade mais expressiva), do óleo de breu-branco e da copaíba (em menor quantidade). Isso implicou em distinção entre as rendas auferidas pelas famílias e, como consequência, desigualdade material entre as mesmas.

É importante salientar que a RDS do Iratapuru e a RESEX do Cajari foram criadas, segundo Ribeiro, Filocreão e Campos (2009), em razão da existência de castanhais, seringueiras e açaizais (*Euterpe oleracea*), na perspectiva de geração de ocupação, emprego e renda às populações locais, composta predominantemente, por nativos, pois o extrativismo dessas sementes engendra baixo impacto ecológico.

Almeida, Sousa e Vale (2009) por sua vez argumentam que a criação da RESEX do Cajari resultou de lutas empreendidas por organizações sociais locais como associações, sindicatos e cooperativas, as quais reivindicavam a criação de áreas protegidas em favor dos seringueiros, nos moldes das reservas indígenas. Ribeiro (2011, p. 37) acrescenta que a “Reserva Extrativista do Rio Cajari é a terceira maior reserva extrativista do país”. Em ambas, em detrimento dos fatores geradores da conversão em áreas protegidas, ressalta-se que há intervenção das comunidades locais, e o extrativismo é a base de sustentação e sobrevivência de ambas.

A castanha-do-pará na RESEX do Cajari é utilizada na fabricação de biscoitos, comercializada com casca e desidratada. Na RDS do Iratapuru, destacam-se a castanha-do-pará usada na fabricação de biscoitos e as sementes oleaginosas como copaíba (*Copaifera spp.*) e andiroba (*Carapa guianensis*) muito utilizadas na indústria de cosméticos (RIBEIRO; FILOCREÃO; CAMPOS, 2009). Essas matérias-primas têm sido base, também, no processo de elaboração de medicamentos fitoterápicos.

A mais recente área de uso restrito do município é o Parque Montanhas do Tumucumaque (PNMT), criado por Decreto Presidencial em 22/08/2002 como Unidade de Proteção Integral e está integrado à Serra do Tumucumaque, com grandes maciços florestais e fortes relevos. O acesso se dá por via aérea ou fluvial através dos rios Jari e Oiapoque, porém, com sérias dificuldades em face da existência de inúmeras cachoeiras e corredeiras que dificultam a navegação.

A sua criação não foi discutida com a população local, ainda que pequenas comunidades dele necessitassem para sobreviver e fazer uso dos seus conhecimentos tradicionais. É inacessível à população do estado do Amapá, em especial de Laranjal do Jari. Entretanto, a sua larga área de abrangência (38.440 km²) lhe rendeu o reconhecimento de ser a

maior floresta tropical do mundo somado à rica biodiversidade e ao elevado potencial hidrográfico. As dificuldades físicas de acesso e as restrições para visitação impostas pela legislação federal o tornam praticamente intocado, por ser pouco explorado (OLIVEIRA, 2011).

Esse parque está situado na porção mais ocidental do estado do Amapá, na fronteira com o estado do Pará, com área de abrangência da ordem de 16.474,04 km² do município de Laranjal do Jari (Tabela 2).

Tabela 2 - Área do Parque Montanhas do Tumucumaque

MUNICÍPIO	ÁREA TOTAL km ²	ÁREA CEDIDA AO PARQUE km ²	%
Laranjal do Jari	31.170	16.474	53
Pedra Branca do Amapar	9.537	3.338	35
Serra do Navio	7.791	5.609	72
Calçoene	14.333	4.156	29
Oiapoque	22.725	8.863	39
Total	85.556	38.440	45

Fonte: Assembleia Legislativa do estado do Amapá (2004), adaptado por Eliana Paixão (2012).

É importante frisar que, de toda a extensão territorial do município, o referido parque domina 26,5% da área total do estado do Amapá e 45% do total das terras de cinco municípios alcançados pelo mesmo, como se pode observar na Tabela 1 acima. As maiores representatividades estão em Serra do Navio (72% de sua área) e Laranjal do Jari (53%).

Concordo com Tostes quando afirma que:

Na prática, pouco se viabilizou sobre quais os reais benefícios deveriam ser atendidos para suprir as necessidades de pelo menos cinco municípios que compõem o entorno do PNMT. É preciso ressaltar que pouco, ou quase nada, foi construído de forma sistematizada, além da discussão de demoradas reuniões e algumas audiências públicas. Os projetos, programas e ações que deveriam atender às necessidades dos municípios envolvidos não ocorreram de fato, ficaram apenas no discurso sempre acalorado. (2012, p. 57-58).

De acordo com Buarque (2008), os discursos calorosos que envolvem temáticas ambientais emergiram com maior ênfase a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, quando aflora a crise do petróleo e publica-se o primeiro Relatório do Clube de Roma – Os Limites do Crescimento, em 1969. Esse relatório alertou o mundo sobre as perspectivas reais de esgotamento de alguns recursos naturais (matérias-primas e fontes energéticas), em médio prazo, atribuindo críticas à concepção ideológica de que a natureza era inesgotável e estava à disposição da exploração pela humanidade.

Buarque (2008) argumenta, que os dois eventos mencionados anteriormente instigaram não apenas a realização, em Estocolmo, em 1972, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, mas induziram amplo movimento ambientalista entre países desenvolvidos, suscitando um novo discurso ideológico em direção aos estilos de desenvolvimento. Nessa linha de abordagem foi realizada, em 1992, da Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento e Meio Ambiente – ECO-92, sendo a sede o estado do Rio de Janeiro.

Dada a sua abrangência, a ECO-92 foi considerada um dos mais importantes eventos do final do século XX, pois além de propagar a proposta de desenvolvimento sustentável, resultou na elaboração da Agenda 21 Global, cujo desdobramento ficou a cargo dos dirigentes locais.

Em junho de 2012, vinte anos após a ECO-92, ocorreu no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio + 20 (ONU, 2012). De acordo com o que foi publicado no site oficial do evento houve “ampla participação de líderes de empresas, governos e sociedade civil, assim como oficiais da ONU, acadêmicos, jornalistas e o público em geral”¹⁷. Nesse evento, mesmo reunindo representantes na maioria oriundos de países emergentes como o Brasil, substancialmente afetados pelos efeitos do “desenvolvimento econômico”, houve formulação de ações, sem a participação popular, a qual foi cerceada mesmo figurando na Constituição Federal de 1988 como um princípio constitucional, a despeito das manifestações sociais reivindicatórias que ocorreram no seu entorno.

Sobre o princípio da participação, Paixão (2008) considera como uma das inovações reveladas na Carta Magna de 1988, como também um importante instrumento para subsidiar a formulação de políticas públicas e de aproximação entre o Estado e a sociedade civil

¹⁷ ONU. Rio + 20 em números. 2012. Disponível em: < <http://www.rio20.info/2012/noticias-2/rio20-em-numeros>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

organizada. A participação também defendida por Streck (2010) como um princípio metodológico pressupõe a ampliação do espaço público, possibilitando a intervenção consciente e informada dos atores sociais na definição de políticas públicas. Todavia as práticas antidemocráticas estão por toda parte, especialmente na esfera política que não considera as discussões com a população, uma oportunidade para captar as demandas e empreender políticas públicas consistentes.

No documento final da conferência Rio + 20, os participantes reconheceram como de fundamental importância a força da participação popular como um imprescindível instrumento de mudança social e ambiental. Contudo, não consta no referido definição de medidas que proponham o envolvimento da população em planos, programas, projetos e ações de Educação Ambiental com vistas e melhoria de vida e bem-estar social.

Ficou evidente que, a despeito dos discursos democráticos, as posturas tomadas pelos participantes do evento nutrem as relações desiguais, fortalecem práticas assistencialistas e clientelistas da troca de favores e a manutenção de um autoritarismo camuflado, o que representa uma ameaça à democracia, fragilizando o pleno exercício da cidadania.

Tristão (2011) argumenta ainda que a dimensão ambiental transcende fronteiras, pois articula-se com todas as outras dimensões, em um mundo habituado a produzir segregações entre os homens, os povos e as espécies. Nesse prisma, revela-se como um fator de mobilização, posto que essa dimensão pode se incorporar aos distintos atores em diferentes contextos e ações, quando ancorada em princípios éticos e humanistas.

Os movimentos ambientalistas em prol da preservação e conservação ambiental representam um avanço, na medida em que tecem densas críticas ao modelo de sociedade capitalista vigente e contribuem na conscientização da necessidade da educação ambiental participativa e transformadora. Porém, ainda mantém o direcionamento apenas ao meio ambiente natural em detrimento do meio ambiente urbano. Ou seja, ainda não alcançaram a população que vive na periferia das cidades.

“O meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por ‘mudança ambiental’[...]”, (ACSELRAD, 2004, p.19). Essa concepção do autor sinaliza que é possível lutar pela salubridade do meio ambiente e das condições de vida, mas também clama por luta em

contraponto a projetos que não consideram as desigualdades sociopolítica e ambiental, presentes nos contextos aos quais são destinados.

Para Acselrad (2004, p. 21), a luta pela visibilidade da desigualdade ambiental visa evidenciar a forma como os movimentos por justiça ambiental “problematizam as políticas de alocação socioespacial dos riscos ambientais”. O intuito desses movimentos é mitigar o poder “dos agentes capazes correntemente de transferir os custos ambientais para grupos de menor renda e menos capazes de se fazer ouvir nas esferas de decisão” (Ibid, p. 21).

Para Tristão (2011, p. 3), “a defesa do meio ambiente emerge como movimento de resistência a esse pensamento capitalista moderno. A mais grave consequência e prejuízo dessa racionalidade irracional estão associados à degradação social e ambiental”. Essa concepção se torna evidente quando se coteja a área destinada a sede do município de Laranjal do Jari com as demais áreas. Há uma irrefutável contradição. A cidade está assentada na menor parcela territorial (1%), onde se concentram 94% da população do município e, em grande medida, as demandas por serviços e equipamentos públicos, além de acumular todos os problemas que afetam as cidades de um modo geral. Enquanto que as áreas protegidas absorvem mais de 99% das terras do município.

Os índices de representação das áreas protegidas em relação à área total do município de Laranjal do Jari ratificam que as investidas do poder público em proteger legalmente extensas áreas transcendem a autonomia do mesmo, prescrita na Constituição Federal de 1988. Ao Parque Montanhas do Tumucumaque foi destinada a maior parte das terras, à cidade de Laranjal do Jari, em contraste, a menor parte.

Sobre esse aspecto, Tostes (2012, p. 57) argumenta que a criação de grande parte das áreas protegidas sem nenhuma discussão prévia se atribui à fragilidade das gestões municipais no que concerne ao planejamento do território. Esse é um instrumento inexistente na maioria dos municípios do estado do Amapá e no caso de Laranjal do Jari, o plano existe, mas não há efetividade porque nunca foi materializado.

Esse mosaico de que o Amapá é o estado mais protegido do Brasil tem sido uma referência, não somente para a Amazônia, mas no âmbito internacional, porém o lado perverso desta moeda é a discussão sobre a real necessidade de medidas compensatórias, principalmente da parte do governo federal que criou o PNMT no final do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sem oferecer nenhum tipo de benefício para o estado do Amapá.

Da criação do parque até os dias atuais, este assunto retorna de vez em quando, de acordo com a discussão do momento.

De fato, concretamente ainda não há nenhuma compensação financeira ou socioambiental à população de Laranjal do Jari, por parte de órgãos governamentais, financiadores de pesquisa ou advinda de empresas que usufruem de matéria-prima extraída no município. É como se a cidade fosse totalmente dissociada do mesmo, que por essa razão não tivesse o direito de usufruir da conversão de compensações em benefícios à população local, com vistas à mitigação de contrastes e contradições entre o urbano caótico e o rural protegido.

A peculiaridade da larga faixa de terras protegidas imputa à cidade de Laranjal do Jari o ônus de atender as demandas da população na sua totalidade, como ocorre, em geral, com qualquer cidade, especialmente na área da saúde. Outro agravante é que com a transformação de Monte Dourado (PA) em distrito, parte de suas demandas, no mesmo segmento, também é transbordada para Laranjal.

Pequenas cidades como essa, sobretudo na região amazônica, concentram a maior parcela da população do seu município, mas são desprovidas de serviços e equipamentos públicos, os quais não são implantados ou ampliados na mesma proporção do crescimento populacional. Dessa forma, os atendimentos que nunca foram realizados a contento ficam ainda mais precários. Essa é uma questão complexa de equacionar sem a discussão e integração entre as esferas de governo, entidades de pesquisa e empresas privadas, somada à formulação de políticas que contemplem o município na sua totalidade e, sobretudo, à condições de sobrevivência na área urbana que apresenta as circunstâncias infraestruturais e socioambientais que estão postas.

Considero válida a preocupação, por parte das esferas de governo, com a preservação de áreas naturais sem ou com pouca intervenção humana, os benefícios são irrefutáveis, múltiplos e necessários à vida em todas as suas faces. Porém, penso que o poder público também deveria dedicar atenção, no mínimo equivalente, à cidade em tela que se encontra sem nenhum trato socioambiental, embora sua área de abrangência seja mínima em relação ao que se destinou às áreas protegidas no município de Laranjal do Jari. Essa é uma questão que merece uma discussão ampliada com todos os segmentos da sociedade local, com a imprescindível participação da população.

3.4 Morfologia urbana de Laranjal do Jari

A cidade de Laranjal do Jari, até 1987, quando municipalizou, era conhecida como Beiradão, até então, um aglomerado populacional vinculado ao município de Mazagão. A partir dessa nova condição e dos frequentes sinistros (enchentes e incêndios) desencasdearam-se transformações espaciais, e o Beiradão assumiu a denominação de Laranjal do Jari.

Na década de 1990, o processo de expansão aponta para uma nova organização espacial, com a divisão em bairros e loteamentos, assim, a cidade expandiu para áreas de solo misto (firme e alagado) e de terra firme (Mapa 5). Esse processo continuou a partir do ano 2000, atingindo o limite de áreas sujeitas à incorporação urbana. A cidade foi tomando o formato de uma âncora, mas grande parte de sua população ainda está concentrada à beira do rio sem a perspectiva de que a desordenação socioespacial prevalecente seja equacionada.

MAPA 5 - Cidade de Laranjal do Jari



Fonte: Google Earth (2013), editado por Eliana Paixão.

De acordo com Lins (2001, p. 301), o “[...] ‘Beiradão’, a despeito do crescimento desordenado e muito promíscuo, começa a ter edificações na terra firme, com ruas bem traçadas, luz elétrica e indício de que a cidade deverá fixar residências familiares neste local [...]”. Porém, as ocupações irregulares e os problemas socioambientais permaneceram e se mantêm como se não pudessem ser descolados da morfologia urbana.

No Mapa 5 também é possível observar que, a despeito da cidade tender a seguir uma organização espacial institucionalizada, normatizada, a ocupação avança sobre as áreas de várzea, que já são densamente antropizadas, pois o solo é impróprio para habitabilidade. Mas é complexo conter a ocupação nessas circunstâncias, numa cidade que não oferece a seus moradores opções diferenciadas e regulares a preços compatíveis com as condições financeiras de grande parte da população e que sejam providas de infraestrutura, equipamento e serviços públicos com padrões de qualidade. Assim, as ocupações são irregulares e improvisadas, sem controle e orientações por parte do poder público. As pessoas constroem suas moradias da forma que suas possibilidades financeiras permitem e, pelas condições do solo, a degradação ambiental é inevitável.

Maricato (2001) argumenta que a ocupação com total ausência de regras produz um elenco de males impugnáveis nos dias atuais: enchentes, incêndios, epidemias, desmoronamentos, poluição hídrica, saneamento inadequado, dentre outros. São males que sinalizam a subtração do direito à cidade de seus moradores, conforme as ideias de Lefebvre que o entende como sendo:

O direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão imbricados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2006, p. 135).

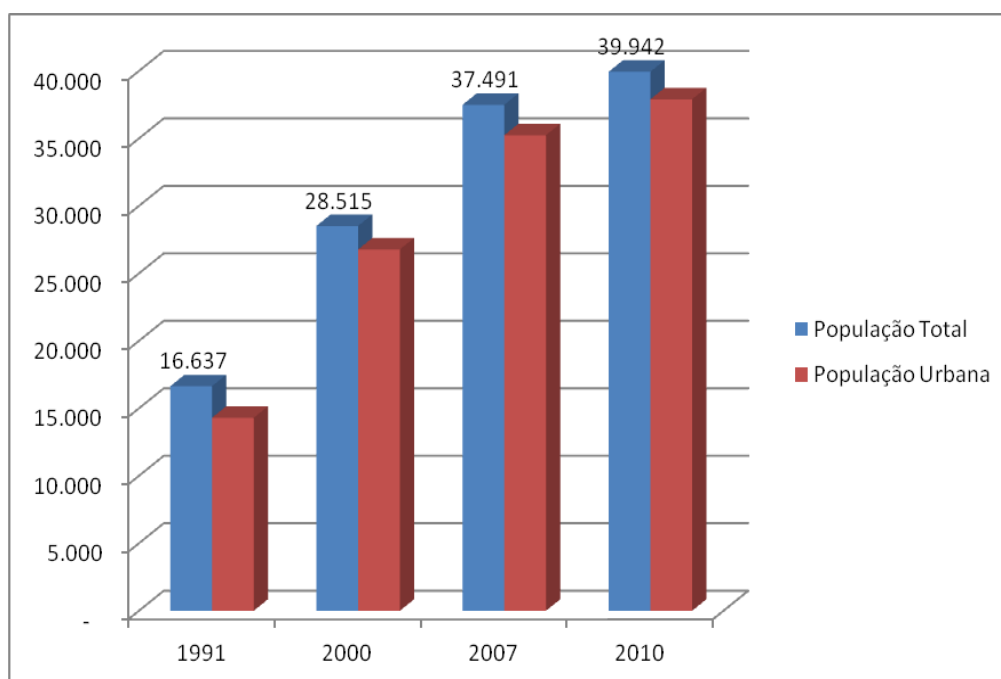
Segundo o autor, esses direitos transformariam a realidade se fossem convertidos em prática social. Mas a percepção que se tem é de que essa é uma condição que favorece interesses ambivalentes (OLSON, 1999), pois em Laranjal do Jari a despeito das condições do solo, há escolas públicas, igrejas, delegacias, dentre outras instituições, em áreas de ressaca (várzea), legitimando a ocupação. No mesmo mapa, ainda é possível verificar que a expansão

da cidade encetou a construção de uma via perpendicular ao eixo do rio, estendendo-se até a BR-156 que conecta a região sul do estado à região norte (Oiapoque). A citada via funciona como uma barragem, dividindo ao meio as áreas de várzea densamente povoada, e ao longo da via foi se consolidando um corredor comercial varejista que move a cidade economicamente (PAIXÃO, 2008). Outra questão que merece ser evidenciada diz respeito à mobilidade e ao sistema viário que ainda são providos de forma precária.

Com a dinâmica comercial induzida pela proximidade com o Projeto Jari com a cidade, a mesma apresenta, um ritmo frenético de trânsito de pessoas que também circulam no rio Jari como se estivessem em uma via terrestre. O rio serve de linha divisória entre os estados Amapá e Pará. Nesse trecho da fronteira, cuja distância entre ambos os estados de cerca de 280 m, a travessia se dá por meio de catraias (barcos pequenos) em 3 minutos.

O acelerado processo de expansão refletiu sobremaneira no aumento populacional em Laranjal do Jari. No ano de 1977, a população registrada foi de 5.000 habitantes, e em 1983, 12 mil, ou seja, em menos de dez anos a população aumentou em 140%. Em 2000 a população apresenta um crescimento significativo em relação a 1991 (71%), cresceu em 31% em 2007 em relação a 2000; e 6,5% em 2010 em relação a 2007 (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 – População do município de Laranjal do Jari



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (1991/2010), gráfico elaborado por Eliana Paixão (2012).

Tomando como parâmetro os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010), ao cotejar o ano de 2010 em relação a 2000, verifica-se que em dez anos o crescimento populacional em Laranjal do Jari foi da ordem de 40%, semelhante ao crescimento da população do estado do Amapá que também atingiu 40%, superior a Roraima (39%) e Acre (31%) nesse período, enquanto que o Brasil cresceu 12,3%. Para o porte da cidade é um índice muito elevado e preocupante, considerando que é o maior índice dentre todos os estados brasileiros, e que 94,9% dessa população está assentada na área urbana, sem a garantia de novos postos de geração de emprego e renda, como também de acesso à infraestrutura socioambiental.

Há expectativa de que o contingente populacional continue em acelerada ascensão por conta da construção da hidroelétrica de Santo Antônio no município de Laranjal do Jari, obra que está em andamento. O IBGE estima que em 2013 esse crescimento populacional no citado município alcance 43.832 habitantes, correspondendo a 9,74% em relação a 2010, enquanto a taxa geométrica de crescimento nacional será de 0,9%¹⁸ ou seja, a taxa de crescimento será aproximadamente 980 vezes maior que a taxa projetada de aumento da população brasileira. O crescimento populacional é preocupante em face das circunstâncias em que, historicamente, ocorre o movimento migratório e a ausência de políticas públicas com vistas ao provimento de salubridade socioambiental têm produzido todos os tipos de mazelas sociais (Figura 5).

FIGURA 5 - Mazelas socioambientais em Laranjal do Jari.



Fonte: Acervo de Eliana Paixão (2012).

¹⁸ IBGE. Notícias. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=>>>. Acesso em: 21 ago. 2013

A figura mostra, dentre as mazelas socioambientais, exemplo de ocupações irregulares, em forma de palafitas, e crianças brincando em meio ao lixo empinando papagaio. A despeito da realidade que está posta, em razão das implicações negativas herdadas, a presença do projeto Jari na região foi o indutor mais significativo da constituição do aglomerado populacional e urbano do Beiradão. Para muitos moradores, mesmo sendo parco o desenvolvimento social e econômico, o projeto possibilita sobrevivência às suas famílias, porque provém emprego e renda e mobiliza o comércio local.

A cidade em tela é de pequeno porte¹⁹, mesmo assim, o caos urbano ainda é uma realidade. O intenso processo de antropização suscitou notável insalubridade socioambiental. A cidade cresceu espacialmente em direção às áreas de terra firme, porém, o incipiente acesso a equipamentos e serviços públicos é uma situação ainda pendente e favorece para que os problemas socioambientais se alastrem para as áreas expandidas.

Não basta o poder público se preocupar apenas com o traçado das vias e o parcelamento do solo, é preciso fazer com que a cidade cumpra, de fato, a sua função social. O insucesso nesse aspecto concorre para que as pessoas continuem a fixarem suas moradias em condições adversas, como tem ocorrido ao longo de décadas. Por outro lado, a cidade se encontra pressionada por áreas protegidas por lei ou de particulares. As investidas do capital privado permanecem; e o inchaço populacional continua em ascensão. A estrutura física da cidade aponta para a necessidade de futuras expansões de sua área de abrangência, sem *a priori* essa possibilidade. Entretanto, essa é uma questão complexa de ser equacionada, por conta da ausência de áreas sob a égide do município. Essa mesma ampliação se faz necessária no provimento de serviços e equipamentos públicos para usufruto da população

3.5 Questões socioambientais urbanas: a face inóspita da cidade vivida por seus moradores

O processo de ocupação na parte baixa da cidade, antigo Beiradão, tomou contornos de uma enorme favela fluvial. Segundo Paixão (2008), esse *status* se sustenta, sobretudo, pelas condições de moradias e ausência de saneamento, com visíveis desdobramentos socioambientais. A ocupação irregular em áreas ambientalmente frágeis produz, também, a

¹⁹ Tomei como base para tal classificação os parâmetros metodológicos do IBGE para realização do Censo Demográfico de 2010, que estabelece para esse tamanho de município ter até 70 mil habitantes (IBGE, 2010).

compactação do solo, suscitando impactos ambientais como redução de nutrientes, alteração do microclima, da biodiversidade, poluição da água, dentre outros, que refletirão na vida dos próprios habitantes dessas áreas e das circunvizinhanças.

Observa-se que o esgoto está a céu aberto; há elevada densidade de resíduos sólidos, além de depósito dos dejetos humanos sob as casas e entorno. Esses agravantes são recorrentes e suscitam a ampliação do bolsão de pobreza, além das preocupantes consequências em face das precárias condições de salubridade, contribuindo para ampliar a incidência de risco de doenças, especialmente em crianças, tais como: tifo, dengue, leishmaniose, hepatite, dentre outras, além da proliferação de insetos, roedores e outros vetores de doenças.

Conforme enuncia Lefebvre (2006, p. 13, grifos do autor):

Assim se entrevê, através dos problemas distintos e do conjunto problemático, a crise da cidade. Crise teórica e prática. Na teoria, o *conceito de cidade* (da realidade urbana) compõe-se de fatos, de representações em curso de transformação e nova elaboração. Na prática, o *núcleo urbano* (parte essencial da imagem e do conceito da cidade) está rechaçando, e, no entanto, consegue se manter; transbordando, frequentemente deteriorado, às vezes apodrecendo, [...].

Paixão (2008) ressalta que, em referência às condições socioeconômicas, os dados descritos no relatório sobre a pobreza no Amapá, elaborado pelo Banco Mundial (ROCHA, 2002), mostraram que, naquela ocasião, a pobreza em Laranjal do Jari correspondia a 48,7% dos habitantes da sua área urbana (base censo de 2000). O Mapa de Pobreza e Desigualdade, configurado pelo IBGE em 2003 (dado mais recente) que também tomou por base o censo de 2000, e a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003 ratificaram esse índice ao apontar a incidência de pobreza da ordem de 46,20% (IBGE, 2003), mantendo-se, portanto, elevada. Outro dado que reforça esse aspecto é o índice Gini²⁰ de 0,38 (IBGE, 2010) para Laranjal do Jari, o qual também reforça a elevada pobreza, a vulnerabilidade social nutrida pela evidente

²⁰ O índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos para evidenciar a desigualdade de renda. Seu valor varia de zero, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor, ou seja, a igualdade é perfeita), a um, quando a desigualdade é máxima.

desigualdade na distribuição de renda, mesmo situando-se abaixo da média nacional (0,521) e da região Norte (0,522) para a área urbana, que são índices altos.

A elevada incidência de pobreza na cidade em tela também foi revelada por ocasião do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) por duas razões: de um lado, a renda per capita para a área urbana foi mensurada em R\$ 282, 86²¹ ou US\$ 164,45 dólares, para a área rural, R\$ 183,33 ou US\$ 106,59 dólares; de outro, a pesquisa acusou que 40% dos entrevistados afirmaram que não têm rendimento, o que instiga a reflexão sobre as circunstâncias de sobrevivência dessas pessoas, em que o sustento da família é uma incerteza sem uma remuneração formalizada. A erradicação da pobreza é um dos direitos constitucionais, mas está distante de ser plenamente viabilizado. Segundo o IBGE (2010), dos que têm renda, 51,28% recebem até um salário mínimo, os que ganham de um a três salários representam 37,87%, os que recebem acima de três salários mínimos somam 10, 88%.

As precárias condições de moradia e o acesso incipiente a serviços públicos, corroboram o descaso do poder público em projetar e concretizar alternativas que visem equacionar tais questões e mitigar as indubitáveis consequências. A Figura 6, que segue, confirma a existência de todos os tipos de mazelas socioambientais na cidade em tela, decorrentes da ausência de saneamento básico²².

Como se pode observar na mesma figura, há moradias muito precárias com banheiros externos, há lixos sob as casas, a água é fornecida e armazenada de forma inadequada, por vezes acessada de forma clandestina e não há esgotamento sanitário. Essa é uma condição recorrente e concreta também em áreas de terra firme, parte mais recente da cidade.

Diante de tais questões pode-se supor que há latente interesse político em mantê-las, na medida em que servem de bandeira política nos pleitos eleitorais. Já se passaram pelos menos cinco décadas e essa situação perdura sem perspectiva de solução.

²¹ Com relação ao valor do rendimento per capita, adotei o valor nominal mediano mensal e não o médio mensal, na medida em que o rendimento mediano reflete com maior precisão por evidenciar o valor central da distribuição analisada. A média foi influenciada pelo contingente populacional pesquisado com renda superior a dois salários mínimos, que representa 19% das pessoas entrevistadas, enquanto que os que afirmaram ter remuneração inferior a esse teto salarial compreendem 81%. O valor de referência do salário mínimo utilizado como base de cálculo pelo IBGE em 2010 foi de R\$ 510,00. A cotação do dólar adotada foi de US\$ 1,720 que corresponde à média do período de Ago a Out/2010, quando o IBGE realizou o Censo de 2010. Disponível em: < <http://www.acinh.com.br/servicos/cotacao-dolar>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

²² De acordo com a Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007a) a definição é a seguinte: “conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas”. Os serviços que compõem o saneamento básico estão sob a égide de esferas públicas distintas, e, ademais, estas podem conceder a empresas terceirizadas todas as etapas do processo de fornecimento do serviço.

FIGURA 6 - Condições de moradia e saneamento básico



Fonte: Acervo de Eliana Paixão (2012).

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada pelo IBGE em 2008, trouxe revelações que corroboram com o que se vê na imagem projetada anteriormente. Não obstante a pesquisa apresentar dados consolidados por município, no caso de Laranjal do Jari é válido considerá-los como resultados apurados na área urbana, em face da elevada concentração populacional.

No que concerne ao esgotamento sanitário e ao sistema de drenagem urbana subterrâneo, a pesquisa constatou que o município é desprovido da prestação desses serviços (IBGE, 2008). Rocha (2002) também constatou que o esgoto sanitário era inadequado em 99% dos domicílios. O relatório da Força Tarefa Local²³ (2006) apontou que 64% da população entrevistada usava esgoto de forma inadequada e 63% das casas visitadas tinham banheiros na área externa.

No que diz respeito ao abastecimento de água, a PNSB apontou que o município de Laranjal do Jari é atendido por rede de distribuição, mas a qualidade está comprometida. O

²³ Equipe formada por “funcionários da prefeitura, representantes comunitários, estudantes e professores”. (TOSTES, 2009, p. 18).

tratamento foi considerado parcial somente para desinfecção. Recebem tratamento 11.750 m³ enquanto que 2.474 m³ (17%) não recebem tratamento (IBGE, 2008). A Força Tarefa Local (2006) acusou que, apesar de 63% dos respondentes revelarem que a água fornecida pela CAESA recebia hipoclorito, o destino da água utilizada pela população local era inadequado, vez que desses 84% ou mandavam a água para rua, ou para o rio, ou despejavam a céu aberto.

Quanto à coleta de lixo, a PNSB (IBGE, 2008) apontou que há manejo de resíduos sólidos (Ibid), entretanto, não consegui a comprovação desse dado, o que se sabe é que há um lixão onde o lixo coletado pela Prefeitura, na área urbana, é depositado. Ou seja, o depósito do lixo urbano é acondicionado de forma inadequada em um vazadouro a céu aberto, distante 6 km do perímetro urbano (PAIXÃO, 2008), onde a população do entorno convive sob condições de risco iminente. É importante salientar que há a coleta de lixo domiciliar, porém, de acordo com IBGE (2008), a coleta seletiva também não existe, nem no âmbito do estado do Amapá. Não há, também, destinação de recursos para manutenção, produção de coleta seletiva e, sobretudo, para atividades socioculturais e assistenciais.

Uma consequência preocupante sobre essa questão, conforme descreve Oliveira (2011), remete ao assoreamento do rio Jari, na medida em que o despejo de lixo contribui para o acúmulo de partículas sólidas, suscitando “[...] o aumento da turbidez, a redução da penetração de luz, diminuição da fotossíntese com consequente morte de peixes pela falta de oxigênio” (Ibid, p. 81). Os lixões, além de serem poluidores ambientais, são criadouros para vetores de doenças das mais variadas espécies. Essa autora reforça que “a falta de esgotamento sanitário em Laranjal do Jari é um indicador de alto risco à população e ao meio ambiente. A situação de exposição de resíduos e a contaminação da água, é um problema de saúde pública, [...]” (Ibid, p.84).

Ao mensurar os níveis de risco socioambiental nas áreas de várzea urbanas de Laranjal do Jari (Figura 7), Oliveira (Ibid) detectou que os bairros próximos ao rio apresentaram os maiores índices de risco de inundações. De acordo com os parâmetros apresentados pela autora, até dois é considerado moderado, porém todos os bairros apresentaram índices superiores. Por consequência, na mesma proporção, predomina a vulnerabilidade socioambiental, que se justifica em face das circunstâncias consolidadas nesses locais.

A imagem apresentada reflete a situação de risco ambiental que submete a população local à condição de vulnerabilidade onde as circunstâncias de sobrevivência representam a marca da desigualdade social que impera na cidade. As aglomerações irregulares são produtos da ocupação desordenada e suscitam consequências às pessoas, além de propiciar degradação

ao meio ambiente, em geral em caráter irreversível. A pobreza no local dispensa qualquer regra para aferição. A imagem reflete uma feição de pobreza eminentemente urbana e que denota a precarização da vida em sociedade.

FIGURA 7 - Palafitas em área de várzea na cidade de Laranjal do Jari



Fonte: Acervo de Eliana Paixão (2012).

Oliveira (2011) adverte ainda que os dados constantes da matriz de risco composta pela mesma apontam que as medidas de prevenção devem ser formuladas e executadas no curto e médio prazo. Nesse sentido, todos os segmentos presentes no espaço urbano devem ser mobilizados e de forma integrada. Entretanto, as condições de fragilidade elencadas sugerem que qualquer intervenção modificadora seja amparada por princípios e práticas conservacionistas. Em paralelo, o processo de antropização engendrado ao longo do tempo, constitui-se em sinalizador de que as áreas afetadas carecem de mecanismos de regulação.

A configuração espacial nas áreas de várzea da cidade de Laranjal do Jari tem favorecido a ocorrência de sinistros do tipo incêndios e enchentes, conforme dados apresentados no Quadro 1 abaixo.

Esses acontecimentos se incorporaram na rotina da cidade como algo previsível e natural. E o que é interessante ressaltar: nada se faz para minorá-los ou evitá-los. Como medidas paliativas, fornecem cestas básicas, abrigos em escolas e auxílio financeiro para que as pessoas afetadas pelos sinistros voltem a recuperar parte do que perderam que é quase nada. E novamente as palafitas são erguidas.

QUADRO 1 - Sinistros ocorridos na cidade de Laranjal do Jari

Ano	Sinistros	Consequências
1982	Incêndio	Queimou grande parte do setor comercial.
1985	Incêndio	Consumiu 10 casas no bairro da Malvina.
1989	Incêndio	Considerado o maior incêndio, atingiu a parte principal do comércio, incluindo o trapiche principal e a Prefeitura.
1996	Enchente (nível do rio: dado não disponível)	Afetou todas as áreas de várzea.
2000	Enchente (nível do rio: 3 metros)	Afetou todas as áreas de várzea, considerada a maior enchente.
2006	Incêndio	Destruiu residências e estabelecimentos comerciais no setor comercial e adjacências.
2008	Enchente (nível do rio: 2,84 metros)	Desabrigou em torno de 350 famílias moradoras das áreas de várzea.
2009	Incêndios (01 em Nov e 02 em Dez)	Desalojou 250 famílias nas áreas de várzea urbana.
2010	Enchente (nível do rio: 2,15 metros)	Desalojou 300 famílias nas áreas de várzea urbana (*).
2011	Enchente (nível do rio: 3,13 metros)	Desalojou 350 famílias nas áreas de várzea urbana (*).

(*) Dados estimados.

Fonte: CPRM, 2008; Defesa Civil do estado do Amapá, 2011, editado por Eliana Paixão (2012).

As circunstâncias apresentadas e o conhecimento da realidade instigam-me a refletir sobre os resultados consolidados por entidades que aferem os níveis de desenvolvimento humano nos municípios brasileiros. No caso específico de Laranjal do Jari, observei que o IDHM²⁴ (PNUD, 2010) em 2010 atingiu o nível de 0,665, superando o do ano de 2000 em 38,25%. Saltou da condição de baixo para médio desenvolvimento. Em relação ao Brasil está

²⁴ Na base de cálculo o PNUD considera três aspectos: renda, longevidade e educação. As faixas de classificação são as seguintes: Muito Baixo (0,000 até 0,499); Baixo (0,500 até 0,599); Médio (0,600 até 0,699); Alto (0,700 até 0,799); Muito Alto (acima de 0,800). O valor máximo é um.

8,53% inferior e em relação ao estado do Amapá, 6,07%.

A longevidade foi o parâmetro que mais influenciou na elevação desse índice (0,801), considerado muito alto de acordo com a escala adotada pelo PNUD (Ibid), assim como o Amapá e o Brasil. No entanto, a educação foi o parâmetro que impactou negativamente, pois ainda permanece com o *status* de baixo desenvolvimento (0,573), enquanto o Amapá e o Brasil estão no patamar de médio desenvolvimento com 0,637 e 0,629 respectivamente. A renda, por sua vez, foi classificada com níveis que indicam médio IDHM (0,641), aquém do Amapá (0,694), que está na mesma na faixa de desenvolvimento e do Brasil (0,739), considerado de alto IDHM.

Fazendo um cotejamento com o índice FIRJAN²⁵ (FIRJAN, 2010), observa-se similaridade e contradições. Na base de cálculo desse índice, além da educação, utiliza-se as variáveis emprego e saúde, que não constam na metodologia adotada no cálculo do IDHM. Os dados do FIRJAM (2010) sintetizados em 2010 também indicam que Laranjal do Jari apresenta médio desenvolvimento com um índice de 0,5478, assim como o estado do Amapá (0,6206).

Em contraponto ao IDHM, o FIRJAN (Ibid) aponta que o índice atribuído a emprego e renda foi de 0,4189, considerado, portanto, mínimo, de acordo com sua escala. A educação está no patamar mediano de desenvolvimento com 0,5742, enquanto que o IDHM (PNUD, 2010) apontava baixo desenvolvimento. Na área da saúde o desenvolvimento foi considerado mediano (0,6501). No quesito educação e renda, os resultados aferidos por tais entidades divergem na sua direção, porém o FIRJAN (2010) considera geração de emprego para aferir renda, o que poderá ter puxado o indicado para baixo, contudo, parece mais próximo da realidade.

Os dados apresentados, embora sejam fruto de parâmetros ainda insuficientes, no meu entendimento, para aferir, de fato, o desenvolvimento humano, considero que servem de indicadores para reflexões acerca das questões postas. Porém, compreendo que é importante considerar outros quesitos como as condições de moradia e sanitárias, que por si só contradizem índices que colocam o município em tela no patamar de médio desenvolvimento. Esse contracenso eleva a compreensão de que a discussão permanente relativa às questões em

²⁵ O Sistema FIRJAN é composto pelas seguintes entidades: FIRJAN, CIRJ, SESI, SENAI e IEL. Desenvolve e coordena estudos, pesquisas que avalia o desenvolvimento nos municípios e no cômputo do índice FIRJAN considera três variáveis: emprego e renda, saúde e educação. Os níveis de classificação são: Máximo (0,7194), Mediano (0,5397), Mínimo (0,4326). O valor máximo é um.

tela é primordial e deve envolver instituições oficiais e, fundamentalmente, a população local, marcada pela experiência de ser submetida, cotidianamente, a essas condições de vida.

Como se pode observar, a história da origem da cidade de Laranjal do Jari coincide com as implicações adversas engendradas pela implantação do Projeto Jari na região em 1967. Desde então, as implicações são visíveis e se tornaram parte da vida cotidiana dos moradores sem que esses tenham o entendimento do seu direito em intervir para equacioná-los, mitigá-los ou evitá-los. O impulso nesse sentido deve partir de cada um dos moradores e deles em conjunto, pois o espaço urbano é constituído pela dinâmica das relações sociais que lá se estabelecem (CASTELLS, 2000). É evidente que essas relações são conflituosas, mas, no contexto arrolado, há também um processo de aprendizagem no que se refere à interação interpessoal, no respeito ao outro em suas imperfeições, na valorização da tolerância, ao diálogo, entre outras situações que se manifestam no contexto urbano.

É possível contar com a participação dos moradores nas decisões e discussão sobre a cidade, sobretudo, quando a pretensão é intervir no espaço urbano, visando a melhoria da qualidade de vida ao acessar os elementos assinalados por Lefebvre (2006) no que se refere às condições habitacionais, educação, saúde, segurança, transporte, cultura, dentre outros, que segundo esse autor são elementos fundamentais ao exercício do direito à cidade. Houve uma experiência, nesse sentido, quando foi elaborado o planejamento urbano do município em 2007, cuja metodologia será apresentada a seguir.

3.6 A experiência de educação popular na elaboração do Plano Diretor do município de Laranjal do Jari: aspectos metodológicos

Os Planos Diretores²⁶ com viés participativo têm sua raiz nas manifestações populares que ocorriam no Brasil na década de 1970 quando, segundo Rolnik (2001), houve ampla mobilização dirigida à política urbana. Os movimentos reivindicavam por regularização de loteamentos clandestinos, infraestrutura em favelas, melhores condições de habitação, de serviços e equipamentos públicos, dentre outras questões. Foram movimentos que

²⁶ Segundo o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2005a) é o instrumento básico da política urbana, convertido em lei para definir a melhor maneira de ocupação do território no município e contribuir no cumprimento da função social da cidade e da propriedade, por meio de um pacto com a sociedade, realizando uma leitura da realidade local a fim de determinar as diretrizes, os instrumentos e os meios para transformar essa realidade e atingir os resultados previstos.

referendaram a força da população para uma construção coletiva, criativa e autêntica (FREIRE, 1967). Esse autor assinala que, somente nas bases populares e em conjunto era possível materializar essa construção. Por isso refutava modelos tecnicistas e idealizados nos gabinetes, impostos ao povo como fórmulas e prescrições que deveriam ser seguidas para qualquer ação. Seguindo essa trilha de pensamento, esse autor (Ibid) afirma que quanto maior a democratização, menor a ignorância. Essa convicção não se refere apenas ao analfabetismo, mas em qualquer outra circunstância. Era necessário substituir a inexperiência de participação e ingerência sobre ela por participação crítica. Só assim o povo passaria por um processo de transformação a ponto de ser capaz de optar e de decidir. Seria um participante democrático e ativo.

Para Streck (2010), os estudos em torno da relação entre educação popular e movimentos sociais apresentam duas vertentes: de um lado a compreensão sobre a pedagogia no interior do movimento, com vistas à potencialização dos processos ali desenvolvidos e replicação da experiência para outros contextos pedagógicos; de outro lado, o movimento em si, enquanto movimento para a sociedade.

O autor entende também que esses momentos ensejam aprendizagens dos movimentos que dizem respeito: a ruptura e a insurgência como parte pedagógica; a participação como um princípio metodológico; uma nova compreensão de sujeito; a relação com o poder e o redimensionamento do local e do global. Diante desse quadro, o autor afirma que no contexto da ação dos movimentos, “[...] existe uma rica tradição pedagógica pouco integrada na reflexão teórica, mas que funciona como um manancial subterrâneo que alimenta novas experiências” (Ibid, p.302).

Ainda para Streck (Ibid), as lutas empreendidas pelos movimentos sociais em geral são entendidas como um processo cultural e, como tal, revelam um desafio na estruturação da sociedade. Nessas lutas o conflito emerge como um elemento pedagógico, uma vez que a educação popular abriga as diferenças sociais, pois tem como desafio manter a “*unidade da diversidade*” (p.306, grifo do autor).

Uma das conquistas importantes nesse processo foi a inserção dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988 (MARICATO; FERREIRA, 2001), os quais regem o princípio da função social da cidade e da propriedade, imbricados num processo de democratização da gestão municipal na estruturação urbana. Esses artigos foram regulamentados pela Lei 10.257/2001 - Estatuto da Cidade (BRASIL, 2005a) que dispõe sobre as diretrizes e requisitos

para elaboração de planos diretores por municípios brasileiros. Uma das diretrizes determina que o plano seja elaborado com a participação da população.

Em relação à prerrogativa da participação em momentos decisórios da gestão pública, nas três esferas de governo, consta no Art. 29, XII da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2001), que os setores sociais devem participar em todas as instâncias do processo de construção do planejamento municipal (PAIXÃO, 2008). A referida constituição, no Art. 1º, II (BRASIL, 2001), institui, também, a cidadania como um fundamento constitucional. A mesma carta dispõe sobre o princípio da descentralização, o qual visa fortalecer a prática da autonomia e da participação popular. Isso é exercer a democracia de fato, embora nem sempre esse direito possa ser exercido.

Mas o nosso papel no enfrentamento à inexperience democrática é situar no centro da análise formas de compreensão das forças dominantes que tentam, constantemente, moldar os sujeitos para a condição de subalternos. Diante de uma sociedade em transição como a nossa, que está em processo de emergência, de inevitável democratização, essa compreensão é válida na medida em que também constitui sujeitos críticos.

Para definição de quais municípios brasileiros se enquadram na exigência de elaborar o planejamento urbano, o Art 41 do Estatuto da Cidade traz os seguintes critérios: ter mais de 20 mil habitantes; possuir potencial turístico a ser desenvolvido; e ter grandes obras que afetem a morfologia urbana ou exponha o ambiente a situações de risco, como aeroportos, rodovias, hidroelétricas, prédios comerciais de grande porte; e ser integrante de regiões metropolitanas; entre outros.

Os três primeiros critérios se aplicam à Laranjal do Jari. O segundo é um fato, diante da extensão de áreas protegidas e riquezas de recursos naturais. O terceiro se confirma pela implantação do Projeto Jari na região, o qual implicou na origem das questões que ensejaram risco ambiental urbano ainda existente.

Paixão (2008) esclarece que ao determinar que todo município com mais de 20.000 habitantes construísse o planejamento urbano, o Estatuto da Cidade estabeleceu diretrizes norteadoras da formulação da política urbana, dentre essas, a gestão democrática (BRASIL, 2005a), na qual se assenta o princípio da participação popular no processo decisório. As práticas participativas em nível local poderão desenvolver estratégias numa dimensão político-pedagógica, importante para organização da sociedade.

Segundo Paixão (Ibid) diversos projetos, planos e programas foram pensados para a cidade de Laranjal do Jari, sem, contudo, haver o envolvimento das comunidades e se

resumiram, tão somente, em diagnosticar a realidade local. A experiência da elaboração do Plano Diretor vigente para Laranjal do Jari foi um ensaio significativo no envolvimento da população local nas discussões sobre os destinos da cidade.

Com efeito, na cidade de Laranjal do Jari, prevalece a desconfiança de que nada acontece em favor da população, e não se restringe apenas aos gestores públicos, mas a outros atores como ONG e organizações sociais. Tal desconfiança também se estende ao Projeto Jari, o qual contribui para a deflagração da precarização das condições socioambientais e ampliação da pobreza desde a origem da referida cidade. A postura do projeto em relação ao Jari sempre foi passiva frente à situação caótica vivida pela população daquela cidade, tanto que sua participação na elaboração do plano diretor foi praticamente inexistente.

Segundo Paixão (2008), a elaboração desse plano resultou de uma parceria firmada entre a Prefeitura de Laranjal do Jari (AP) e a Universidade Federal do Amapá, por meio de um Convênio de Cooperação Técnica e Científica, por período de três anos, iniciando em 2005. As razões que justificaram a inserção do município no projeto de extensão não se vinculam apenas à obrigatoriedade do mesmo ter o citado contingente populacional, mas, sobretudo, em função das “consequências do processo de migração estimulado pelo Projeto Jari quando, na década de 1970, ficou conhecida a Vila do Beiradão, que é parte da fronteira do estado do Amapá com o estado do Pará através do Rio Jari” (TOSTES, 2009, p.14).

Segundo Paixão (2008, p.107),

Em Laranjal do Jari, verificou-se que desde a sua gênese, os gestores não se preocuparam em aplicar um modelo de planejamento ainda que apresentasse um formato tecnocrático e nem tampouco a construção desse instrumento com viés focado nas especificidades locais e ancorado por discussões e deliberações democráticas. O Estatuto da Cidade era um instrumento desconhecido no âmbito da gestão pública, da população e de outros segmentos da sociedade local também, o que ainda ocorre na maioria dos municípios amapaenses.

As questões socioambientais prevaletentes em Laranjal do Jari suscitaram conflitos, que em geral são expressões de injustiça social e distorções de natureza econômica. No bojo desses conflitos, um dos elementos centrais é a ocupação do solo, que pode se desdobrar em

uma multiplicidade de problemas ambientais²⁷, como a ocupação desordenada, assentamentos considerados subnormais, em áreas inadequadas e de risco ambiental (COSTA; BRAGA, 2004), engendrando, à semelhança da desigualdade social, a desigualdade ambiental. Nesse sentido,

[...] os segmentos mais pobres e com menor capacidade de se fazerem ouvir estão mais expostos a riscos ambientais de toda ordem, em seus locais de moradia e de trabalho, bem como na localização de suas moradias na estrutura altamente diferenciada do espaço urbano (Ibid, p. 196-197).

De acordo com Costa e Braga (2004), tanto nas práticas urbanas quanto nos discursos, a dimensão ambiental urbana transita como um campo em construção. O ambiental e o urbano possuem distintos significados e nessa multifacetada forma de compreendê-los se encaixam variados segmentos da sociedade.

A prática ambiental urbana ganha contornos de grande complexidade em uma realidade heterogênea como a brasileira, na qual as cidades convivem ao mesmo tempo com problemas típicos da pobreza – ocupações irregulares de áreas ambientalmente frágeis como encostas e áreas alagáveis, baixo índice de coleta e tratamento dos esgotos, entre outros – e problemas relacionados a altos padrões de vida e consumo – entre os quais, congestionamento de trânsito e poluição atmosférica por veículos, crescimento do volume de resíduos sólidos, ou padrões construtivos intensivos no uso de energias (Ibid, p.199).

Para Costa e Braga (Ibid), no decorrer das práticas urbanas cotidianas, uma significativa parcela das ocorrências são de cunho socioambientais. Porém, “Existe em toda política ambiental urbana uma tensão latente entre a garantia de acesso coletivo, público, aos recursos e os objetivos econômicos privados” (Ibid, p. 200). Esse é um dos motivos a

²⁷ “O entendimento do que sejam os problemas ambientais passa por uma visão do meio ambiente como um campo de sentidos socialmente construído e, como tal, atravessado pela diversidade cultural e ideológica, bem como pelos conflitos de interesse que caracterizam a esfera pública” (CARVALHO, 2001, p. 48).

desencadear conflitos sociais e políticos em torno da dimensão ambiental, especialmente quando relacionados ao uso e ocupação do solo.

As áreas ambientalmente frágeis para habitação se encontram nesse campo de conflito ou pela forma de ocupação em si ou por se situarem em áreas de proteção ambiental, como é o caso de parte da cidade de Laranjal do Jari, que novamente vem à tona, na medida em que uma parcela expressiva da população que não tem acesso à cidade na sua plenitude situa-se em áreas protegidas (várzea). Os desdobramentos do processo de ocupação desordenado e sem regras em áreas protegidas e, portanto, impróprias para habitabilidade são visualizados na contaminação de recursos hídricos, no solo e na saúde dos moradores, a despeito de suscitarem conflitos socioambientais substanciais.

De um lado estão os interesses das populações que ocupam essas áreas [...]. De outro estão os interesses em torno da conservação e recuperação de valores de uso coletivo, loges públicos, como mananciais e corpos d'água, ou ainda áreas verdes de preservação da paisagem e de lazer (COSTA; BRAGA, 2004, p. 200-201).

A complexidade do espaço urbano dificulta a elaboração de planejamentos urbanos em gabinetes que sejam consonantes com a realidade local, mas não os impede de serem frequentemente comercializados como modelos que podem ser operacionalizados em qualquer realidade. Cada cidade tem as suas especificidades. Por isso é necessário ir ao contexto social e envolver seus habitantes, por meio da realização de práticas pedagógicas estimuladoras da criatividade, para uma construção transformadora.

A sistemática de elaboração do Plano Diretor, da cidade de Laranjal do Jari, foi calcada nas diretrizes prescritas no Estatuto da Cidade, dentre essas, que fossem descerradas discussões em torno de questões que permeiam as problemáticas locais e as potencialidades, para prognosticar os destinos do município e projetar ações de melhoria. O engajamento de todos, sobretudo da população que conhece a realidade em que vive e seus problemas, é um dos pressupostos da educação popular, enquanto educação problematizadora (FREIRE, 2011).

A educação popular tem esse viés, o de mobilizar populares na luta por seus interesses comuns. Pela primeira vez em Laranjal do Jari a política urbana foi orientada por meio da

participação como princípio metodológico, pedagógico e político. Nos eventos realizados na ocasião houve a participação ativa de organizações sociais, de representantes de instituições públicas, entidades sociais privadas, e, sobretudo, de relevante parcela da população urbana e rural. Isso não é garantia de que todos estavam imbuídos de espírito participativo na sua essência, em favor de benefícios coletivos.

De acordo com Olson (1999), uma forma de vislumbrar a concretização de objetivos e interesses grupais é por meio da criação de organizações sociais que já nascem com propósito definido, o que não quer dizer que não haja relações conflituosas no interior desses grupos, não estejam isentas de cooptação e nem de servir de vitrine para realização de interesses individuais.

Outra forma de fomentar a cooptação diante dos conflitos socioambientais, segundo Acsehrad (2004), é a implantação de projetos que disseminam a existência de instrumentos tecnológicos para resolução de conflitos ambientais utilizados em capacitação de entidades e comunidades de países considerados periféricos. A pretensão é difundir modelos de análises e ação que partem do princípio de que as instituições sociais não se consolidam em função de conflitos ambientais, “[...] e que a paz e a harmonia deveriam provir da despolitização dos conflitos através de táticas de negociação direta capazes de prover “ganhos mútuos” (ACSELRAD, 2004 p. 9-10). Segundo esse autor (Ibid, p. 9-10), “trata-se de psicologizar o dissenso, prevenindo conflitos e tecnificando seu tratamento através de regras e manuais destinados a transformar os ‘pontos quentes’ em ‘comunidades de aprendizado’”. Com isso,

[...] as lutas sociais envolvendo o meio ambiente tendem em consequência a ser despolitizadas pela cientificização das políticas ambientais, sendo a própria despolitização, por certo, uma estratégia de afirmação da distribuição de poder no campo das forças. [...]. Mas a emergência do meio ambiente como objeto da política e, portanto, como campo de forças, dará origem a novas institucionalidades e “formas de participação” constituídas para articular movimentos ambientalistas e Estado, em certos casos burocratizando associações e obscurecendo conflitos através da pretensão ao consenso pré-construído (Ibid, p. 21).

A discussão apresentada revela que, em meio aos conflitos elencados, há algumas tentativas de “educar” as pessoas, de produzir nas mesmas a impossibilidade de reconhecer,

de fato, o que está posto é ampliar a cegueira em torno da ingerência política sobre os problemas socioambientais, cujo ônus é atribuído, em grande medida, à população. Essa é uma questão que não se deve privilegiar quando se pretende produzir um planejamento exequível, funcional e que aponte para “o resgate das condições de urbanização da cidade” (TOSTES, 2009, p. 18) a partir do possível, em face das peculiaridades locais. Para tanto, é imprescindível a interface entre o saber técnico e as redes sociais nas quais os moradores estão envolvidos, não desprezando o diálogo permanente com as práticas pedagógicas.

O processo de mobilização abrangeu todas as áreas urbanas e rurais do município, embora muitas dessas áreas rurais encontrem-se, na maioria dos casos, distantes umas das outras, onde o acesso se dá por meio de transporte fluvial. Os instrumentos utilizados para divulgação foram: cartazes, anúncio na rádio local, folders, fitas de vídeo e um DVD produzido sobre o município, todos ilustrando de alguma forma a realidade de Laranjal do Jari, com o fim de conscientizar a população da importância da participação. Os moradores responderam positivamente, comparecendo nos eventos programados pela equipe organizadora do processo.

A mobilização e a participação da população local com críticas, sugestões e expressão dos seus anseios e necessidades resultaram em subsídios à elaboração de uma política pública - o planejamento urbano do município, enriquecendo o seu conteúdo de tal modo a torná-lo compatível com as necessidades locais e com as possibilidades de execução. Há que se acrescentar ainda que “no enfoque participativo valorizam-se os conhecimentos e experiências dos participantes, envolvendo-os nas discussões, identificação e busca de soluções para problemas que emergem de suas vidas cotidianas” (TOSTES, 2009, p. 27-28).

No curso das atividades, a educação popular foi viabilizada por meio do que Brose (2005) denominou de Metodologias Participativas, que “são os métodos por meio dos quais se materializam os anseios da população e onde há uma pactuação do que elas realmente querem e o que é mais viável concretamente do ponto de vista da coletividade” (Ibid, p. 30).

Para Wanderley (2010), a educação popular é uma prática que está vinculada ao fazer e ao saber das organizações populares, no intuito de fortalecer os sujeitos engajados na luta pelo necessário fortalecimento da sociedade civil e das transformações vislumbradas em direção à construção democrática ao lado do desenvolvimento econômico com justiça social. Assim, o autor anuncia o surgimento da educação cidadã, pois a sua vinculação com a educação popular reside intensa menção sobre a temática da cidadania.

A educação cidadã deve contribuir ao desenvolvimento de estratégias cidadãs de intervenção nas agendas públicas e à capacitação para o *lobbying* cidadão, às ações de interesse público e à geração de movimentos cidadãos eficientes e criativos, capazes de trabalhar como redes de atores sociais. De igual modo deve promover a apropriação críticas dos temas emergentes da cidadania, especialmente dos relacionamentos com a justiça, de gênero, as relações interculturais e intergeracionais, empoderamento e governo das cidades e das regiões (CASTILHO; OSÓRIO²⁸, 1997 apud WANDERLEY, 2010, p.25-26).

Na expressa linha de raciocínio, Castilho e Osório (Ibid, p. 42-43) tratam a educação popular como uma educação cidadã, uma pedagogia do público, da construção de um sentido comum. Eles consideram que ela se forma em distintos âmbitos de esferas públicas (escolas, bairros, movimentos sociais, famílias) desde que seja permitido que as pessoas se reúnam em lugares diversos onde se sintam à vontade para intercambiar informações, escutar, discutir e negociar o que se revela interesse da coletividade. As metodologias utilizadas no decorrer da elaboração do PDP viabilizaram a operacionalização de estratégias norteadoras da qualificação dos atores sociais; capacitação dos atores públicos; mobilização popular; coletar subsídios para consultas públicas; pesquisas para levantamento formulação e alimentação de banco de dados; e comunicação e intercâmbio entre os atores (TOSTES, 2009).

As citadas metodologias funcionaram como um processo pedagógico de aprendizagem, visando facilitar a pactuação das proposições que melhor atendessem às demandas elencadas pela população local. E, ademais, revelaram-se positivas, na medida em que foram implementadas de forma articulada, possibilitando que o processo de construção do plano atingisse o caráter dinâmico e inovador diante da realidade que se verifica nos municípios amapaenses (PAIXÃO, 2008, p.114).

Nas formulações de Tostes (2009), não há uma receita pronta e acabada que possa servir de modelo na aplicação dessas metodologias, na medida em que cada lugar possui suas particularidades e potencialidades, e a distinção entre um e outro remete à cultura diferenciada

²⁸ CASTILHO, Adolfo; OSÓRIO, Jorge. Construcción de ciudadanías em América Latina: hacia una agenda de la educación ciudadana. UNESCO, 1997.

entre seus moradores e organizações sociais, que também têm maneiras diferenciadas de receptividade de informações.

Paixão (2008) anuncia que o plano foi sistematizado a partir da realização de três etapas: A primeira consistiu na leitura técnica e comunitária da cidade; a segunda, contemplou realização de oficinas e seminários para captação de temas que seriam utilizados nas discussões e deliberações (Figura 8). Na terceira etapa, houve a integração entre as etapas anteriores, que resultou na elaboração do documento final e em audiência pública, a sua validação.

FIGURA 8 - Atividades realizadas com moradores no decorrer da elaboração do PDP



Fonte: Acervo PDP (2007).

A leitura técnica da cidade requereu a constituição de uma equipe multidisciplinar denominada Força Tarefa Local composta por três coordenações: a coordenação geral, a coordenação executiva e a coordenação técnica. Para conhecimento da realidade e elaboração do plano, a equipe se encarregou de uma multiplicidade de funções: a coordenação local, a coleta de dados primários, o processo de mobilização, organização dos eventos (reuniões temáticas, produção da cartilha sobre o plano, levantamento e sistematização de informações), comunicação social, formação, capacitação, digitalização de mapas cartográficos, cadastros e

outras ferramentas pertinentes, além da elaboração e sistematização do produto final - anteprojeto de Lei do PDP.

Realizou-se também uma capacitação específica à Força Tarefa Local, promovendo o engajamento entre todos os integrantes e o delineamento das primeiras formulações do PDP. Nessa capacitação foram definidos os mecanismos para inserção e envolvimento da população nos debates para que essa se apropriasse do plano. Tais mecanismos previam tarefas em grupo, por temas geradores, com apresentação de propostas que ao final seriam socializadas num grupo maior. Ao envolvimento havia necessidade de apresentar a relevância do trabalho e de que forma as pessoas poderiam contribuir, tendo em vista que a sua história e perspectiva de vida estavam no cerne da questão.

De acordo com Tostes (2009), na primeira etapa, os dados coletados se desdobraram na confecção de um importante diagnóstico técnico daquela realidade, o qual contribuiu na construção de uma base de dados histórica do município que, nesse aspecto, praticamente nada possuía. A consolidação das informações coletadas reafirmam os problemas existentes e ainda pendentes de solução.

Na segunda etapa, os resultados da etapa anterior foram submetidos aos atores sociais participantes (gestores, estudantes, organizações sociais, professores, organizações institucionais, dentre outros), em reuniões ampliadas, oficinas, seminários, e que se relacionavam com as aspirações e demandas socioambientais da população. O intuito era buscar subsídios à elaboração do plano. Os participantes diziam como queriam o município e a equipe técnica mostrava o que era possível executar, considerando as peculiaridades locais e circunstanciais.

Na terceira e última etapa, elaborou-se coletivamente o documento final, utilizando-se, como subsídio, os dados resultantes das duas etapas anteriores. Essa etapa contemplou a apresentação e discussão das propostas do plano na Audiência Pública, realizada em 09 de fevereiro de 2007, com ampla participação dos citados atores sociais, vislumbrando legitimar a proposta do plano para que no futuro se tornasse a lei maior do município.

Paixão (2008) assinala que tal audiência ocorreu na Associação Comercial e Industrial de Laranjal do Jari – ACILAJA, e teve como propósito apresentar à comunidade em geral o resultado de 20 meses de trabalho. Contou com a participação de 525 pessoas de diversos segmentos da sociedade. Ao final da audiência pública, deliberou-se sobre a versão final do plano que em seguida foi aprovada pelos participantes, encaminhada à Câmara Municipal na

forma de Projeto de Lei nº 001/2007, o qual foi aprovado em 29 de abril de 2007 e convertido na Lei Municipal nº 302/2007, passando de fato e de direito a ser a lei maior do município.

A participação deve ser concebida como um diferencial na elaboração de diagnósticos e prospecções na solução de problemas e otimização de potencialidades. Concretamente, entendo que a participação nesses termos é uma conquista da sociedade civil organizada, que reivindicou e lutou por esse espaço. Os movimentos sociais buscavam, e continuam nessa trilha, a garantia de direitos sociais, sustentados na participação popular plena, participação do povo, a luta por interesses comuns, que traduz empoderamento e soberania para além das esferas de governo.

3.6.1 Algumas lições apreendidas nessa experiência

Embora o intuito fosse a elaboração de um instrumento de caráter jurídico, as metodologias participativas funcionaram como um processo pedagógico de aprendizagem, para a população que não conhecia essa forma de intervenção e pela primeira vez lhe foi concedido o direito de voz. A metodologia adotada possibilitou aos munícipes e até mesmo aos gestores a discussão sobre a cidade numa linguagem acessível a todos os níveis de participantes, para melhor compreensão das estratégias adotadas no decorrer das etapas de elaboração do plano (PAIXÃO, 2008). Mas há que se destacar que nessa trajetória foram identificados alguns interesses ambivalentes, sobretudo no âmbito político, atenuados com a ênfase atribuída à participação dos moradores locais como atores principais no processo.

Em Laranjal do Jari, historicamente a população tem se mantido na condição de oprimida, situação costurada e consolidada ao longo do tempo, o que leva a compreender a realidade que está posta. A opressão se nutre de diversos segmentos, especialmente político e econômico, sendo este último o que deu origem às circunstâncias que se discute neste trabalho. Isso leva a crer que a proposta de educação popular é uma inovadora alternativa para que a população reaja contra a zona de conforto, que conduzem os seres humanos à inércia, à passividade, ao sentimento de impotência, de incapacidade do ser mais em detrimento do ser menos no seu contexto de vivência, o que remete o sujeito à condição de oprimido (FREIRE, 2011).

O plano em tela contempla as diretrizes setoriais da Política Urbana (BRASIL, 2005a) vinculadas às dimensões: econômica, educacional, social, habitação e regularização fundiária,

saneamento ambiental, mobilidade urbana e rural, patrimônio cultural, lazer, uso de imóveis públicos, dentre outras. Porém, a sua efetividade está comprometida pelo descaso dos gestores municipais com a lei maior do município. Infelizmente o plano está engavetado e até o momento os planos setoriais²⁹ não foram elaborados. Ou seja, os gestores municipais ainda não entenderam ainda, que gerir sem planejamento e participação popular pode direcionar as políticas públicas para destinos equivocados, dissociadas das demandas sociais.

De todo modo, o processo metodológico na sua totalidade exerceu um papel pedagógico e político bastante significativo no âmbito da cidade que deve ser estimulado, mas o plano é um instrumento jurídico que por si só não resolve as pendências socioambientais existentes. A sua efetividade depende de pressão social sobre o poder público instituído para induzir mudanças sociais que sejam substanciais na mitigação dos problemas, em especial, urbanos. Para tanto, é preciso que a população se aproprie do mesmo como instrumento de luta social de fato e exija providências no que diz respeito ao seu desdobramento em relação às questões que encetaram a sua elaboração, como a elaboração e execução dos planos setoriais até então inexistentes.

As atividades pedagógicas foram bem-sucedidas, engendraram aprendizagem e ao mesmo tempo promoveram capacitação naquilo que os atores desconheciam. A interatividade se revelou bastante positiva, na medida em que possibilitou que o processo de construção do plano atingisse o caráter dinâmico e inovador diante da realidade que se verifica nos municípios amapaenses. Esse processo exerceu um papel pedagógico e político bastante significativo no âmbito da cidade, que deve ser estimulado e continuado, dessa vez nas próprias comunidades, ou seja, em espaços situados nos próprios bairros, como o que foi adotado na pesquisa de campo desta tese.

Carvalho (2001, p. 49) afirma, que “[...] o processo educativo não se dá apenas pela aquisição de informações, mas, sobretudo, pela aprendizagem ativa, entendida como construção de novos sentidos e nexos para a vida”. Esse processo pressupõe transformações na aprendizagem do sujeito, influenciando na sua identidade, posturas e visão diante do mundo. Portanto, no que diz respeito ao debate sobre as questões ambientais, mister se faz “desenvolvermos projetos educativos na e com a população para impedir que, mais uma vez, a maior parte da população fique alheia à tomada de decisões que lhe concernem direta e cotidianamente” (REIGOTA, 1991, p. 37).

²⁹ São planos menores que regulamentariam o Plano Diretor.

Concordo com esses autores e compreendo que os moradores precisam ter contato continuamente com imagens do seu local de vivência (bairros, loteamentos, ruas, terrenos, dentre outros) que evidenciem questões inquietantes e assim promoverem discussões que potencializem prospecções de ações de melhoria, sobretudo, em relação às de natureza socioambiental, e, ao mesmo tempo, na perspectiva de exercer o direito à cidade e de cidadania, sintonizadas com as ideias de Lefebvre. Essa estratégia foi utilizada na pesquisa de campo desta tese, e os resultados serão apresentados no último capítulo.

O que se observou durante a jornada de elaboração do PDP refere-se ao resgate da essência do município, discutindo-se a questão da municipalidade. O citado plano contempla um conjunto de enunciados que extrapolam o conteúdo mínimo exigido pelo Estatuto da Cidade, mas não é um instrumento que vislumbra a solução de todos os problemas. As contribuições identificadas no PDP revelam perspectivas de mudança no âmbito da situação em que se encontra a cidade, nas mais diversas dimensões, sobretudo, direcionadas às áreas de várzea urbana.

No âmbito das áreas de várzea urbana, o plano contempla ações específicas, redefinindo-as de acordo com as suas peculiaridades espacial, social e ambiental. O plano prevê a manutenção da ocupação de parte dessas áreas, já aterradas, com arruamentos ou pontes, que continuarão sujeitas a enchentes pela proximidade com o rio. Mas é compreensível essa alternativa, tendo em vista que a desapropriação em massa provocaria uma situação de intenso conflito popular. As partes menos adensadas se tornariam zonas de recuperação ambiental ou de proteção ambiental, permitindo o resgate da salubridade ambiental, a melhoria do microclima da cidade, do fluxo natural do rio. Tais ações podem ser visualizadas pelo mapeamento confeccionado.

O zoneamento aplicado à cidade de Laranjal do Jari baseia-se num modelo que agrega ordenamento espacial e a dinâmica urbana, para não dissociar o espaço e as pessoas que nele habitam, considerando as nuances que norteiam essa relação, inclusive os problemas decorrentes. Identificou-se no planejamento de Laranjal do Jari, o que Souza (2006a) denomina de zoneamento por prioridade, isto é, o exercício sobre a cidade a partir do possível, mediante a realização das diretrizes setoriais projetadas, evitando dessa forma dissonância com a realidade vivida pela população local.

A legitimação das áreas de várzea pelo plano possibilitaria ainda a regularização fundiária habitacional contrapondo a situação informal a que foram submetidas ao longo de

décadas. Tal regularização permitiria aos moradores a aquisição do título de domínio e de financiamentos para construção ou melhoramentos de tais habitações.

Outra questão a ser destacada é que o Estatuto no seu arcabouço trata o país como se as realidades fossem uniformes (BONETI, 2006), sem contradições nas suas peculiaridades, não considerando, portanto, a sua heterogeneidade. Entretanto, uma coisa é pensar o Estatuto em nível de Brasil, outra, em nível da Região Norte e do estado do Amapá, onde as cidades, na grande maioria, são consideradas pequenas em termos populacionais.

No aspecto social, os investimentos em Habitações de Interesse Social – HIS desestimulariam a ocupação desordenada nas áreas úmidas (várzea), se fossem implementados, além de possibilitar o atendimento às famílias mais carentes. Nesses termos, o plano possibilitou a inscrição do município no Ministério das Cidades, o que permitiria a obtenção de recursos para viabilização dos planos setoriais e de outros projetos que fossem importantes para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Em relação à questão ambiental, o desestímulo do processo de antropização nas referidas áreas, como foi mencionado anteriormente, favoreceria a recuperação ambiental, permitindo o fluxo natural da pressão exercida pelo rio Jari. Sobre o prisma do aspecto cultural, previu-se a preservação histórica da formação do núcleo urbano da cidade de Laranjal do Jari não descaracterizando a concepção de que essa cidade tem o perfil ribeirinho.

Observou-se no contato com a história do lugar que não há uma predisposição para solucionar os problemas urbanos existentes, na medida em que grupos políticos se alimentam do caos instituído, não sendo vantajoso para tais grupos que isso aconteça. Mas à sociedade interessa mudar as circunstâncias de urbanização, as quais encadearam uma multiplicidade de problemas, que por décadas têm se configurado na cidade de Laranjal do Jari. Isso é perceptível no contato com as pessoas residentes no local que expressam a sua indignação com a estrutura vigente.

Em Laranjal do Jari, as investidas públicas em proteger extensas áreas que transcendem a autonomia do município não conseguiram evitar ou mitigar os problemas vigentes. O foco está centrado em cuidar daquilo que concretamente não tem intervenção da população local. Dessa maneira, as circunstâncias consolidadas naquela cidade sugerem a necessidade de se captar, em outras vias, soluções que se desdobrem em empoderamento das populações, no sentido de tomarem consciência dos problemas socioambientais a fim de

subsidiarem soluções por meio de políticas públicas consistentes e contínuas. Nesse contexto a educação popular se torna relevante.

Wanderley (2010) entende que a Educação Popular visa a realização de um poder popular, com a associação entre teoria e prática, desdobrando-se na consciência dos interesses das classes populares. Por essa razão se ancora em uma dimensão histórico-política, embora seja dependente do avanço das forças produtivas e se conjugue com outras dimensões da luta global das classes populares. As lutas dos movimentos sociais, no intuito de mitigar a segregação e as diferenças, são exemplos de reação contra o determinismo de formas de comportamento que contribuem para o controle das normas de conduta, engendrando novas formas de sociabilidade e ampliação da segregação social nas relações de gênero, geração, etnias e classe social.

O processo de democratização tem que estar pautado numa relação mais horizontalizada e participativa entre diferentes sujeitos, em especial, entre gestores públicos e a população. Muitas ações são construídas a partir das audições de múltiplas vozes, por vezes, oriundas de grupos nem tão grandes, mas que refletem sobremaneira o anseio de todos. A diferença mobiliza o confronto, o conflito e, conseqüentemente, enriquece o processo de construção de novas ideias e aprendizagens para a melhoria do espaço urbano.

Cotejando a metodologia utilizada na elaboração do citado plano diretor com a que foi aplicada na pesquisa de campo deste trabalho, verifica-se que há uma aproximação metodológica, em função de suas bases coincidirem com pressupostos constitutivos da educação popular. Ambas são interativas, participativas e priorizaram a consulta a moradores locais sobre as demandas sociais existentes e aspirações de melhoria. Na corrente pesquisa de campo me debrucei a investigar com maior profundidade o que diriam os moradores sobre as questões socioambientais locais, cujos dados serão apresentados na próxima seção. A pesquisa foi metodologicamente projetada, com vistas à valorização dos sujeitos participantes. Com tal perspectiva privilegiei o protagonismo popular em detrimento do individualismo, o qual, na minha compreensão, é nocivo à vida em sociedade.

A imersão na cidade de Laranjal do Jari, por meio da construção histórica local, foi fundamental ao desenvolvimento da pesquisa e elucidativa, pois possibilitou no contato com a realidade vivida por seus moradores, sobretudo no que tange às vulnerabilidades socioambientais, as quais estão disseminadas em toda a cidade. Tais vulnerabilidades resultam de um processo perverso de fabricação de pobreza, nutrido por relações de poder que naturalizam as condições mínimas de sobrevivência como suficientes para qualidade de vida.

4 O OLHAR DOS MORADORES SOBRE A CIDADE DE LARANJAL DO JARI

Nesta seção apresento o resultado da pesquisa de campo que objetivou identificar e analisar soluções para questões socioambientais vivenciadas pelos moradores de Laranjal do Jari e na visão dos mesmos. Tais resultados foram revelados nas discussões das rodas de conversa, em depoimentos colhidos e nas produções culturais. A análise e a discussão dos dados foram divididas em duas partes: a primeira contempla a leitura da cidade, o papel dos gestores públicos e a expressão da cultura popular, pelos moradores; a segunda, soluções de caráter operacional e educacional apontadas para as questões socioambientais locais.

4.1 Leitura da cidade

Em uma das atividades realizadas com as comunidades, o *Brainstorming*³⁰, a partir da projeção da imagem da cidade, de pronto verifiquei certo impacto, pois eles não formulavam ideia sobre a configuração da mesma. Sobre esse prisma alguns disseram: ***olha, tem a forma de uma âncora! Parece uma espinha de peixe!*** O olhar era de deslumbramento e de espanto.

Na sequência, perguntei: quando vocês olham essa imagem e pensando agora, como moradores, o que vem à mente?

As respostas foram surpreendentes:

Laranjal parece uma árvore de cascalho, uma árvore seca, desmatada, uma favela; parece um garimpo; parece a Serra Pelada; lixeira. Quando se fala em Laranjal do Jari a gente pensa que é uma maravilha, só a gente vindo pra ver o que é né, vou chegar e ver uma lixeira; ver que não é lá essas coisas; incêndios; enchentes.

Nessa atividade a maioria dos participantes que se manifestou (17) afirmou que enxergava, através da imagem, as palafitas, a cidade como uma favela, associando a uma situação excludente socialmente e precária em sua estrutura urbana. No entanto, dois participantes visualizaram, na imagem, a cidade de forma positiva e a qualificaram como um paraíso, bonita, interessante.

³⁰ Ver significado no item 2.

Os resultados obtidos nessa atividade foram complementados com os da atividade “Abrindo Janela”. Por meio dos significados das falas da maioria dos participantes foi possível inferir que há inquietação com relação à configuração da cidade, associada às questões socioambientais existentes e às suas circunstâncias de vida. Embora as respostas da minoria apontem para uma visão positiva da cidade, não quer dizer que não vejam a realidade negativa como os demais. Mas que, ao lado dos problemas existenciais é importante observar, também, as belezas que a cidade possui.

Tais resultados prenunciaram o que os mesmos participantes, imergindo na cidade por meio dos debates, depoimentos e produções culturais, deixaram como registros de sua forma de entendê-la e de se entender como partícipe em potencial no processo de transformação.

4.1.1 As causas e efeitos dos problemas socioambientais (moradia, lixo, água, esgoto)

No estado do Amapá, desde a década de 1950, como já foi mencionado, a implantação de grandes empreendimentos privados tem engendrado sérias implicações de natureza social e ambiental. Isso ocorre ainda em Santana e Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Vitória do Jari com a exploração mineral e mais recentemente em Ferreira Gomes e Laranjal do Jari com a implantação de hidrelétricas. Atualmente, o foco de exploração de recursos naturais se amplia, incorporando o potencial hidrográfico, que implica na extinção de alguns patrimônios naturais, como a Cachoeira de Santo Antônio em Laranjal do Jari.

A construção da Hidrelétrica de Santo Antônio no município de Laranjal do Jari, prevista, na década de 1970, por Ludwig, proprietário do Projeto Jari, que não logrou êxito no licenciamento, agora é uma realidade, pois está em plena construção.

Sobre esse recente empreendimento e a extinção da cachoeira de Santo Antônio, VAS (professora), em seu depoimento, manifesta sua indignação dizendo:

Eu não entendo como a Hidrelétrica de Santo Antônio está em tão boa paz ali. Eu era contra e eu levei os meus alunos, na época, não pra gente polemizar, não pra gente tumultuar, mas pra eles entenderem o fato da gente não ver mais água. Eu cresci nadando ali, os balneários eram todos

ali, [...], era um patrimônio muito grande. Hoje o que se vê nas mídias, o que se vê nos jornais e só uma muralha de pedras. Então é muito preocupante, não traz nenhum benefício.

Sempre que os órgãos governamentais autorizam a execução de obras para exploração de recursos naturais, há a celebração de contratos que dispõem sobre as regras para a referida exploração e as medidas compensatórias pelos inevitáveis impactos ambientais. No caso da obra citada por VAS, o impacto social se propagou em direção à subtração de um espaço de lazer, muito apreciado pela população local e, sobretudo, por turistas.

Sobre essa questão VAS assim se manifesta:

Eu vejo medidas compensatórias como uma obrigação dessas obras destrutivas. Na minha posição, em relação às medidas compensatórias em função do Projeto da Hidrelétrica, acho que nunca se pode construir hospital, construir mil escolas na beira, pra mim não tem preço, o que a cachoeira representa pra população não tem dinheiro que pague, porque eu vejo a cachoeira não só como uma cachoeira, eu vejo como um presente de Deus. Um patrimônio mesmo. É um desperdício. Infelizmente o capitalismo caminha para isso, pra explorar mesmo o patrimônio natural.

O caráter obrigatório de tais medidas não garante a sua efetividade. E, ademais, as ações projetadas ao segmento social não são de domínio da população local, o que suscita descrença no que se promete atingir.

Além da extinção do citado patrimônio, o adensamento populacional em Laranjal do Jari mais uma vez é uma realidade, pois essa hidrelétrica se situa na fronteira entre o estado do Amapá e Pará. Essa aproximação entre os dois estados é facilitadora para aqueles que se destinam à cidade, movidos pela perspectiva de emprego, devido ao acesso entre os dois estados poder ser realizado por via fluvial, terrestre e aéreo.

A despeito da exploração das riquezas naturais e dos passivos ambientais prevalentes e progressivamente ampliados no contorno das áreas urbanas dessas cidades, os impactos

socioambientais urbanos também são elevados e preocupantes e, em geral, atribuídos ao referido adensamento populacional.

Em relação a essa questão, assim se manifesta DIT (comerciante):

A vida nesta cidade de Laranjal inicia em 1977, desde então começo a conhecer este local como denominado de Beiradão. Ainda muito jovem não me possibilitava pensar como seria depois de 24 anos. Poucas pessoas sobreviviam dependentes do Projeto Jari. Com o decorrer do tempo a migração tornou-se o fator fundamental no processo de crescimento. Este ocorreu de forma totalmente desordenado, sem controle e sem orientação para que tivéssemos o crescimento necessário. Hoje temos uma cidade com tamanho relativo de cidade média, mas os problemas são de uma cidade muito grande. Podemos citar inúmeros deles, como: construções em área de várzea, construções em nascentes, casas de palafitas sem nenhuma infraestrutura de sobrevivência, sem acessibilidade e mobilidade, água tratada e esgoto. Assim tornou-se uma cidade problemática, [...].

Acseirad (2004) comenta que os empreendimentos de mineração e de hidreletricidade influenciam nessas situações, na medida em que estimulam o fluxo migratório. E, segundo Costa e Braga (2004), a ampliação dos problemas ocorre porque o poder público não as trata de forma unificada, ou seja, a competência na realização de obras de infraestrutura é esfacelada entre as esferas de governo, razão pela qual isso é um complicador na cobrança pela execução ou não.

Em seu depoimento, DIT compreende que a origem do inchaço populacional na cidade de Laranjal do Jari coincide com a implantação do Projeto Jari, cujo porte engendrou uma expectativa por oportunidade de emprego em larga escala, em pessoas de outras regiões brasileiras, sobretudo nordestinos, que possuíam reduzida qualificação intelectual e incipiente ou nenhuma especialização profissional. DSO (estudante) concorda com DIT ao afirmar que o **problema maior dessa migração talvez seja o desemprego, pois grande parte da população ativa está desempregada, e a maioria é de jovens sem oportunidade de emprego.**

Nas falas, claramente se observa que os moradores também consideram a ocupação desordenada como consequência da presença do Projeto Jari. Entretanto, VAS reconhece que o citado projeto foi importante na constituição da cidade, a despeito dos desdobramentos nas questões socioambientais correntes.

E assim salienta VAS: *Não falo do projeto Jari com mágoa porque também se não tivesse, a gente não estaria aqui enquanto cidade. Mas como uma característica das cidades da Amazônia, a cidade foi crescendo e apresentou todas essas mazelas sociais que a gente vê.*

Castells (2000) elucida essa dinâmica ao salientar que a organização espacial urbana é complexa, na medida em que a densidade populacional, o conjunto das atividades econômicas, a mobilidade urbana, a circulação, estratificação social induzida pelo capitalismo e o fluxo migratório interferem na forma e no período da organização social. As estruturas de dominação expressas pelas relações de poder e de produção capitalista estão no cerne dessa dinâmica, nutrem angústias e, por vezes, acomodação em relação à realidade posta, e não permitem o esboço de reação.

Nesse sentido, DIT deixa transparecer a sua angústia com a realidade em que vive, mas apresenta alternativa que conduza a esperança para a cidade desejada. Essa evocação vai ao encontro do que Freire (1979) defende em relação a uma “educação transformadora”, onde o sujeito se torna ativo no seu contexto de vivência. Nesse processo, os debates, a conjugação de forças e a participação são elementos importantes na realização da mudança. Para Freire (Ibdi), a realidade só poderá ser modificada quando o sujeito compreende que é factível e que ele pode ser um agente ativo nesse processo.

O envolvimento de todos (instituições e população), conforme propõe DIT é importante e necessário. Freire (Ibid, p. 50) alerta que é fundamental estar atento para que tal envolvimento não se converta em uma “ação cultural para dominação”, a qual pode favorecer a exclusão silenciada, a cooptação e a domesticação em detrimento do diálogo, da problematização. Nas palavras de Freire (Ibid, p. 22):

Ninguém luta contra forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne; mas, neste caso, se suporta com resignação, se busca conciliá-las mais com a prática de submissão que de luta.

Sobre a cooptação, Hall (2009) afirma que o investimento nesse aspecto é uma realidade constante, visando o silenciamento e a passividade das pessoas. Quando há alguma

visibilidade, esta é discretamente controlada e segregadora. Sobre essa questão, assim se posiciona Hall (2009, p. 321), mas aconselha a reagir, embora não seja algo simples de empreender quando não se compreende a estrutura de poder e seus efeitos.

Reconheço que os espaços conquistados são absurdamente subfinanciados, que existe sempre um preço de cooptação a ser pago quando o lado cortante da diferença e da transgressão perde o fio na espetacularização. Eu sei que o que substitui a invisibilidade é uma espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada. Mas simplesmente menosprezá-la, chamando-a de “o mesmo”, não adianta.

DIT também destaca que há uma dependência da cidade e de seus moradores em relação aos órgãos de governos e organizações sociais no que tange ao acesso às políticas de melhoria das circunstâncias de vida. No entanto, não basta a independência, é preciso que esses órgãos engendrem políticas integradoras e consistentes, inclusive com o vizinho estado do Pará, o que em geral não acontece, pois tais esferas costumam atuar de forma dissociada e pontual. Sobre essa questão SAB também assim se manifesta: ***Acho que a população teria que tomar algumas atitudes através das associações, buscar soluções de melhoria. Os representantes do poder público têm esse papel, [...], mas parece que eles esquecem.***

Laranjal do Jari municipalizou em 1987, mas o atendimento às demandas sociais ainda é significativamente incipiente. Não se trata de uma especificidade local, a passividade do poder público corrobora para que a ocupação seja desordenada. Por vezes, moradores fixam suas residências em locais inapropriados para habitação sem ter a real dimensão das consequências futuras. Essa situação também se faz presente nas palavras de DSO, quando afirma em seu depoimento:

Percebi enormes transformações em toda a cidade que cresceu muito nos últimos anos desordenadamente sem nenhuma preocupação com a questão ambiental. Mesmo com o surgimento de novos bairros, os problemas continuam. Algumas mudanças vieram para o bem, como acesso a conhecimentos (estudo), serviços, produtos que antes você só tinha na capital do estado.

A ocupação desordenada apontada por DSO é também enfatizada no depoimento de SAB:

Foi um povoado que cresceu de forma desordenada sem qualquer planejamento. E hoje é uma grande causa de enchentes e incêndios, o acúmulo de lixo, de resíduos sólidos, a falta de saneamento básico que Laranjal não tem. Falta iniciativa do poder público. Vários bairros surgiram, como Loteamento Cajari, em decorrência dos incêndios e das enchentes. O governo dá essas casas mas as pessoas voltam pra parte baixa da cidade. Mas pode-se perceber que a maioria das pessoas tem baixa renda, como se o município tivesse dividido; e a gente nota essa grande diferença social. E tiram seu sustento da pesca e do comércio que está centrado na beira. Aquela área (várzea) é de proteção permanente, não pode ser habitada. Eu também faço o curso de Técnico em Meio Ambiente, e a gente lê muito a legislação sobre isso. O professor fala, e também o Estatuto da Cidade proíbe a construção nessas áreas.

SAB (estudante) destaca algumas consequências das citadas transformações e que se pode associar à fixação das pessoas nas áreas de várzea, onde a cidade começou a ser erguida vem sempre à tona quando se provoca os moradores a falarem sobre a mesma.

Segundo Correa (2005, p.11),

a ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

No caso da cidade de Laranjal do Jari, e que se assemelha a outras cidades, ao que parece a morfologia urbana é produzida para não funcionar com padrões qualitativos de salubridade e moradia, como também, para convencer de que esse é um processo natural e que as pessoas tem que se adequar, por não haver alternativas factíveis.

SAB aponta ainda alguns fatores que impedem a mudança voluntária de moradores das áreas de várzea para áreas de terra firme da cidade, como o baixo poder aquisitivo, em que as pessoas são desprovidas de recursos financeiros suficientes para manter outra forma de moradia. Baixa renda, na visão de SAB, é um dos aspectos que amplia a segregação social.

Outro ponto interessante nesse depoimento é a afirmação de que as moradias instaladas nas áreas de várzea (às margens do rio Jari) transgridem a legislação ambiental, quando afirma que essa área é de proteção permanente. Essa afirmação traz uma inquietação e suscita uma reflexão. Como se cria uma área de proteção na cidade, sem que se consiga “proteger” de fato? Os moradores sabem o que é “área de proteção permanente”?

Somente SAB fez menção às áreas protegidas, porém no âmbito da cidade. Em relação às áreas protegidas que estão situadas no seu entorno e à preservação dos recursos naturais do município nenhuma menção foi verbalizada. Suponho que para eles não representa um problema por isso não mencionaram. Em contraste, as questões socioambientais foram intensamente evidenciadas como prioritárias, na medida em que os impactos são notórios e os desdobramentos têm refletido na saúde das pessoas.

Essa é uma questão que ilustra a necessidade de uma educação que prepare para “[...] um juízo crítico das alternativas propostas pela elite [...]” (FREIRE, 1979, p. 12). Revela o distanciamento entre as esferas de governo e delas com a população. Prevalece o equívoco, por parte de gestores públicos, do que sejam políticas urbanas e ambientais consonantes com a necessidade da cidade e de seus moradores, embora o Estatuto da Cidade contemple diretrizes para esse fim, como bem evocou SAB.

O mencionado estatuto contempla também diretrizes para elaboração e execução de políticas de moradias para a população de baixa renda de até três salários mínimos, como as Habitações de Interesse Social - HIS. Insere-se nessa política o programa “Minha casa, minha vida” do Governo Federal, o qual prevê a construção de moradias em áreas de terra firme, mas em geral nas periferias urbanas. Assim vão se formando novos bairros, a cidade se expande, entretanto, os problemas socioambientais, antes concentrados nas áreas alagadas da cidade, são disseminados, atingindo-a na sua totalidade.

No caso de Laranjal do Jari, a resposta lenta e incipiente do poder público favorece para que os moradores que se dispõem a mudar para a parte alta da cidade retornem à beira do rio, a despeito das precárias circunstâncias de vida de grande parte moradores, da inexistência

de construção de esgoto sanitário, do incipiente sistema de coleta de lixo, fornecimento de água potável de qualidade, dentre outras demandas.

No depoimento de NAR (vigilante), que se segue, é possível observar a inquietação com as consequências da lentidão ao afirmar:

Lembro-me que a primeira vez que visitei o Laranjal fiquei horrorizada com o que vi, muito lixo debaixo das pontes e o odor desagradável que tudo aquilo exalava, e o mais impressionante era aquelas pessoas transitando como se nada acontecesse. Com o passar do tempo mudei para Laranjal e apesar de estar habituada a esta cidade continuo com a mesma impressão da primeira vez, sinto arrepio em ver tudo aquilo apesar de terem se passado dez anos. Agora moro no Agreste, mas isso tem pouca diferença, pois aqui é terra firme, mas o problema do saneamento continua, faltam sistemas de esgotos, lixo é jogado no meio da rua, e etc.

O acúmulo de lixo e de esgoto a céu aberto são questões que causam espanto a quem chega para visitar ou fixar moradia em Laranjal do Jari. Como afirma NAR, essa situação não é mais peculiar das áreas de várzea, mas está pulverizada por toda a cidade. SAB reforça tal situação, em seu depoimento, ao expressar que ***nas passarelas não tem coleta de lixo, até as fossas, os dejetos humanos são lançados direto no rio, e essa água também pode estar contaminada.***

Nas rodas de conversa também houve menções sobre a contaminação da água do rio. Assim falou STA (doméstica): ***o meu marido uma vez foi tomar banho, ele mergulhou, quando ele buiou, o cabelo do marinheiro, o troféu, veio na cabeça dele*** (risos). Para esse sujeito “buiou” significa emergir e “cabelo do marinheiro, troféu” se refere a fezes. Esse fato não é incomum diante da ausência de condições sanitárias salubres, pois os sanitários, na parte baixa da cidade (várzea), são construídos em madeira, sem os aparatos de higiene e acondicionamento adequado para os dejetos humanos.

GER (doméstica) e MAR (agente de saúde), também na roda de conversa, afirmaram encontrar fezes no rio Jari, que normalmente utilizam como opção de lazer. GER disse: ***uma vez fui tomar banho no rio, meu Deus do céu, quando eu olhava assim, ai meu Deus....*** E reforçou MAR: ***quando a gente vai pra aí tomar banho a gente vê aquele monte passando.***

A relação de convivência dos moradores locais com a insalubridade é concreta, mas difícil de compreender e aceitar sem se inquietar. Nas falas observei que embora haja animais roedores e insetos sob as moradias e entorno, não foi mencionado. Ao que parece os moradores incorporam essa situação como parte do cotidiano, por isso não destacaram. A presença desses animais em locais com as circunstâncias socioambientais da cidade de Laranjal do Jari é inevitável e prejudicial à saúde, ocasionando doenças diversas.

Uma das consequências dessa situação se manifesta na fala de STA ao afirmar, na roda de conversa, que suas filhas contraíram sérios problemas de saúde no estômago por conta da contaminação da água utilizada para consumo. Além da precária qualidade, existe ainda o incipiente atendimento desse serviço à população local.

SAB, em depoimento, informou que:

Com relação à água, no ano passado eu fiz um trabalho sobre o ph e a água aqui é um pouco ácida, a qualidade está comprometida. Sobre o esgoto, na parte baixa o certo era as pessoas serem removidas porque não tem como resolver. Acho impossível equacionar.

Com o intuito de buscar alternativas de solução, moradores recorrem às instalações clandestinas. GAM (profissional liberal) afirma que assim o fez e justifica:

Aqui não tem água para todas as pessoas, eu mesmo comprei um cano de 100 metros e fiz uma ligação para distribuição com bomba dentro da comunidade. Seleccionei 15 famílias, aquelas mais necessitadas e passei a fornecer água. O cano vai até certo ponto e, de lá, cada um conecta a sua mangueira, tudo programado pra não ter desavença.

Para ilustrar, ressalto que a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA financia implantação de projetos de intervenções coletivas de pequeno porte para municípios com até 50 mil habitantes, como Laranjal do Jari. O sistema de abastecimento de água está entre os

projetos que podem ser financiados. No *site* da FUNASA consta que o município de Laranjal do Jari foi agraciado com aprovação de projetos pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em 2007 (BRASIL, 2011) e 2012 (BRASIL, 2012), porém essa oportunidade foi desperdiçada pelos gestores municipais, tendo em vista que essa é uma questão ainda pendente de solução. Essa mesma fundação também financia projetos com foco na implantação, ampliação e/ou melhoria do sistema de esgotamento sanitário. Porém, cabe aos gestores atenderem as exigências solicitadas pelo órgão gestor, com vistas à liberação dos recursos. No caso do Laranjal do Jari, o prazo para apresentação do Plano Municipal de Saneamento vigorou no período de 16 a 19 de junho de 2013 e infelizmente expirou sem que esse quesito fosse cumprido.

Sintetizando, quero destacar que recursos há, o problema está na ausência de preparação por parte dos gestores municipais para captação desses recursos a bem da qualidade do ambiente e de vida. É importante salientar que em geral a questão ambiental, assim como educação e saúde, não são priorizadas pelo poder público como obras de infraestrutura. Sobre “a questão ambiental urbana, dada a sua complexidade, raramente é tratada de forma unificada, mas encontra-se dividida entre vários setores do poder público” (COSTA; BRAGA, 2004, p. 203). “Muitas vezes a discussão da política ambiental municipal é regida por outras esferas institucionais, com trajetória e procedimentos diferenciados daqueles da política urbana” (Ibid, p. 204). Tais políticas, mesmo sendo propostas por órgãos governamentais, enfrentam contradições e resistências nesse mesmo âmbito. Outros entraves também ocorrem no curso da efetivação dessas políticas, seja pela ausência de preparo técnico ou de instrumentos para execução, seja pela fragilidade da máquina pública na gestão dessas políticas ou na delegação das mesmas a prestadores de serviço.

Em seu depoimento, VAS ressalta o impacto das enchentes na vida dos moradores e no calendário letivo ao relatar:

Trabalho numa escola que tem uma realidade muito triste. Das escolas que eu estudei é a mais tradicional, a mais antiga. Ela tinha uma arquitetura muito desgastada de madeira, depois misturada a alvenaria, hoje a gente vê que ela tá melhor. É a escola Sônia Henrique, fica na parte baixa da cidade. É uma escola que abraça o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Quando enche ela vai pro fundo, é o maior problema de quem quer morar aqui, porque mesmo morando aqui na minha casa, enchendo lá, ela afeta muito o meu trabalho, ela afeta a minha saída, na

vida das minhas irmãs, então mexe com toda a cidade, enchente aqui é impressionante. O nosso calendário acadêmico letivo, por exemplo, hoje na reunião foi discutido, vai terminar só em abril do ano que vem e em abril já é período de chuva e a enchente é incerta, pode ter, pode não ter, não tem como prever um fenômeno natural.

Na sua fala VAS mostra que mesmo morando na parte alta da cidade, ou seja, em área de terra firme, as pessoas não estão isentas de serem afetadas, na medida em que as escolas suspendem as aulas para servirem de abrigos. O acesso à cidade, no que diz respeito ao uso e ao direito de ir e vir, fica restrito por conta dos alagamentos. Economicamente, a cidade também é afetada, pois o movimento do comércio se restringe aos que funcionam em áreas de terra firme, e aqueles instalados em áreas afetadas pelas enchentes, que além da ausência de clientes, perdem mercadorias e têm parte da estrutura deteriorada pela água.

A cidade de Laranjal do Jari revela os modos como a vida é gestada e vivida naquela cidade. Há um processo perverso de produção da pobreza. Ao mesmo em tempo que se retira dos sujeitos as condições dignas de sobrevivência, contribui-se para a perpetuação dessa pobreza e isso se atrela aos mecanismos de poder, de convencimento, a processo de naturalização de forma de pensar. O direito à cidade está distante do que defende Lefebvre (2006), sobretudo em relação à moradia e às condições ambientais. Direito esse cerceado, em larga medida, por forças ideológicas hegemônicas. Nas circunstâncias relatadas, tal direito fica ainda mais remoto e “se afirma como um apelo, como uma exigência” (Ibid, p.116).

Segundo Lefebvre (Ibid),

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais, capazes de iniciativas revolucionárias, podem se encarregar das, e levar até sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual (LEFEBVRE, 2006, p. 111).

Por meio do enunciado acima, Lefebvre (Ibid) evidencia a força da participação social como processo educativo. Segundo esse autor, às forças sociais compete intervir nas

instituições existentes para transformar, abrir trilhas em direção a novos horizontes e reivindicar um futuro consonante com suas necessidades.

Esse mesmo autor sinaliza que para minorar as questões elencadas, pode-se buscar subsídios na educação popular, embora a participação popular nas decisões do poder público seja algo incomum, cerceada, ou cooptada quando há em geral a “permissão” dessa participação. Os moradores podem expressar suas ideias diante de questões insolúveis pelo poder público, ou, não alcançadas pelas políticas públicas, desde que estimulados a se manifestarem.

4.1.2 O papel da gestão pública

Nas rodas de conversa, algumas falas também foram dirigidas à gestão pública. Os participantes mostraram ter o entendimento do papel do gestor e de que forma devem conduzir a gestão.

Mas será que os gestores sabem o que de fato significa gerir uma cidade? As circunstâncias socioambientais urbanas ilustram que as cidades, sobretudo, as do estado do Amapá, são geridas de forma equivocada. A gestão se resume a políticas imediatistas e fragmentadas. Souza (2006a) afirma que gerir significa administrar o presente, com vontade, criatividade, mediatizadas por instrumentos de planejamento. O propósito é evitar ações dissonantes da realidade, sem definição dos níveis de prioridades e de previsão ou prognósticos que indiquem uma direção do que se quer obter como resultado.

Na realidade, a forma de atuação da maioria dos gestores públicos sugere o entendimento que eles têm do seu papel e dos resultados que querem obter para sustentar-se no poder. Assim, o real significado de gestão pública não é o de ser inspiradora de políticas duradouras e equacionadora dos problemas que afligem a população no ambiente urbano.

Retomando as falas nas rodas de conversa, no que se refere ao lixo, as inquietações são evidentes, visto que, segundo eles, o atendimento à população é incipiente e inadequado, ao mesmo tempo em que apontam a atitude que cada morador deve tomar em relação a esse aspecto.

Sobre a coleta de lixo, BAS (doméstica) evoca ***que se deve colocar o lixo em frente da casa para que o carro leve. Coletar em carrinho de mão e colocar em containers da***

prefeitura. ROC (doméstica) contesta BAS afirmando: *às vezes a gente coloca o lixo na lixeira, mas passa de dois a três dias lá. E muitas vezes eles jogam na caçamba e cai até fora do outro lado do carro e fica lá. Aí vem cachorro, vem urubu, vem gato, vem tudo aí fazer aquela poluição.*

Sobre esse aspecto, RIA (doméstica) concorda com ROC dizendo: *Não tem caçamba pra coletar o lixo. Passa aí já transbordando, aí eles vão jogando no meio da rua. Passa o carro, eles jogam, o que cai pro outro lado do carro eles não vão juntar.*

MAR salienta que isso ocorre porque por vezes o carro já está cheio, transbordando de lixo. E continua: *Os pobres dos garis vão correndo atrás com o lixo, jogando sacos que muitas vezes caem do carro.*

GER confirma o que disse MAR, ressaltando que quando o lixo cai fora carro, o motorista não para e o lixo fica na rua.

STA reforça as falas anteriores, concordando que o carro de coleta passa lotado de lixo e não há um caminhão para essa tarefa.

Assim também assevera FAR (estudante) ao afirmar: *Tem caçamba que não tem condições, não é fechada, passa o carro, mas não leva todo o lixo, aí não passa de novo e vai pra frente, aí vai poluindo, a gente coloca na frente, vem a água e leva novamente o lixo pras nossas casas.*

NIV (mototaxista) destaca que *existe muito problema aqui também por falta de containers, onde possam ser colocados os lixos, aqueles carros usados para compactar o lixo.*

No que concerne ao sistema de fornecimento de água tratada, nas rodas de conversa, ainda foram manifestadas algumas angústias e alternativas adotadas pela população, mesmo, por vezes, sabendo que são inadequados: MOR (doméstica) disse que: *A maioria das pessoas usa tambores de ferro, de plástico sem tampa, por causa da falta de água. Não tem. É uma hora, duas horas por dia, às vezes. Quem tem vasilha melhor enche, quem não tem o jeito é fazer isso.*

Sobre essa questão, assim se pronunciou BAS:

É pro governo resolver essa situação. Aqui no nosso bairro tem falta d'água, ali naquela rua falta água e a gente corre em cima deles, bota

ofício e eles só fazem dizer que vão e nunca aparecem. Não sei se em outros lugares é assim, mas aqui só acontecem as coisas quando a gente bota no rádio, aí eles se mexem. Lá pra eles não falta, aqui falta.

STA revelou que:

Um dia desses cavaram aqui pra puxar água pra outras casas. Eu não sei o que aconteceu que não cai água na minha torneira. Quando cai água na nossa torneira é só areia, as pessoas não conseguem pegar, é só areia, areia, areia.

Como se pode verificar, além da ausência de atendimento pleno, a qualidade da água está comprometida. Esse fato, não tem sensibilizado o poder público a projetar e executar a correção do problema. Nas áreas de várzea a situação é mais crítica, onde a água não atinge todas as residências.

Segundo GAM, ***o poder público devia instalar rede comunitária. A rede existente foi instalada em 1996, em regime de mutirão e não tem manutenção.***

Com relação ao abastecimento de água para as casas construídas com o fim de abrigar as pessoas que seriam transferidas da beira do rio para áreas de terra firme, RLI (professora) afirma: ***Nem água tinha nas casas que foram construídas pela prefeitura para colocar o pessoal da beira do rio.***

O saneamento básico não é tratado como política social e que merece ter seus componentes tratados de forma integrada. Normalmente, quem cuida dos recursos hídricos não responde pela ocupação e uso do solo nem pelo saneamento, ou seja, o tratamento é segmentado e não há integração das ações inerentes. O que há é a desarticulação entre poderes constituídos, fomentando a inoperância dos mesmos com reflexos negativos à prestação dos serviços públicos à população. As políticas são elaboradas e implementadas de forma setorializadas, fragmentadas, sem continuidade, descoladas das demandas sociais. São pautadas também na homogeneidade como afirma Boneti (2006), como se as pessoas e as necessidades fossem equivalentes, sem o diálogo entre os setores públicos, e, sobretudo, com a sociedade.

Segundo Brasil (2005b), o município de Laranjal do Jari solicitou adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, porém está na condição de “pendente”, significa que por não ter cumprido exigências do referido sistema, não poderá receber desembolsos de contratos já firmados e pleitear novos recursos. No caso, ou não elaborou um Plano Municipal de Habitação ou não o entregou à Caixa Econômica Federal. Dessa forma, a adesão não se concretizou. Essa pode ser uma das razões pela qual o município não concluiu o sistema hidráulico das casas construídas para atender a população de baixa renda, pois as unidades habitacionais devem dispor minimamente de acesso de via pública e de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

É importante frisar que a citada lei instituiu também o Fundo Nacional de Habitações de Interesse Social, o qual centraliza recursos provindos de diversas fontes. Tais recursos podem ser aplicados na aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais, na produção de lotes urbanizados para fins habitacionais, a regularização fundiária e urbanística de áreas de interesse social, ou a implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas de Habitação de Interesse Social.

No que se refere ao sistema de esgoto, em seu depoimento SAB ratifica que a responsabilidade pelo provimento de rede de esgoto é do poder público. Nas rodas de conversa, foram expressas algumas falas de outros sujeitos que apontam a prefeitura como responsável. A fala de CAL (estudante) sobre o esgoto segue na mesma direção:

Já nem culpo a comunidade, mas sim a prefeitura. Já é um trabalho da prefeitura, tem que tomar providência. A gente vai reclamar, não fazem nada. A população tem que ir lá reclamar pra prefeitura colocar encanção, tubulação, coisa que seja de total segurança e duradoura.

EST (estudante) concorda com CAL, afirmando que ***o esgoto é um trabalho da prefeitura***. Nessa mesma linha, BAS reforça que ***o esgoto é difícil de resolver porque tem a parte da prefeitura. Mas não tem água pra gente lavar a louça, inda mais fazer fossa e na falta de esgoto, o jeito é mandar pra rua. Tem que ver com a prefeitura.***

As falas atribuem à prefeitura a competência de prestar o serviço de esgotamento sanitário. O problema da ausência de sistema de esgoto é mais grave nos bairros de áreas de várzea, onde estão as palafitas. Nesse sentido, STA diz:

Olha, eu acho que aqui na beira tá difícil, não vai poder cavar uma fossa, dá logo na água. Talvez no Agreste dê pra fazer, mas aqui na beira é difícil. Um cheiro do outro (se referindo às fezes), a gente tá comendo, tá sentindo o cheiro de esgoto, não pode fazer nada, na beira a única coisa que dá pra fazer é isso, jogar o esgoto a céu aberto.

Na opinião de BAS, ***pra esses bairros (várzea) poderiam construir um sistema padronizado de fossas***. Vale reforçar que o problema não é exclusivo desses bairros. BAS afirma que ***na terra firme a gente vê que não tem esgoto***. Dessa forma, entende que, de fato, o equacionamento deverá contemplar toda a cidade. Além dos dejetos humanos e água usada para diversas finalidades, o esgoto também se constitui de água desperdiçada. De acordo com RIL, na roda de conversa, as obras de infraestrutura urbana (revestimento asfáltico, perfuração do asfalto e outros serviços), sem as providências de natureza técnicas cabíveis, suscitam problemas que se desdobram na acumulação de água em frente às casas e formam buracos nas vias que prejudicam o trânsito de veículos, de pessoas, causando transtornos para moradores. Sendo afetado, em sua residência, RIL tomou a seguinte providência:

Eu resolvi fazer um ofício para a Secretaria de Obras pra pedir pra eles resolverem pelo menos aquele problema que tem lá. A resposta que eu tive foi: não se preocupe que isso vai ser resolvido. Então eu fiquei confiando né, até agora não foi possível, não sei por quê. Até agora não foi feito.

Vale ressaltar que tais obras também impedem a drenagem das águas pluviais que se acumulam nos terrenos residenciais. Sobre uma situação recente, por ocasião da pavimentação de vias em bairros de terra firme, RIL se manifesta:

Acho que vocês já puderam observar a questão das calçadas. O projeto que foi feito pra essas calçadas eu suponho que a pessoa não pensou na canalização da água das casas. O que está acontecendo? Por conta da calçada ser alta, não dá pra passar essa água das casas, então a água fica empossada. Ontem nós passamos próximo de uma casa, próximo a Secretaria de Saúde, a água tá quase entrando na casa. A prefeita fez uma reunião com os moradores e falou que cada um teria que fazer um sumidouro. Se fizer um sumidouro, ele vai encher né? Vai encher aí vão ter que fazer outro, vai encher de buraco no quintal pra canalizar a água? Porque vai ser necessário enquanto a pessoa for viva, vai encher esse buraco sempre! Outra, há pessoas que não têm se quer o que comer, quanto mais R\$ 1.500,00 pra fazer um sumidouro. Só um buraco custa R\$ 1.500,00, eu mesma fui ver. Então eu reuni com alguns moradores da passagem da Luz e eu pedi que cada um comprasse um cano de 100 mm pra canalizar aquela água, cada um comprando um cano, já vai ajudar. E se faltar, fazer outra contribuição para comprar mais cano até chegar em local determinado e tirar essa água daqui. E uma pessoa me falou: eu não sei se eu vou fazer sumidouro ou se eu vou comprar tubo, se eu comprar o tubo, a máquina vai passar aqui pra limpar a rua e vai quebrar.

De fato, na cidade há diversas obras de arruamentos com pavimentações em paralelepípedos. Porém, os níveis das ruas estão elevados em relação ao dos terrenos das casas e prédios. Não se pensou no sistema de escoamento da água e nem na absorção de dejetos humanos. As casas que se encontram nessas ruas estão sendo afetadas pela água das chuvas que ficam empossadas face a inexistência de passagem para o fluxo de dessas águas. Não há sistema de drenagem, infringindo a legislação de saneamento básico que a prescreve como um dos componentes do saneamento. A forma de execução de tais obras indica que os projetos contratados pela prefeitura não estão em conformidade com essa legislação, pois apesar do questionamento dos moradores não há, segundo eles, perspectiva de solução.

Como se pode verificar nos debates, as falas dos sujeitos convergem no sentido de que a coleta do lixo, o provimento do sistema de fornecimento de água tratada e esgoto competem ao município, mas institucionalmente não é assim. A lei do saneamento básico sinaliza que tais serviços têm titulares distintos (esfera federal, estadual ou municipal) e a concessão de exploração dos mesmos poderá ser delegada a outra entidade. Sobre o lixo, pude compreender que a coleta não é regular, não há programação para coleta de entulhos, os veículos de coleta são inadequados e insuficientes para atender a demanda. Além disso, a mão de obra é escassa e não tem qualificação técnica para realizar tal atividade.

Para GAM, na roda de conversa, o saneamento ambiental é tudo. Este sujeito se referiu à água, ao lixo, esgoto e à drenagem.

Por isso, MAR (roda de conversa) adverte: ***Na verdade nós tínhamos que pedir mais atenção ao poder público. O nosso bairro é esquecido principalmente de energia, de água que não tem, não tem saneamento básico pras famílias.***

E ORL (aposentado) enfatiza: ***Tem que fazer um abaixo-assinado e levar para o órgão público né?*** Nessa fala ORL demonstra ter compreensão da importância da participação popular para solução de problemas na comunidade.

Dentro dessa ideia, SAB acrescenta, em seu depoimento, que ***a população teria que tomar algumas atitudes através das associações, para lutar por soluções de melhoria.***

Complementando as falas anteriores, GOR (professora), na roda de conversa, assinala que o ***povo não tem consciência de que o acesso aos serviços públicos é um direito.***

A participação popular é importante, mas não resolve tudo, como FAR assinalou na roda de conversa: ***É preciso apoio das autoridades e acompanhamento pelo poder público.*** BRI (estudante) concorda dizendo: ***A prefeitura deve elaborar uma proposta para resolver esse problema.***

FAR e BRI reforçam a necessidade do planejamento de ações de políticas públicas para o saneamento básico nas cidades. Na análise de VAS sobre a cidade, assim enfatiza:

Hoje Laranjal do Jari já tem perfil de cidade, tem muita coisa muito simples que é possível fazer para melhorar e as pessoas se sentirem mais felizes e não tão discriminadas. Eu acho assim, que nessa questão tem muitas políticas públicas possíveis de fazer pra melhorar, pra ajudar a fazer as pessoas a quererem o melhor para si mesmas e com isso formar uma corrente de mudança pra melhor.

No aspecto social, isso se revela claramente, pois o que muito se vê são políticas desconectadas das demandas. Sobre o que deve ser realizado em termos de políticas públicas, Lefebvre (2006, p.123) assevera que compete às forças sociais, “indicarem suas necessidades sociais, infletir as instituições existentes, abrir os horizontes e reivindicar um futuro que será obra sua”.

Boneti (2006) também segue essa mesma linha de argumentação quando afirma que as políticas públicas devem ser sustentadas pelas reivindicações da sociedade, sendo essa, um

dos elementos integrantes da corrente de forças que vislumbram a elaboração de políticas de intervenção social e espacial urbana em benefício da coletividade. Esse autor (Ibid, p. 22-23), dentro desse pensamento, afirma que

[...] a ação intervencionista das instituições públicas decorrente das políticas públicas parte do pressuposto de que há uma homogeneidade entre as pessoas, e/ou o objetivo desta ação é o da homogeneização, não tratando os grupos sociais considerados diferentes como tais, mas na perspectiva de os igualar.

A homogeneidade no que diz respeito ao atendimento às demandas sociais não existe, pois as necessidades são distintas, porém, no ato da definição de políticas públicas essa desigualdade não é considerada. Nesses termos, a política pública é restrita a grupos elitizados, entretanto, a massa populacional também deveria ser contemplada.

Adentrando na estrutura administrativa do município, ORL, na roda de conversa, externou que a Secretaria de Meio Ambiente poderia ser mediadora na minoração dos problemas já citados, provendo orientações relacionadas ao lixo, à água, ao ambiente na sua totalidade. Segundo esse sujeito, essa secretaria tem além de outras, tais atribuições. Entretanto, um dos entraves se revela na ausência de mão de obra qualificada, os cargos são ocupados por indicação política e relações de compadrio.

Sobre essa questão, ORL afirma:

Tantas coisas aqui importantes pra resolver, mas eles colocaram nesse Meio Ambiente aí pessoas que não são formadas. Infelizmente vou dizer uma coisa que não gostaria de dizer, mas tenho que dizer. Pessoa que só tem o 2º grau tá lá dentro sendo chefe do Meio Ambiente. Como é que pode uma coisa dessa, a Prefeitura colocar pessoa que só tem o 2º grau? O que ela vai fazer ali? Só olhar o tempo passar, de braços cruzados e dizer eu trabalho no Meio Ambiente. Mas funciona? Não. Por quê? O Meio Ambiente é pra ter funcionário treinado, para essa pessoas fazerem o que têm que fazer. Dizer para as pessoas: não pode jogar lixo aí, se não você vai pagar uma multa. A prefeitura é responsável por isso. Não faz as coisas direito. Pessoas desinformadas colocam dentro do Meio Ambiente pra trabalhar. Se for só pra ganhar dinheiro, então eu também vou fazer isso lá. Vou ficar de braços cruzados olhando o tempo passar. É preciso que a

prefeitura tenha consciência disso, não colocar gente irresponsável lá dentro, pra combater esse mal.

No depoimento de VAS, fica evidente a sua perspectiva por um gestor comprometido com as causas locais como pode ser visto em suas palavras:

Eu acho que tem os pontos positivos de morar aqui, tem os pontos negativos, tem os nossos sonhos, as nossas angústias e eu ainda acredito assim que Deus ainda vai colocar um gestor público capaz de ousar. Capaz de dizer: olha, eu sou assim, eu nasci aqui, eu vi aqui assim e eu quero daqui a tanto tempo fazer assim. Então a gente só tem que ter esperança, porque eu não acredito mais em cobrança.

GAM, em seu depoimento, destaca uma passagem, segundo ele, de uma obra de Nietzsche que retrata a mudança de atitude de um indivíduo ao ser dotado de poder. E assim evocou:

Uma vez eu li um pensamento de Nietzsche que dizia assim: quando eu subo eu sou seguido por um cachorro chamado ego. Então quer dizer o poder, [...], a gente tem elegido aí pessoas que são nossos amigos, mas quando chegam lá eles se transformam, viram monstros, sabe. Aquela filosofia que ele tinha antes, ele esquece.

O poder político e econômico sobre a sociedade, historicamente, tem influenciado na sua forma de pensar e agir. A cooptação e as políticas assistencialistas nutrem o poder para que se mantenha hegemônico. Em se tratando de Laranjal do Jari, VAS, em seu depoimento, sustenta que o assistencialismo e a passividade dos moradores em reagir para transformar a situação em que vivem contribuem para precarização da qualidade de vida.

Na concepção de Acselrad (2004), as forças dominantes investem na despolitização e utilizam formas assistencialistas momentâneas para neutralizar e acalmar os ânimos. O autor, na realidade, refere-se ao cerceamento da autonomia plena ao exercício da cidadania e progressiva construção democrática. Nessa linha, observo que todas essas medidas são concretizadas sob os holofotes da mídia, ofuscando a concretude da precariedade de vida das pessoas e urgência de soluções que, verdadeiramente, mitiguem os problemas socioambientais vigentes.

Sobre a política assistencialista, VAS anuncia que: ***o assistencialismo não é bom, cada morador teria que refletir sobre tal questão. Com certeza a gente não teria a qualidade de vida tão comprometida.***

De fato, as políticas assistencialistas não resolvem os problemas decorrentes da baixa renda familiar. Além de não preverem qualificação aos Assistidos a fim de que desenvolvam habilidades profissionais condizentes com as exigências para inserção no mercado de trabalho e se desvinculem gradativamente dessas políticas, tornam-se habituais e causam dependência. Os assistidos, por sua vez, não reagem em desfavor de tais políticas, aceitam ser assistidos e se acostumam com essa condição.

Lefebvre (2006) argumenta que se os habitantes de diversas classes sociais se deixam “manobrar, manipular, deslocar para aqui ou para ali, sob o pretexto de ‘mobilidade social’, se aceitam as condições de uma exploração mais apurada e mais extensa do que outrora, tanto pior para eles” (p.123, grifo do autor).

SIL (professora), em seu depoimento, disse que ***às vezes a ignorância tem um benefício, você sofre menos. Quando não enxerga a realidade. Não é crítico, sofre menos. É muito solitária a questão da criticidade. Não é aquele criticar por criticar, mas é você chamar à razão.***

Sobre a questão da criticidade, Freire (2011, p.86) elucida que ela é importante ao desvelamento da realidade; o “pensar autêntico” contribui para que o sujeito reflita sobre sua situação concreta, seu ambiente; e sua imersão se dê cada vez mais criticamente no enfrentamento com a cultura dominante. Já houve uma evolução no comportamento social, na liberdade de expressão, mas ainda há repressões por vezes silenciosas. Ademais, o povo, emoldurado na vida cotidiana, em geral, na condição de subordinação, não reconhece que o exercício da cidadania está atrelado à liberdade de pensar, expressar-se, agir, mobilizar e de não se submeter a cooptação, a participações inventadas (SOUZA, 2005; 2006a), por isso não

reage e não logra autonomia. Freire (1967) reforça que é preciso superar a inexperience da participação por uma participação crítica.

A acomodação da população em não se mobilizar para cobrar atuação do poder público, como diz VAS, em depoimento, pode ser atribuída ao fato de a mesma não ter sido estimulada a se sentir autônoma nas suas formas de expressão. E, ainda que isso ocorresse, de ter a garantia de que sua voz seja ouvida nas decisões que definem políticas públicas.

GAM, também no depoimento abaixo, analisa a razão que induz o povo a não reagir contra a cooptação e a passividade diante da elite política:

A resistência maior do povo é por desconhecimento, porque ele acha que o político é pra dar dinheiro, lhe sustentar, lhe dar um botijão de gás e justamente não é assim. A democracia nunca vai funcionar bem. Se não existem dois dançarinos, cada um dançando perfeitamente, não pode existir. Eu acho que a democracia é o melhor sistema de governo, mas ela só pode funcionar adequadamente quando existir um povo esclarecido. [...]. Nós vivemos ainda como se fosse no tempo do voto de cabresto. Olha, eu faço isso pra ti, mas lá no fim tu vais ter que me compensar, tu vai ter que trabalhar pra mim, fazer o que eu quero.

Em meio à massa da população que desconhece que pode se manifestar contrária à ordem desse tipo de política assistencialista há os que resistem, aqueles que segundo Freire (2011) buscam na educação a compreensão da realidade a partir do seu olhar crítico. No meu ponto de vista, mesmo sendo em geral minoria, lutam pela autonomia plena de se manifestar, sobretudo, no que se refere às ações do poder público, à forma de gestão e à situação que se figura em diversos segmentos sociais, que compõem a estrutura socioambiental urbana.

O significado da fala de GAM, que se segue, assinala que esse sujeito também comunga do mesmo entendimento:

Meu pai me ensinou a falar o que eu penso, nunca entrei num partido político, sou uma pessoa sem religião, eu leio muito pra entender as coisas, mas também quando eu preciso falar eu quero toda liberdade do mundo. Isso não tem dinheiro que pague. Você tem liberdade, tem o conhecimento,

tem tudo. Você pode não ter dinheiro, mas é uma coisa que ninguém pode roubar, o conhecimento. Deus era um homem comum, quando andava nas ruas, não se diferenciava de ninguém, mas quando abria a boca, ele se agigantava nas sinagogas pregando o evangelho, assim como outros ícones da história universal. Filósofos como Sócrates morreram porque foram contra a ordem preestabelecida, é o que a gente vê hoje com a globalização, a escravidão moderna né? Então eu gosto de ler justamente pra isso, pra que essas coisas não possam me afetar tanto.

É irrefutável o nível de politização de GAM. Pessoas com esse perfil buscam romper a fronteira entre a passividade e o tornar-se um sujeito ativo na sociedade, que exerce a cidadania, sujeito de direitos, não apenas de deveres. Tais alternativas estão alinhavadas às manifestações culturais e têm sido tecidas ao longo de séculos.

4.1.3 A cultura popular refletida em expressões da vida cotidiana

Na cidade de Laranjal do Jari, no decorrer do trabalho de campo, sobretudo nas rodas de conversa, identifiquei moradores que compõem poesias sobre as questões locais e se utilizam de metáforas para manifestar suas inquietações.

No depoimento de GAM, a metáfora aparece quando se refere à funcionalidade do regime democrático dizendo assim: ***A gente tem um regime maravilhoso que é a democracia. Mas na democracia existem dois grupos: o povo e o poder. Então como se fossem dois dançarinos, só sai dança se os dois souberem dançar.***

Bakhtin (1999) dizia que, na Idade Média, o povo se utilizava de diversas formas de manifestações da cultura popular para viver como tal e também extravasar suas inquietações. Esse argumento é reforçado em Certeau (1994) que, direcionando suas pesquisas para o cotidiano, também percebeu diversas formas de expressão daqueles desprovidos de direitos de manifestação no âmbito oficial e o uso de metáforas, ritos religiosos, os contos e lendas, pelo povo, como margem de manobra frente à sociedade elitizada.

Por isso cada objeto, cada noção, cada ponto de vista, cada apreciação, cada entonação, encontra-se no ponto de intersecção das fronteiras das línguas-concepções do mundo, é englobado numa luta ideológica encarniçada.

Nessas condições excepcionais, torna-se impossível qualquer dogmatismo linguístico e verbal, qualquer ingenuidade verbal (BAKHTIN, 1999, p. 415).

O uso de metáfora e poesias pelos sujeitos sinaliza que, naquela cidade, há uma pluralidade cultural. Essa evidência se confirma no depoimento de VAS, quando esse afirma que em Laranjal do Jari ***o povo tem uma cultura riquíssima, porque a gente é junção do maranhense, do paraense, do mineiro, enfim, aqui tem uma cultura diversificada.***

Morin (2004) advoga que não há sociedade humana desprovida de cultura, mas há singularidades em cada cultura. Esse autor nos apresenta o conjunto de elementos que compõe a cultura, e assim se tem a visão da sua complexidade:

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social (Ibid, p. 56).

Com relação à cultura mencionada por VAS, no caso dos espaços urbanos amazônicos que emergem como Laranjal do Jari, a diversidade cultural é proeminente, em face da miscigenação de pessoas oriundas de diferentes estados brasileiros. Reafirma que uma cultura popular fora nutrida no curso da história em Laranjal do Jari, embora por anos silenciada, oprimida, degenerada e induzida à adequação imposta por forças políticas e capitalistas que investem em moldar essa cultura para atender às suas intencionalidades. Dessa forma a sociedade se torna oprimida, passiva e servil, sem resistência às circunstâncias cotidianas impostas pelo capital. Isso leva à metamorfose de identidade cultural em que “o corpo individual é apresentado sem nenhuma relação com o corpo popular que o produziu” (BAKHTIN, 1999, p. 26).

Mas, segundo Certeau (1994, p. 87), a cultura popular é como uma “sucata”, resiste no tempo e no espaço, ou seja, pode até ser desprezada por políticas e poderes capitalistas e elitizados, mas a sua força não pode ser subestimada.

Hall (2009), ao se reportar sobre a cultura popular negra, afirma que os momentos que marcam a cultura são sempre conjunturais em razão de suas especificidades históricas, “[...] embora sempre exibam semelhanças e continuidades com outros momentos, eles nunca são os mesmos”. (p. 317). Essa concepção também se aplica à cidade de Laranjal do Jari.

GAM, que mora nessa cidade há aproximadamente 40 anos, reforça o entendimento de VAS e destaca a poesia como mais uma opção de manifestação: ***A poesia é uma junção da nossa própria vivência na sociedade, o sofrimento, o descaso, o próprio povo que não sabe como proceder em determinadas coisas.***

Freire (1967, p. 109) dizia que “cultura é a poesia dos poetas letrados de seu país, como também a poesia de seu cancionero popular. Que cultura é toda criação humana”. GAM se enquadra na segunda opção e externa a força da poesia na revelação de questões do cotidiano popular, no qual se insere. Evidencia também que, além de ser um instrumento para dar visibilidade aos problemas que afligem uma sociedade, revela o sentimento de quem é porta-voz de pessoas afetadas por tais problemas, por vezes, cristalizado pelo descaso com a coisa pública. Como agente de mudança que é, por meio da poesia GAM mostra que é uma forma de fazer valer a sua voz e de intervir na sociedade, instigando reflexões acerca da realidade. A seguinte poesia reflete bem essa situação.

Alice no país das maravilhas

(GAMA, H.)

Um dia perderemos nossa dignidade

Se aceitarmos o favor

E as meias verdades

Dessa cambada de opressores

Viramos refém

Da nossa própria fraqueza

E a nossa fé se retém

Das mudanças, não temos tanta certeza

Todo mundo sente esse processo

Quando chegam aqueles tempos

Alice vem cheia de amor pra dar
 Mas se o mal não se desfarça de bom
 Não faria tanto sucesso
 E os mentirosos não poderiam nos enganar

E com o dinheiro público
 Fazem aquele carnaval
 A cidade não tem asfalto, nem remédio no hospital
 Isolados numa ilha
 O povo assiste Alice no país das maravilhas

Recursos vão pulando de galho em galho
 Chegando sem nenhum trabalho
 Na árvore de bel-prazer
 E o povo excluído cansado de sofrer

Clamando a esmo
 Confinado em palafitas
 Nos barracos das favelas
 Dependendo da caridade do governo

Ao situar a fragmentação do espaço em socioeconômico e utópico, Certeau (1994) enfatiza no socioeconômico a luta entre ricos e pobres em que os primeiros sempre vencem, assim como as forças policiais em suas investidas contra os pobres, o que o autor chamou de “perpétuas vitórias ou reinado de mentiras” (Ibid, p. 76). Nesse espaço os pobres só podem falar em voz baixa ou entre iguais. Sobre o espaço utópico, o autor salientava que se firmava como um espaço milagroso a traduzir formas de protesto por meio de palavras metafóricas, camuflados em ritos religiosos, em razão da proibição em expressar a injustiça praticada historicamente pelos poderes constituídos.

A poesia de GAM não se traduz em um rito religioso, mas tem similaridade com o contexto mencionado por Certeau, na luta travada entre ricos e pobres e no cerceamento de direito pleno de voz. Essa poesia retrata o pensamento desse morador sobre um conjunto de aspectos que contornam a gestão municipal. Configura-se como uma forma de denúncia, de protesto, sobretudo no que diz respeito ao uso de recursos públicos e o contraste social.

Freire (1967) advoga que por meio da realidade cultural “[...] o homem transforma o mundo natural que ele não fez, produzindo mudanças no seu contexto de vivência, [...]” (Ibid, p.104). Ainda para Freire, o homem deve estar no mundo e com o mundo, sentir-se partícipe dele. De forma, as pessoas podem formular concepções de mundo, pensar e agir em diferentes contextos, estabelecendo uma relação com a realidade e sendo parte dela.

GAM, em depoimento, confirma o argumento de Certeau (1994) e Freire (1967) quanto ao uso dessa forma de produção cultural ao expressar o seu sentimento no ato de suas composições, assinalando: ***Essas poesias que eu escrevo são viscerais porque vem de dentro.*** Essa poesia revela traços de suas inquietações com o seu contexto de vivência e expressa a origem do seu interesse pela educação ao evidenciar questões sociais por intermédio de manifestações culturais, neste caso, a poesia.

GAM, no seu contundente depoimento, narra sua relação com a educação, a poesia, a literatura de cordel e o lugar.

Eu vim aprender a ler quando eu atingi a idade de 10, 11 anos, foi a minha mãe que me ensinou e o meu pai me ensinou as quatro operações de conta. Meu pai estudou até a 2ª série, mas tudo o que você pensar em matemática no básico ele sabia e a minha mãe também. Nós morávamos duas horas daqui abaixo de Laranjal do Jari, numa colocação³¹ que meu pai tinha lá. No inverno ele vinha extrair castanha do lado do Pará. E aí meu pai saía de casa na canoa, quando ele voltava, [...], sempre trazia uma revista, aí chegava com a revista e dizia: meu filho eu comprei essa revista, achei interessante, é pra você lê, depois você vai me dizer do que se trata, eu lia e tinha que fazer tipo uma dissertação de livro. Aí meu pai trazia jornais, aquelas revistas figurino, revista de fotonovela, tudo, revista de banguê-bangue, revistas orientais, muita coisa. Aí foi o tempo que nós fomos adquirindo a idade, colocaram a primeira escola aqui, meu pai disse nós vamos mudar pra lá. Foi chegando aquelas pessoas para o Projeto Jari, pessoas muito cultas e eu fiz amizade com um vizinho aqui, um mineiro, ele era de Governador Valadares, ele tinha uma biblioteca. Ele era enfermeiro das firmas, um cara muito experiente. E foi ele que me apresentou vários livros, Che Guevara, Marx. Mas a coisa que mais me impressionou, um livro que mudou a minha vida foi “A Rosa do Povo” de Carlos Drummond de Andrade, que tem uma poesia chamada “Canção Amiga”, me encantei com aquilo. Às vezes eu não entendia, mas ele me

³¹ Em seu depoimento, GAM falou que seu pai trabalhava no extrativismo de castanha-do-pará, no sul do Amapá. “A ‘colocação’ era uma porção determinada de terra, onde havia uma casa rústica, feita de madeira e barro, de três cômodos – sala, quarto e cozinha – coberta com folhas de paxiuba (palmeira tipicamente amazônica) e um tapiri que era uma cabana, também feita de palha de paxiúba” (BRASIL, s/d). A primeira serve de abrigo aos extrativistas, e a segunda, de local para efetuar o tratamento inicial e armazenar a produção retirada da floresta. Esse tipo de acomodação era uma alternativa de moradia comum na Amazônia no auge do extrativismo da borracha e de amêndoas, atualmente ainda é utilizada, porém em menor escala.

explicava. [...], às vezes eu achava um livro bonito, colorido e ele dizia: esse ainda não é pra você, vai começar a ler esse aqui. Aí eu comecei assim bem instruído. Todo fim de semana ele tava em casa. Aí eu conheci um nordestino que me apresentou a literatura de cordel. Nesse tempo não tinha televisão, anos 70, 75, eu lia, sempre tive uma boa leitura, tive uma professora de português que era rigorosíssima. Ela dizia: se você quiser ter um bom vocabulário tem que ser amigo de todas as palavras, conhecer todas as palavras. [...]. Não concluí meus estudos. Só tenho o Ensino Fundamental completo, mas eu compensava isso porque eu fui sócio do Círculo do Livro, os livros vinham pra mim e eu lia muito.

Para Cascudo (2012), a literatura de cordel enuncia que é a denominação dada em Portugal para livrinhos impressos, no formato brochurinhas em versos, postos à venda em barbantes e difundido no Brasil como folhetos após 1960. Abreu (1999), por sua vez, afirma que é um modelo de editoração em papel barato, pequeno número de páginas e preços acessíveis à ampla parcela da população. A autora comenta que os primeiros poetas registravam suas composições de poemas em tiras de papel ou em cadernos, com a finalidade de conservá-los para futura apresentação oral e não de editá-los. Nas palavras de Abreu:

Entre o final do século XIX e os anos 20, a literatura de folhetos consolida-se: definem-se as características gráficas, o processo de composição, edição e comercialização e constitui-se em público para essa literatura. Nada nesse processo parece lembrar a literatura de cordel portuguesa. Aqui, havia autores que viviam de compor e vender versos; lá, existiam adaptadores de textos de sucesso. Aqui, os autores e parcela significativa do público pertenciam às camadas populares; lá, os textos dirigiam-se ao conjunto da sociedade. Aqui, os folhetos guardavam fortes vínculos com a tradição oral, no interior da qual criaram sua maneira de fazer versos; lá, as matrizes das quais se extraíram os cordéis pertenciam, de longa data, à cultura escrita. Aqui, boa parte dos folhetos tematizam o cotidiano nordestino; lá, interessavam-se mais às vidas de nobres e cavaleiros. Aqui, os poetas eram proprietários de sua obra, podendo vendê-la a editores, que por sua vez também eram autores de folhetos; lá os editores trabalhavam fundamentalmente com obras de domínio público (Ibid, p. 94-95).

De acordo com Abreu (1999), a literatura de cordel ou folheto exige que o vocabulário seja de fácil compreensão e dotado de sentido para aqueles que não dominam a estrutura textual produzida pela elite intelectual. O título tem de ser curto e com forte teor informativo.

“Não basta construir versos e estrofes de maneira adequada, é necessário que o texto como um todo seja coerente e possua unidade narrativa. Sua estrutura deve centrar-se no desenrolar de uma ação, desenvolvida em termos de causas e consequências” (ABREU, 1999, p.115).

Acrescenta Abreu (Ibid, p. 121) que:

No Nordeste, embora haja narrativas ficcionais que contam as aventuras de nobres personagens, o estado de “indignação, lamentação e crítica do cotidiano” contamina as histórias. A discussão das diferenças econômicas é constante. A simbiose entre dominantes e subalternos presente no cordel português dá lugar à tematização de conflitos oriundos das diferenças de riquezas.

Segundo Bakhtin (1999, p. 411), na Idade Média, “a língua popular, ao englobar todas as esferas da ideologia, veiculava os pontos de vista novos, as formas novas de pensamento, as apreciações novas”. Na realidade, a língua popular era considerada a da vida cotidiana, do trabalho, a língua de gêneros inferiores, como nos dias atuais, embora algumas vezes disfarçadas por interesses individuais.

Abreu (1999) salienta que a despeito da ausência de restrições temáticas, a literatura de cordel é elaborada com base na realidade social na qual se inserem os poetas e seu público. Os folhetos são referentes a poemas de época ou relativos a acontecimentos cotidianos, nos quais a crítica social e a discussão que contornam dificuldades enfrentadas pelas classes subalternas são base para a produção.

O depoimento de GAM revela uma questão muito interessante: Que a educação e a aprendizagem, quanto ao uso de recursos literários pela população na vida cotidiana, não se constrói apenas no interior de instituições educacionais formais. GAM teve acesso à escola tardiamente, não avançou para além do Ensino Fundamental. Mas a despeito disso, não deixou escapar a oportunidade de desenvolver suas habilidades com a leitura, a escrita e as palavras, revelando que é possível reagir às forças dominantes, negando a condição de oprimido. E nesse aspecto, o contato com a literatura de cordel ou de folhetos foi significativo.

Sobre a condição de sentir-se oprimido, Freire (2011, p. 69) assim anuncia:

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isso, terminam por se convencer de sua ‘incapacidade’. Falam de si como os que não sabem e do ‘doutor’ como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais.

GAM não se enquadra nesse perfil. Fala o que pensa e demonstra uma leitura crítica da realidade. A sua poesia aborda as angústias com a realidade posta, obedecendo traços dos poemas da literatura de cordel, na medida em que há rima, o título é atraente; e a linguagem, facilmente compreensível. Nesse tipo de produção observa-se que são utilizados para resgatar traços culturais ou vivenciais apreendidos no decorrer de sua história.

O interesse por autores considerados clássicos na literatura filosófica também é outra questão que se destaca no depoimento de GAM, pois os legados desses autores têm ressonância com a forma como liam o mundo no seu tempo, ainda que dirigidos a letrados com formação erudita. GAM ao citar Marx, Nietzsche, Sócrates mostra que a educação também se constrói no cotidiano. Impressiona a bagagem cultural de GAM, que, tendo apenas cursado o Ensino Fundamental, fala naturalmente de renomados intelectuais.

Segundo Hall (2009, p. 322), “parte do problema é que temos esquecido que tipo de espaço é o da cultura popular”, para ceder lugar a uma cultura a serviço do mercado, do espetáculo. No caso de poetas de Laranjal do Jari, é uma arma contra a subalternidade. De acordo com Hall (Ibid, p. 322), é necessário desconstruir o popular, sob o prisma da visão crítica, pois a palavra “popular” carrega essa ressonância afirmativa, que suscita o seu deslocamento do real sentido para outros fins. Esse mesmo autor (Ibid, p.322) salienta que “[...] em certo sentido, a cultura popular tem sempre sua base em experiências, prazeres, memórias e tradição do povo”. Mas também se entrelaça às esperanças, aspirações, tragédias e aos cenários locais que são práticas e experiências cotidianas de pessoas comuns.

Outra questão que é importante assinalar remete à sensibilidade de GAM com a poesia e a alternativa encontrada para adquirir livros por meio do Círculo do Livro³², morando numa cidade como Laranjal do Jari que, na década de 1970, se conectava com outros municípios por

³² Uma editora brasileira criada na década de 1970, fruto da parceria entre o Grupo Abril e a editora alemã Bertelsmann, que vendia livros para uma espécie de sistema de clube, em que interessados em adquirir livros se associavam. Formou-se dessa forma uma rede de sócios. Essa editora funcionou até a década de 1980.

uma estrada bastante precária e de difícil acesso. O mercado de livros e revistas no local era praticamente inexistente.

Segundo Hall (2009), a cultura popular tem sua sustentação, dentre outros elementos, em experiências cotidianas, esperanças, aspirações, tragédias que se situam em espaços conquistados, mas subfinanciados, onde a invisibilidade é substituída por visibilidade criteriosamente controlada. Entretanto, em contraste à cultura dominante utilizada como margem de manobra para manipular, a cultura popular, para esse autor, deve ser usada como guerra de manobra para superação de uma dada realidade.

No decorrer da realização das atividades de campo, tive acesso a várias poesias que retratam sobre o lugar, a história, a beleza e a dura realidade de Laranjal do Jari. No período em que eu estive em Laranjal do Jari para o trabalho de campo desta tese, visitei uma mostra pedagógica promovida por alunos e professores de escolas de Ensino Médio. Havia um *stand* com trabalhos sobre a região do Jari e um cartaz afixado que atraiu minha atenção. No *stand* os alunos publicaram uma poesia que retratava incursões de pessoas na região do Jari, com o propósito de explorar recursos naturais. A poesia é de autoria dos jovens alunos que apresentavam seu trabalho escolar naquele momento e também se encaixa na literatura de cordel como fonte de inspiração para uma mentalidade crítica sobre a fase de implantação do Projeto Jari e os dias atuais.

Olhos do estrangeiro sobre o Jari

(SANTOS, R.A; SANTOS, W. W. A.; PRADO, S. T.)

Quem já não ouviu falar
De Zé Júlio, o coronel
Que comprou sua patente
Com dinheiro e coquetel
Se fez crescer no Jari
Com a rigidez do anel

Explorador de riquezas
Tinha a fama de vilão
Com mão de obra barata
Que trouxe lá do sertão

Sustentava seus projetos
Com recursos deste chão

O Jari se destacou
Aos olhos do estrangeiro
Foi então que os portugueses
Grupo de muito dinheiro
Comprou tudo de Zé Júlio
De navios a estaleiros

No tempo dos portugueses
Muita coisa não mudou
Então um americano
Muito rico sim senhor
Viu o Jari pelo mapa
Veio aqui e tudo comprou

Daniel Ludwig
Era o nome do senhor
Que acreditou no Jari
Seu projeto implantou
Hoje o que era sonho
Realidade se tornou

Quem hoje vê a CADAM
Explorando o barro branco
Tem que estudar sua história
Pra saber quem foi o santo
Que nos deu tanta riqueza
Enterrada em todo canto

Ludwig um sonhador
E apostador de aventura
Mandou construir uma fábrica
Com toda sua estrutura
Em cima de duas balsas
Parecia uma loucura

A CADAM – Caulim da Amazônia mencionada na poesia é uma das empresas que compõem o Projeto Jari, e o barro branco também citado é o minério de caulim. É de impressionar a visão que tais jovens têm da origem do processo de exploração na região do Jari. Na poesia, a expressão “Com a rigidez do anel” simboliza poder e que a posse pela terra se deu de forma coercitiva e ilegal, muito comum na Amazônia. O uso de joias do tipo relógio e anel, confeccionados em ouro maciço, representava o porte do poder de seu usuário.

A expressão “que comprou sua patente, com dinheiro e coquetel” permite inferir que o Coronel José Júlio se utilizou da política do clientelismo para barganhar junto à elite da época e órgãos públicos, não apenas a posse da terra, como também, o direito de explorar, sem nenhum embargo, as riquezas naturais da região.

Certeau (1994, p. 83) assinala que “Toda sociedade mostra sempre, em algum lugar, as formalidades a que suas práticas obedecem”. Assim, jogos pressupõem formas de agir de uma sociedade. Expressam também modelos de opressão. Nesse sentido, não só formulam as regras para execução de ações, como também criam uma memória. Trata-se, portanto, do retrato de um processo histórico dinâmico e ainda corrente, que se articula com outras ações, momentos e espaços. Porém, a despeito desses momentos ocorrerem ao longo da história, os jogos distanciam-se das competições, conflitos e contradições, constituídos cotidianamente por serem arquitetados fora do contexto no qual ocorrem tais momentos. É uma espécie de representação da vida naquilo que não é permitido evidenciar. Para Certeau (Ibid, p. 85), por meio dos contos populares é possível reconhecer os “discursos estratégicos do povo”, dos oprimidos que não dispõem de liberdade de expressão.

De acordo com Bakhtin (1999), a língua popular é a da vida cotidiana. Sobre esse prisma, as poesias registradas são relevantes porque buscam inspiração na vida cotidiana, onde, segundo esse autor, a imagem concreta ainda está inconclusa. São manifestações culturais que indicam concepções de mundo de seus autores e ao mesmo tempo um modo de fuga provisória da vida oficial, como também indica a rebelação com a realidade vivenciada pelos mesmos, com o estado de submissão, subordinação, pela superação das tentativas de manipulação e desejo de transformação da sociedade (CERTEAU, 1994).

Como afirma GOR, com elevada sensibilidade, ***o poeta é um plageador da realidade, das emoções alheias.***

As citadas poesias traduzem a repugnância à forma de gestão da cidade de Laranjal do Jari, como também quanto ao modelo de espoliação de terras, recursos naturais e da força de trabalho para acumulação de capital na região. São modelos dominantes, concretos, históricos

e correntes, que sinalizam propósitos aparentemente distintos, mas a similaridade está no poder como arma que se situa no centro das atitudes de quem se fala nas poesias. É muito interessante o olhar desses autores sobre tais práticas, sobretudo quando se trata de Amazônia, onde essas práticas são recorrentes.

Atualmente, o poder ainda se mantém do domínio das situações cotidianas. É nítido o contorno entre opressores e oprimidos, como também, de acordo com Certeau (1994), a luta entre ricos e pobres. Porém, a repressão tomou outra feição. Ainda existe força física como no caso da imposição do aprisionamento para a prática do trabalho escravo. Mas o que predomina, neste século, é a tortura invisível, a repressão disfarçada pela lógica do capital, a qual de forma silenciosa nutre a segregação. O capital cria fatores de deslumbramentos, mas, também, subtrai a liberdade plena aos cidadãos e amplia a segregação social, imperando a contradição nos discursos empreendidos pelas classes dominantes. Ou seja, trata-se de um jogo entre forças desiguais ocultas na ordem estabelecida pelas classes dominantes (Id, 1994).

Diante da realidade opressora, exploradora, vivida pelos moradores de Laranjal do Jari, me aproprio de Freire (1979, p. 40) quando diz: “as contradições vão subindo à superfície, provocando conflitos nos quais a consciência popular chega a ser cada vez mais exigente, causando nas elites inquietudes cada vez maiores”. Esse aspecto, segundo o autor, tem refletido progressivamente na forma de abordagem das composições de poesias que já não expressam apenas a vida confortável da burguesia. A inspiração emerge da “dura vida do povo” (Ibid, p. 40), ou seja, a poesia é o veículo que transmite a voz inconformada do sujeito como um ser concreto no mundo e com o mundo frente à “situação-limite³³” manifestada no seu cotidiano.

Freire complementa que para suplantar a “cultura do silêncio” (Ibid, p. 33), é preciso investir na superação da situação-limite, pois, para ele, o silêncio, por vezes, não significa que o sujeito não tem opinião formulada a respeito. A sua condição de sujeito subalterno na sociedade o conduz a submeter-se a prescrições dos que impõem sua voz na iminente tentativa de introduzir novas formas de alienação. Então, a poesia, neste caso, é um meio de driblar esta imposição e de demonstrar sua indignação com a realidade existencial, de “ser-para-si mesmos” (Ibid, p. 33), como afirma Freire.

³³ Para Freire (1979), compõe-se de temas da realidade que interferem negativamente na vida das pessoas e que requerem intervenções para minorá-las, a exemplo dos problemas socioambientais enfrentados pela população da cidade de Laranjal do Jari.

É interessante destacar que os autores das poesias registradas são de gerações distintas, porém suas produções culturais são similares na abordagem que tecem sobre a história e o momento corrente de Laranjal do Jari. Tais produções são recentes, o que possibilita a inferência de que as lutas por liberdade de expressão e as conquistas nesse sentido têm inspirado a politização sobre a realidade.

Freire (1967) defendia que a cultura não é inerente a uma classe social específica, embora em séculos atrás parecesse ser acessível apenas à burguesia. A cultura é manifestada pelo povo. Concordo com Freire, pois as poesias apresentadas denotam que as manifestações culturais, em larga medida, são formas de expressão dos oprimidos subjugadas por políticas impostas e concretizadas pelas forças opressoras na sociedade.

Toda essa discussão serviu de amparo para mostrar que a diversidade cultural é concreta, pois cada indivíduo carrega em si uma história, uma cultura que se faz mais presente. Os sujeitos têm distintas formas de relacionamento, de vida, de conhecimento, elementos importantes no confronto com forças dominantes.

Na pesquisa de campo identifiquei outro elemento que segue ao encontro da superação da dificuldade de acesso a acervos bibliográficos e do desenvolvimento de uma consciência crítica. Na comunidade das Malvinas encontrei uma biblioteca comunitária, instalada em uma das palafitas, na passarela da Assembleia, nº 29, a qual ocupa metade de uma residência e visa atender a comunidade em geral e, sobretudo, estudantes que não dispõem de recursos financeiros para aquisição de livros e têm alguma dificuldade de acesso às bibliotecas institucionais.

A biblioteca foi criada em 2005, é mantida por doações de acervos e material escolar e já acumula mais de 3.000 obras entre livros e revistas. Foi idealizada por um grupo de quatro moradores, inclusive funciona na residência de um deles e integra um projeto maior dos mesmos que é a Academia Laranjalense de Letras³⁴. GAM reforça o comprometimento dos idealizadores da biblioteca com a produção do conhecimento ao registrar em seu depoimento:

O objetivo da biblioteca é mudar. Eu tenho sete anos aqui. Nosso trabalho é totalmente voluntário. Não aceitamos nada. Cada um tem suas ideias, sua crença, mas quando se trata da biblioteca, todos nós somos unânimes

³⁴ Projeto idealizado por GAM, OEL, CLA e TRI, com o fim de proporcionar à população um ambiente para expressão cultural como: poesia, cinema, teatro, música, palestras.

naquilo que nós queremos servir. [...]. A maior ferramenta de libertação é o conhecimento, não existe outra.

De acordo com GAM, a biblioteca, anualmente, recebe a visita de 800 pessoas da comunidade. Além de colocar o seu acervo a serviço da comunidade, fruto de doações da mesma, proporciona cursos de artes plásticas. Auxilia, também, na confecção de currículos e distribui material escolar para pessoas desprovidas de recursos financeiros para esse fim. Esse é um exemplo da luta pela compreensão de que a educação é o motor de mudança. Seus idealizadores vislumbram contribuir para uma educação transformadora na perspectiva por dias melhores.

4.2 Soluções para questões socioambientais formuladas coletivamente pelos sujeitos da pesquisa

Neste item apresento soluções identificadas no calor dos diálogos, ditas como formas de contribuição para questões socioambientais locais, algumas contornadas pela definição de papéis na sua execução. As soluções propostas envolvem elementos que compõem o saneamento ambiental. Há sugestões de natureza operacional e, outras mais gerais, focadas à educação como importante instrumento de conscientização.

4.2.1 De caráter operacional

Freire (2011) quando discute a dialogicidade é no sentido de uma educação problematizadora calcada nas dimensões ação e reflexão que, segundo ele, são interdependentes e solidárias. Ou seja, são dimensões intercambiáveis, especialmente em se tratando de questões urbanas, muito embora, por vezes, predomine uma em detrimento da outra. Freire reforça que sem a ação, a reflexão se torna uma falácia (Ibid).

As atividades utilizadas na pesquisa de campo seguem na direção do que pregava Freire com relação à reflexão e ação. A ação se deu no sentido da participação de moradores nas referidas atividades para manifestar o que pensam que deveria ser executado em termos

de intervenção para solução das questões em tela. Posso afirmar que resultou em reflexões e proposições bastante ricas, potencializadas, em especial, pelos debates no encontro com a realidade local por meio das imagens projetadas.

No caso da dificuldade de coleta de lixo nas passarelas das áreas de várzea, NIV, na roda de conversa, sugeriu a utilização de *[...] um carrinho de quatro rodas, [...], gradeado de ferro, feito de madeira, de grade alta que pode comportar bastante lixo.*

RLI também concorda com NIV e completa: *O carro coletor teria um assoalho de madeira, porém a armação dele é de ferro, uma grade de ferro, fica tipo uma caixa em cima de rodas e eles levam nas pontes pra ficar coletando o lixo.*

O mesmo sugeriram GOR e BAR (estudante), porém alertando para a organização do trânsito desses carros nas passarelas, uma vez que, nas áreas de várzea, essas funcionam como vias com intensa circulação de pessoas a pé ou em bicicletas.

NIV e RLI afirmaram que viram funcionando algo semelhante na cidade de Macapá. Se houvesse integração entre os municípios, no que diz respeito à execução de políticas públicas, essa alternativa já poderia ter sido copiada para Laranjal do Jari.

Essa é uma proposta factível e apropriada para a coleta de lixo nas passarelas que servem de arruamentos e conexões entre as palafitas, nos bairros situados nas áreas de várzea, e que pode ser viabilizada pela associação de moradores e envolvimento das comunidades, com subsídio ou não do poder público. O lixo coletado nesses carinhos poderia ser acondicionado em determinada lugar das passarelas que serviriam de posto de coleta pela prefeitura. Vale salientar que tal alternativa não a isenta da obrigação pela prestação desse serviço.

Em relação aos postos de coleta, MAR propõe que a prefeitura os amplie, pois julga que são insuficientes para atender a demanda.

Sobre o transporte de coleta de lixo, pela prefeitura, FAR sugere: *É preciso um caminhão adequado, tipo aqueles baús que levam lixo.* NIV aconselha que o lixo seja compactado no lixão, pois ocupará menos espaço.

Surgiu também uma sugestão no sentido da adoção de formas de compensação para os moradores que se empenharem em, concretamente, reduzirem o seu lixo doméstico. Contrariamente aos moradores reincidentes na poluição do ambiente, EST (estudante) propõe imputação de algum tipo de punição.

Em relação à compensação para atitudes positivas dos moradores, BRI sugere: *“Terreno sem lixo, desconto na conta de água, luz, cesta básica e outros”*. ROC também concorda que a prefeitura deve lançar campanhas vinculadas à coleta de lixo com compensação nas contas.

Como se pode observar, os participantes oferecem alternativas, na sua maioria, de fácil execução. Porém, para manter o seu ambiente limpo os moradores não deveriam esperar por compensações, pois além de não terem caráter permanente é obrigação de cada morador cuidar do lugar onde vive.

Com efeito, é importante pensar formas de sobrevivência em ambiente inóspito, diante de incursões econômicas dominantes que interferem na produção e reprodução ambiental, que induzem à permanente ressignificação do espaço urbano, considerando que ao seu valor está associado o uso (LEFEBVRE, 2006).

Atitude semelhante a sugerida pelos moradores acontece em Ouro Preto (MG), para coleta seletiva, onde a prefeitura criou a Lei Complementar nº 113 de 27 de dezembro de 2011 (MINAS GERAIS, 2011), que dispõe sobre o programa “Quem preserva paga menos”. De acordo com essa lei, os moradores que aderirem ao programa lograrão incentivos fiscais através da isenção parcial da alíquota do IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana. O Art. 3º, que tem a seguinte redação: “Nos termos do programa, serão beneficiados com isenção de 10% no valor da TCR – Taxa de Coleta de Resíduos, o imóvel de sua propriedade inserido em Programa de Coleta Seletiva do Município ou por ele reconhecido”. Essa forma de compensação foi publicada em banner e divulgada amplamente na Praça Tiradentes - local de elevada circulação de pessoas³⁵.

ORL em seu depoimento, citado anteriormente, ressalta a necessidade de aplicação de multa contra as pessoas que forem flagradas jogando lixo em via pública. Diversas prefeituras brasileiras sancionaram leis instituindo multas com esse fim. No Rio de Janeiro, a lei foi regulamentada para vigorar a partir de julho de 2013, e as multas variam de R\$ 157,00 para volumes pequenos a R\$ 3.000,00, em caso de entulhos e volumes considerados grandes. Os agentes municipais aplicam a multa em tempo real, a partir do número do CPF do infrator, e o não pagamento incorre prejuízos futuros ao mesmo em outros setores. A guisa ainda de exemplo, em países como França, Estados Unidos, Inglaterra e Japão a multa nesse sentido já é uma prática comum.

³⁵ Situação observada pela autora em sua visita a Ouro Preto no período de 15 a 20 de maio de 2013.

Esses exemplos da cobrança de multas foram trazidos para este trabalho no intuito de produzir reflexão acerca de dois aspectos: primeiro, quanto à efetividade, o fazer valer a lei. Será possível aplicar a lei em todos os casos? A lei valerá para toda a população de fato? O segundo aspecto diz respeito ao ato de punir. A punição, nesse caso, educa o sujeito a não jogar lixo em local inapropriado esteja ele onde estiver?

Entendo que a discussão sobre essa política precisa ser ampliada envolvendo todos os segmentos da sociedade. Mas, no meu entendimento, os mecanismos de punição ou modelos compensatórios, não educam plenamente os moradores a não jogarem lixo em local inapropriado. E, ademais, os sujeitos permanecem no mesmo lugar onde eles estão, esses mecanismos não ajuda a retirar esses sujeitos de área inóspitas, por exemplo. Então, não são alternativas transformadoras e sim paliativas. A punição é um ato extremo que revela a inoperância do poder público em atuar sobre tal questão, em vez de educar pelo exemplo ao prestar um serviço de qualidade.

Sobre a possibilidade de reciclagem de resíduos, STA adverte que há necessidade de provimento de cursos. Segundo MAR, descarta-se cuba de ovo, saco plástico, que levam anos e anos para decomposição. Nessa linha, MOR (doméstica) salienta que: ***O que a gente mais vê é garrafas PET, plástico, é complicado. A gente não sabe aproveitar, porque não sabe fazer nada.*** RIL lembra que os metais do tipo latas de cerveja e refrigerantes também podem ser reciclados e comercializados, pois têm valor no mercado.

COS (estudante) informa que é aluna do projeto da Secretaria de Meio Ambiente “Cidade Limpa Quem Ama Cuida”. Curso que propõe a reciclagem de resíduos sólidos. Mas COS salienta que estão utilizando apenas:

garrafas PET pra fazer enfeite na praça, retirada de pneus, porque não tem aqui uma fábrica pra destruir. Aí eles tão tentando, fazendo banquinho, negócio de enfeitar pra mesa, só isso mesmo. São quatro módulos, a gente tá no primeiro módulo ainda. Falaram que a gente ia iniciar trabalhando isso daí pra prefeitura. Aí no finalzinho do terceiro módulo, a gente vai andar nas casas, conversar sobre isso, sobre resíduos.

A formulação e execução de projetos dessa natureza são relevantes, uma vez que se propõem a minorar problemas socioambientais. Porém, em larga medida, não apresentam

resultado efetivos ou permanecem no papel. Dessa forma, tornam-se letra morta, embora sirvam de vitrine para barganha política e captação de votos, ambas ancoradas no discurso de uma falsa preocupação com as questões socioambientais.

Tem sido frequente, nos dias atuais, a abordagem dessas questões em eventos carnavalescos que se utilizam da dramatização, da ficção, para vender e suscitar a atenção do grande público como mero espetáculo fantasioso, sem nenhuma intervenção concreta que reverta os efeitos negativos empreendidos à vida real. Ou seja, não passam de mera demonstração estética, no sentido diverso daquele anunciado por Bakhtin (1999), quando abordou o carnaval como uma manifestação cultural de liberdade, de reunião de forças para superação de um estado permanente de opressão vivido pelas classes subalternas na Idade Média.

Os indivíduos transformam a defesa de seus interesses em manifestações estéticas, em sintonia com a apelação midiática da atualidade e capitalista. Os catadores de papel adquiriram visibilidade num evento com abrangência internacional, como o carnaval do Rio de Janeiro. O intento era mostrar a efetividade de uma prática ambientalmente correta, onde se utilizou nas fantasias materiais reciclados.

Evidenciou-se, também, o acesso dessas pessoas a um evento grandioso como sinônimo de participação e de resgate de cidadania. Outros temas já foram explorados como a pobreza, a vida nos lixões, as desigualdades sociais. Ou seja, uma forma de mostrar ao mundo que há a preocupação com questões socioambientais, emoldurada por interesses ocultos em cooptar aqueles que vivem em circunstâncias inóspitas. Outras vezes são os meios de comunicação de massa que utilizam apelações semelhantes.

Seguindo ainda pistas para captação de mais soluções expressas por moradores destaco outras dirigidas à reciclagem:

ROC sugeriu que se poderia utilizar garrafas PET como tijolo, com a tampa para dentro da casa. Ele complementa afirmando que já viu que isso é possível.

Para GAM, outra possibilidade de melhorar o ambiente são as hortas comunitárias e a farmácia natural, na medida em que não degrada o meio ambiente e ainda atende a comunidade. BRI reforça que as hortas poderiam ser suspensas por garrafas PET, como se fossem um tablado.

Segundo FAR, em Laranjal deveria ter uma fábrica de reciclagem. É compreensível o seu pensamento, na medida em que há matéria-prima em abundância na cidade. Seria uma

forma de retirar do meio ambiente os resíduos sólidos, inclusive aqueles descartados pelo beneficiamento de madeira, os quais se multiplicam cotidianamente, pois tal beneficiamento é uma das atividades que dinamiza a economia local.

No que se refere a tais resíduos, COS propõe a construção de lixeiras de madeira. É uma alternativa interessante. ORL concorda com COS afirmando que resíduos de madeira que poderiam ser aproveitados são descartados pelas serrarias e estragam por não terem uma destinação útil, como, por exemplo, a sugerida por COS. Na fala de ORL: ***Eu vejo essa quantidade de madeira estragada, acho isso um abuso. Você sabe quanto vale uma dúzia de tábuas hoje? sessenta "pau". Você sabe quanto está um esteio hoje? setenta "conto". Então não dá pra estragar.***

Uma das alternativas sugeridas pelos participantes é a constituição de uma cooperativa. De acordo com MAR:

A comunidade tem que montar uma cooperativa. A gente chama alguém pra dar um curso, pra aproveitar e talvez até ganhar um dinheirinho, angariar recurso pra comunidade, construir passarela. Para isso acho que tem que existir a cooperativa. Só que é difícil, a gente convida pra reunião, pra palestra, essas coisas, e eles não vêm.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras³⁶ o cooperativismo é um importante gerador de renda e inserção social a um número cada vez maior de pessoas. Dessa forma comunidades poderão se tornar autônomas financeiramente e não reféns das políticas assistencialistas. Legitimamente, a Política Nacional de Cooperativismo surge no Brasil com a sanção da Lei 5764/71 (BRASIL, 1971). De acordo com tal lei (Art. 3º e 4º) as cooperativas são sociedades de pessoas, constituídas para prestar serviços aos associados que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

O voluntariado é uma das características do cooperativismo. Mas, diante de política capitalista vigente, que investe na majoração de lucros desprovida de qualquer pretensão de desestímulo à ampliação da sociedade de consumo, o cooperativismo progressivamente vem

³⁶ Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/estatisticas.asp>. Acesso em: 26 Out. 2013.

se tornando uma alternativa de larga expressão, com objetivo disfarçado por um falso cooperativismo, para captação de mão-de-obra barata, descoladas de garantias trabalhistas.

Ainda assim, eu penso que a constituição de cooperativas deveria ser estimulada pelo poder público e organizações sociais, pois além de fortalecer o associativismo, revela a capacidade empreendedora de seus integrantes, induz a confiança mútua o espírito da reciprocidade entre os cooperados, os quais são requisitos fundamentais nesse processo, além do engajamento político dos integrantes.

A fala de MAR revela o esforço em concretizar essa proposta, diante de tanta matéria-prima, porém, porém, evidencia essa necessidade de apoio de entidades de classe e poder público no convencimento à população local de que se trata de uma alternativa benéfica aos seus integrantes. Outras propostas foram manifestadas por FAR: a instalação do kit fossa, sobretudo, nas áreas de várzea onde é complexa a construção de fossas em alvenaria, pois para esse sujeito as **fossas a céu aberto prejudicam o solo, a saúde das pessoas, muitas pessoas ficam infectadas**; e, como um tratamento alternativo para o esgoto sanitário, a instalação de biodigestor³⁷ a fim de transformar dejetos humanos em biogás, em especial o gás metano, para uso doméstico.

Por meio de suas falas, os participantes permitiram-me inferir que eles enxergam a necessidade da reciclagem como fator importante para redução dos resíduos sólidos, mas não recebem orientações de como materializá-la. Revelaram, ainda, que têm compreensão sobre as implicações das fossas a céu aberto e conhecimento de algumas alternativas para minorar tais impactos.

Há esforço de alguns profissionais da Secretaria de Meio Ambiente local na promoção de cursos nessa linha, mas a execução dos módulos é demorada, com isso os efeitos não aparecem ou são inexistentes. Outro entrave é a ocupação de seu quadro de funcionários por pessoas sem formação ou contratadas temporariamente.

Se pensarmos no longo prazo, projetos como kit fossa e outros paliativos não darão conta de erradicar os problemas ambientais que se avolumam naquela cidade, tendo em vista que são densos e consolidados ao longo de séculos. Ademais, são projetos que não alteram a forma como o morador pensa acerca de tais problemas, servem para mais para revitalizarem esse crônico processo de degradação ambiental.

³⁷ É um sistema destinado a produção de biogás, através do tratamento de esgoto sem a utilização de produtos químicos. Durante o processo, a matéria orgânica contida no esgoto é digerida pelas bactérias, que atuam na falta de oxigênio.

Ou seja, a reciclagem e utilização de coleta seletiva não erradicarão as questões relacionadas ao lixo e resíduos sólidos porque são de natureza micro e macro. Exige o envolvimento de toda a sociedade, e em especial, vontade política e comprometimento dos gestores públicos no enfrentamento a esses problemas, associada à prática de uma gestão democrática que agregue a participação social nas decisões. Nessa direção, a valorização dos moradores é substancial no mapeamento dos problemas socioambientais. Nessa árdua missão, o poder público e a comunidade devem caminhar juntos, oportunizando novas formas de interação social sem prescindir dos saberes que são produzidos no cotidiano.

Na prática, sabe-se que essa relação é complexa, pois, em certa medida, as elites e o próprio Estado empreenderem esforços para “reinventar os sujeitos sociais” ou sujeitos indivíduos³⁸ (VEIGA, 1997, p. 105), investindo na modificação das pessoas com o fim de impregnar a sua concepção de sujeito civilizado, servil, educado e pacífico na sociedade, ou seja, sem desenvolver a consciência crítica como defende Freire (1967). Mas vale insistir na liberdade de expressão e autonomia da população em participar das decisões do município.

O Código Ambiental do município (AMAPÁ, 2006) prescreve como um dos objetivos (Art. 3, IV) assegurar a participação da sociedade local na elaboração do planejamento ambiental, no controle e na fiscalização do meio ambiente (REIGOTA, 2004) e nas situações de caráter ecológico. Todavia, o artigo citado não alcança a sociedade local de tal maneira a assegurar a participação e favorecer o engajamento na luta pela possível mudança no cenário ambiental atual urbano. A insalubridade ambiental nutre estruturas urbanas que não têm atenção do poder público condizente com as demandas, tornando-se estruturas cada vez mais excludentes.

Entendo que a participação popular pensada na elaboração do citado artigo tem ressonância com o suporte conceitual de Streck (2010) e como um indutor de um processo de construção, porque não se fundamenta em modelos pré-concebidos, e sim toma como referência o contexto social em discussão, onde as pessoas possam dividir os problemas e estratégias para solução, criando-se as bases para a prática da educação popular.

³⁸ Homens e mulheres que também “educam” a cidade, dificultando a execução plena das utopias urbanas, na aproximação entre *urbs* e *civitas*’ (VEIGA, 1997, p. 108) (grifo da autora). Para esta autora, o conceito de civita é no sentido de cidadania pautada na ideia de povo ordeiro, disciplinado e consciente de seus deveres e de seu lugar na sociedade.

Neste trabalho, a participação popular é entendida como a haste da educação popular, pautada na liberdade, na autonomia da manifestação crítica sobre a realidade, tal qual argumenta Freire (1967; 1979; 2011), em detrimento da alienação, do conformismo em relação aos contrastes socioambientais que reduzem a qualidade do ambiente de vivência.

4.2.2 De caráter educacional

Sem adentrar no mérito de que modalidade de educação trata, o que importa destacar é o entendimento de que a educação pode ser importante indutora na transformação de uma realidade, refletindo na minoração de problemas socioambientais. A educação pode ser um dos veículos promotores de mudança, em especial no sentido de “[...] recriar continuamente comunidades aprendentes geradoras de saberes abertas ao diálogo e à intercomunicação (BRANDÃO, 2003). A fala de VAS segue nesse perspectiva:

Eu cresci numa época muito difícil em Laranjal do Jari, quem estuda sobre Laranjal ou quem tá aqui há muito tempo sabe da realidade do antes, do agora e o que se espera do amanhã. Laranjal do Jari foi uma cidade muito violenta, com alto índice de prostituição, alto índice de tráfico de drogas e alto índice de garimpagem, meu pai também foi garimpeiro. Em função disso tudo, a vida aqui naquela época era muito delicada. Muitos dos meus colegas foram enterrados cedo. Os valores do meu pai foram muito importantes na minha vida, graças a Deus o papai criou nove filhos, desses sete são professoras, muito comprometidas porque a nossa causa é a educação, a gente acredita nisso. A educação é que pode mudar por onde a humanidade caminha (VAS).

Dentre as ações sugeridas pelos moradores, emergiu a importância da educação ambiental para aquele contexto. Na pesquisa de campo, a maioria dos participantes convergiu para a necessidade de um trabalho de educação ambiental formal, com sua inserção no currículo escolar. Porém algumas falas também sinalizaram a educação ambiental na perspectiva da educação popular. Nesse sentido foi enfatizado o que cada um pode realizar para minorar os efeitos causados, por exemplo, pelo depósito inadequado de lixo e de água,

do esgoto a céu aberto, que há décadas se faz presente no contexto urbano no qual estão inseridos, degradando o meio ambiente.

Sobre a educação ambiental, Carvalho (2001) argumenta que, a mesma deve atingir, conjuntamente, o meio ambiente e as relações que se formam no seu âmbito. Essa forma de compreensão do meio ambiente na sua totalidade é reforçada por Reigota (2004) ao afirmar que na sua concepção trata-se de um espaço que coaduna múltiplas formas de vida e relações em permanentes mudanças, as quais devem ser consideradas nas discussões que contornam as problemáticas socioambientais. Na concepção de Jacobi (2003, p. 200) “a educação ambiental deve destacar os problemas ambientais que decorrem da desordem e degradação da qualidade de vida nas cidades e regiões”. Esses argumentos se somam e sinalizam a complexidade que permeia a prática de uma educação ambiental que ajude a projetar alternativas preventivas e ações efetivas para solução ou mitigação de questões socioambientais emergentes.

A expressão educação ambiental surgiu num encontro de educadores que houve em 1965, em Keele, na Inglaterra. Mas a sua evolução foi discutida na Conferência de Educação Ambiental de Tbilisi, no sentido de que deveria alcançar todos os âmbitos tanto na educação formal quanto não-formal e que tal educação deveria ser orientada para a comunidade, num reconhecimento da interdependência existente entre o ambiente natural e o construído.

Jacobi (2003, p. 193) sustenta que “a Educação Ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas ela ainda não é suficiente”. O que autor quer salientar segue no sentido de entendê-la como uma ferramenta mediadora entre distintas culturas, comportamentos e interesses coletivos, vislumbrando a transformação almejada.

Segundo tal autor (Ibid, p. 196), “o desafio é, pois, o de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal”. Contudo, esse autor ressalta que o principal eixo da educação ambiental deve visar o resgate da solidariedade, além da igualdade e o respeito à diferença, mediados por ações democráticas que estejam sustentadas por práticas interativas e dialógicas.

A educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária. E o que tem sido feito em termos de educação ambiental? A grande maioria das atividades são feitas

dentro de uma modalidade formal. [...]. A educação ambiental que tem sido desenvolvida no país é muito diversa, e a presença dos órgãos governamentais como articuladores, coordenadores e promotores ainda é muito restrita (JACOBI, 2003, p. 198).

Como se pode verificar, a educação ambiental na educação formal também surgiu nos debates e depoimentos como importante aliada na luta por melhorias nos contextos de vivência. No depoimento de VAS que se segue, essa educação ambiental aparece como uma alternativa à melhoria do ambiente de vivência e que por essa razão não deve ser trabalhada em grupos fechados numa sala de aula. Trabalhar a educação ambiental de forma setorizada na escola, para VAS, é difícil no sentido de se restringir ao ambiente da sala de aula. É preciso praticar e atingir diversos grupos para que se torne efetiva. Nesse sentido, VAS assim se pronunciou:

É muito difícil falar e fazer educação ambiental numa sala com ar-condicionado. Numa escola só com a turma é muito difícil, porque não é uma escola toda, não é um grupo todo, eu acho que a educação ambiental aqui em Laranjal do Jari deveria fazer parte do currículo. É difícil você só falar de educação ambiental pras pessoas, as pessoas têm que praticar.

VAS sugere que a educação ambiental seja uma disciplina. Acredito que essa é uma proposta interessante, desde que admitida em todos os níveis de ensino e nos cursos de graduação. Mas também entendo que, nessa perspectiva, deveria ser uma alternativa transitória, para introduzir no ambiente educacional a importância de cuidar do meio ambiente de vivência e estimular o desenvolvimento do espírito solidário para que tal educação possa ser assumida cotidianamente em todos os âmbitos da sociedade. A universidade, em face de sua função social e enquanto formadora, não pode ficar à margem. Ao contrário, deveria implantar uma política ambiental, em sintonia com a escola e a comunidade, de forma interativa.

Carvalho (2008) argumenta que a educação ambiental urbana tem o propósito de sensibilizar as pessoas acerca da importância do seu local de vivência, elevando o olhar aos

aspectos históricos, naturais, às transformações urbanas permeadas pelos irrefutáveis conflitos e contradições engendrados pela dinâmica que se figura na vida cotidiana. Nessa perspectiva, considero que os saberes devem ser intercambiáveis. Tristão (2011) me auxilia nessa compreensão ao afirmar que, a educação é como um processo de construção de sentidos e como tal, “o saber cotidiano se constrói no desenvolvimento do conhecimento e da informação em redes. Pensar dessa maneira exige um esforço teórico para além das amarras e fronteiras estabelecidas entre as disciplinas” (p. 6).

A legislação educacional que versa sobre a educação ambiental se assenta na Lei Nº 9.795 (BRASIL,1999), regulamentada pelo Decreto Nº 8.281 (BRASIL, 2002). Essa lei determina que a abordagem sobre o tema “Educação Ambiental” perpassasse por todas as disciplinas dos currículos concernentes à Educação Básica, pois o meio ambiente e os elementos que o compõem permeiam múltiplas áreas do conhecimento. Há experiências de criação de disciplina específica sobre essa temática, porém em cursos, mas também há controvérsias, pois os resultados alcançados tem sido incipientes.

Penso que a discussão acerca de uma educação ambiental que, de fato, seja funcional e, portanto, praticável deve ser aprofundada, pois a transversalidade é difícil de ser materializada num modelo educacional, como o brasileiro, que é disciplinar, transferindo a todos e a ninguém a decisão e o compromisso de implementá-la. No entanto, nesse sentido, entendo que se poderia utilizar a estrutura disciplinar da educação em favor da educação ambiental.

JES, na roda de conversa, reforçou: ***a educação ambiental deveria ser feita desde o pré-escolar. Deveria existir essa disciplina de educação ambiental nas escolas, porque só dão educação ambiental de 5ª a 8ª série. Nem todas as escolas têm né?***

Esse sujeito entende que a educação ambiental também deveria integrar o currículo desde a pré-escola, porque as crianças são capazes de influenciar seus pais. E adiciona que algumas escolas que trabalham a temática, e são casos pontuais, criaram a disciplina, como no Ensino Fundamental e outras a desenvolvem como projetos. Mas adverte no curso de sua fala que nem todas as escolas que atuam no Ensino Fundamental trabalham a temática.

A esse respeito, o Código Ambiental do Município traz no seu bojo, o Art. 14, o qual institui que “o Município através de seus órgãos competentes deverá promover, por todos os meios pedagógicos disponíveis, a educação ambiental, especialmente no nível fundamental de ensino” (AMAPÁ, 2006, p.17). Não obstante, o Art. 2, VIII, do mesmo código, estabelece

que a educação ambiental tem que ser extensiva às comunidades com o intuito de sensibilizar os munícipes para a realização de práticas que resultem na melhoria da qualidade do meio ambiente.

No aspecto do envolvimento das comunidades, por meio das falas constatei que o código não tem efetividade, pois as comunidades não são envolvidas nas pontuais e incipientes ações de educação ambiental que são realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente e por alguns professores da educação formal que se inquietam com os problemas ambientais postos em Laranjal do Jari.

JES (professora) informou que a sua prática pedagógica com a citada temática foi a seguinte:

Eu trabalhei na escola Emílio Médici com educação ambiental sabe. Eu falei muito sobre as sacolas de plástico, às vezes você pega sacolas sem necessidade. Tem gente que pega três, quatro sacolas, chega em casa só faz jogar lá em baixo da ponte, por isso que tem enchente. Aí tinha mãe que dizia que aquilo era besteira. Os meninos de 5ª série, 6ª série, falavam em casa, quando iam no supermercado, eles diziam que não era pra levar sacola, aí as mães diziam que era mentira, que era besteira, que a professora não tem o que fazer, fica falando besteira, eles diziam pra mim, sabe. Eu dizia que não era besteira, isso aí no futuro vai servir pra todos nós, todos nós precisamos respirar, qual o motivo dessas enchentes? Vocês todo tempo ficam agregados nas escolas quando tem enchente, consequência dessas coisas. A gente quer ensinar mas, elas não querem aceitar, dizem que a gente não tem o que fazer.

O uso das sacolas de plástico já se tornou parte da vida cotidiana a despeito das campanhas de que são degradadoras do meio ambiente, pois carecem de 400 anos para decomposição. O mercado induz o consumidor a utilizá-las como um acessório que, pela sua praticidade, facilita no transporte de produtos adquiridos.

SAB ratificou, em depoimento, essa afirmativa quando disse: ***Embora eu seja a favor da redução, eu não me vejo sem as sacolas, porque como é que eu vou fazer compras no mercado? A sacola retornável é uma boa alternativa, mas tem um custo muito alto.***

A substituição de sacolas de plástico por sacolas retornáveis é uma alternativa ainda muito remota no meu entendimento, porque como disse SAB o custo é elevado e, dependendo

do volume de compras, seria necessário mais de uma, o que tornaria essa alternativa inviável do ponto de vista econômico ao consumidor. Todavia já se vê nos comércios sacolas de plásticos biodegradáveis, ou seja, confeccionadas com materiais de fácil decomposição, quando submetidas a determinadas condições ambientais, dessa forma, os impactos negativos ao meio ambiente são reduzidos.

Sobre outros fatores que suscitam danos ao meio ambiente, JES também assim procedeu quando trabalhou educação ambiental:

Quando eu trabalhei educação ambiental era assim: eu conscientizava os alunos do prejuízo que causa, pro meio ambiente, a sujeira, a fumaça de fábrica, de carro, essas coisas todas. Era isso que eu ensinava pra eles. Eu tentava passar pra eles sobre o mal que pode causar pro meio ambiente.

Nessa fala apareceu a palavra “conscientizar”. Tanto nos depoimentos, quanto nas rodas de conversa, estive diante da polissemia que o termo apresenta. Quando JES disse ***eu conscientizava***, o sentido era de ensinar o que é certo, de mostrar aos alunos que a sujeira e a fumaça causam danos ao meio ambiente.

Também na roda de conversa, NIV concorda com JES ao afirmar: ***na minha opinião, educação ambiental é um trabalho de conscientização***. Nessa mesma atividade, ROZ assinalou que a educação ambiental deve ser trabalhada nas escolas desde o pré-escolar. Esse participante entende que é importante para conscientizar as crianças e assim reforçou:

a partir daí sim se criar uma cultura de educação ambiental mais profunda e não só pregar. Tentar ensinar uma criança. Que fosse uma matéria obrigatória nas escolas ensinar desde o jardim, o maternal, a criança cresce com aquilo na mente.

Sobre o termo “conscientização” concordo com freire quando adverte que ninguém conscientiza ninguém. A conscientização se dá no processo das relações, no processo

educativo assentado na perspectiva freireana e a educação ambiental popular se funda nessa linha, ou seja, deve ser uma educação política focada nas populações que vivem em situação de risco. Então, é preciso que a comunidade reflita sobre essa compreensão equivocada de que as pessoas podem ser conscientizadas, sensibilizadas.

Entretanto, cumpre reconhecer um dos avanços na dimensão ambiental no intuito de empreender a educação ambiental na escola ou em outros segmentos, mesmo que de forma pontual, ou com a introdução nos currículos a título de tema transversal ou como simples práticas pedagógicas aplicadas por outras organizações não governamentais. O avanço também se deu nos movimentos de educação popular com a mesma finalidade, associando a participação popular como um princípio educativo da educação ambiental. Os resultados ainda são irrisórios, porém, esse último caso, sinaliza possibilidades para mais próximo da realidade. Refiro-me às práticas de educação ambiental na educação formal, não formal e informal³⁹.

Reigota (1999, p. 79-80) acredita que a “tendência da educação ambiental escolar é tornar-se não apenas uma prática educativa, ou uma disciplina a mais no currículo, mas sim consolidar-se como uma filosofia de educação, presente em todas as disciplinas [...]”. No entanto, Tristão (2011, p.6) argumenta que “pensar dessa maneira exige um esforço teórico para além das amarras e fronteiras estabelecidas entre as disciplinas”.

Estabelecer a educação ambiental como uma política educacional é uma proposta relevante, mas ainda frágil, com resultados concretos pontuais e sem continuidade. A escola por si só não dá conta de equacionar os problemas ambientais, tendo em vista a forma hierarquizada de seus currículos e, por vezes, o seu distanciamento do contexto de vivência de seus alunos. Um programa de educação ambiental pode iniciar na educação formal, mas penso que deverá buscar subsídios para as práticas pedagógicas e de conscientização, no seio das comunidades do entorno da escola, as quais deverão, segundo Wanderley (2010), estar conectadas ao fazer e ao saber de tais comunidades.

É preciso “propor uma educação ambiental crítica que aponte para as transformações da sociedade em direção a novos paradigmas de justiça social e qualidade ambiental” (GUIMARÃES, 2007, p. 28). É nessa linha que eu penso que a educação ambiental deve ser

³⁹ “A educação formal refere-se à educação escolar; a não formal, à educação fora da escola, mas com sistematização metodológica (nas ONGs, por exemplo); e a informal refere-se à educação sem sistematização e metodologia (nas relações cotidianas, por exemplo)” (TOZONI-REIS, 2008, p. 5).

formulada e efetivada, ou seja, numa perspectiva integradora e transformadora que a educação popular é capaz de inspirar.

Os moradores apresentaram propostas de educação ambiental para dentro da escola, como também para fora, o que já é um indício de que eles pensam uma educação que envolva a comunidade, como salientou BAS: *fazer um trabalho de educação corpo a corpo*, no contato direto com cada morador.

A educação ambiental da qual se fala está associada à tradição da educação popular que compreende o processo educativo como um ato político no sentido amplo, isto é, como prática social que conduz o sujeito ao exercício da cidadania, o que não descarta a participação da escola, pois essa também é parte integrante da educação popular. Nessa perspectiva, a proposta de educação ambiental popular deve coincidir com a vocação da educação para formação de sujeitos que, inseridos numa conjuntura sociopolítica, se tornem capazes de agir criticamente na sociedade (FREIRE, 1967).

De acordo com Carvalho (2001, p. 47), “há várias experiências de EA popular que elegem certos atores sociais como sujeitos prioritários da ação educativa ambiental, como, por exemplo, os grupos e organizações populares”. Essas também destacam a importância de trabalhar com os grupos cuja interação com o meio ambiente é mais direta, a exemplo de agricultores, recicladores, dentre outras categorias.

Bakhtin (1999) pensava que a concreta imagem da vida cotidiana, movida pela dinâmica dos conflitos e contradições, ainda está inconclusa, assim a razão não é suficiente para analisá-la e compreendê-la. Sobre esse prisma, não se deve pensar a educação ambiental, no sentido estrito de dissolver conflitos ou vislumbrar a preservação da natureza com intervenções pontuais. Essa variante da educação deve atuar na transformação das relações dos grupos humanos com o meio ambiente, como também estar inserida num contexto da transformação da própria sociedade. No entendimento de Carvalho (2008), as práticas de educação ambiental urbana, como meio de inserção dessa temática no contexto coletivo de forma compartilhada e democraticamente negociada, devem contemplar as seguintes modalidades de ações desde que repensadas e ajustadas à realidade local:

[...] organização de reuniões nas diferentes associações de bairros mobilizadas para a temática socioambiental, onde poderão ocorrer

apresentações, mostras de vídeos, fotografias e cartazes e palestras para esclarecer o debate sobre um ou mais temas de interesse local; a promoção de cursos, seminários, oficinas e, principalmente, debates, onde a população urbana deve dirimir suas dúvidas e inquietações sobre o valor de sua atuação local; a formação de grupos operativos como os Conselhos/Centros ambientais de defesa e preservação sociourbana em instituições locais, tais como: agremiações, associações de moradores e outros; [...] (Ibid, , p. 26).

Essas propostas são interessantes e bem-vindas, porém, é preciso atentar para possibilidade de cooptação por instituições que se dizem parceiras. É preciso que as comunidades envolvidas desenvolvam a consciência crítica (FREIRE, 1967), e a educação, com viés de problematizadora, instigue o sujeito a olhar o mundo na sua totalidade, com seus problemas e potencialidades nas mais diversas dimensões ambientais. Por isso se busca uma educação ambiental transformadora, que oportunize as classes populares reivindicarem por melhores condições de vida, a lutarem por democracia e exercício de cidadania (REIGOTA, 1991). Segundo Carvalho (2001), essa educação vai além daquelas tradicionalmente já utilizadas. O ambiente é pensado como um sistema complexo de relações e interações da base natural com o social, tendo por arcabouço a forma de apropriação pelos diversos grupos, populações e interesses sociais, políticos e culturais que nesse contexto se fundam.

Nas rodas de conversa, o termo conscientização apareceu com distintos significados:

BAR disse que: *as pessoas têm que ter consciência e jogar seu lixo no lixo*. As incursões sobre o termo tenderam para o sentido de que a pessoa sabe o que é correto, mas não evita o procedimento incorreto. Tal sentido também se apresenta na fala de FAR: *tem que conscientizar as pessoas, fazer um trabalho social, uma coleta seletiva, se não tiver conscientizado de que é preciso fazer de fato, não vai adiantar*.

Sobre a ausência de pessoal técnico e qualificado para intervir em ações de melhoria ou preservação ambiental, o termo conscientização também aparece com o sentido de fazer o correto. NIV, na roda de conversa, aventou que:

A Lei Ambiental do Brasil é a melhor lei, só que na verdade ela não é muito respeitada. Até porque falta mesmo esse trabalho de conscientização. As pessoas são leigas no assunto, e tem poucas pessoas pra fiscalizar na questão ambiental geral né? Tanto na questão de peixes,

de flora, falta fiscalização, falta conscientização. A gente tem leis e essas leis estão sujeitas a apenas aqueles que de fato irão cumpri-la. Mas na verdade não tem esse trabalho de fiscalização, não tem pessoas qualificadas. Até mesmo no trabalho do município colocam pessoas que não são qualificadas.

NIV faz uma análise da situação que coincide com a realidade do que é observado no Brasil em relação às contratações de pessoas para atuação em órgãos públicos vinculados ao meio ambiente. É importante ressaltar que a ausência de qualificação técnica e ou de pouca qualificação revela-se em entrave para que se desenvolva a conscientização no sentido atribuído. Isso é comum em órgãos públicos que contratam pessoas, temporariamente, para assumirem cargos, os quais devem ser ocupados por pessoal com vínculo efetivo e qualificação técnica adequada na área de atuação. O estado do Amapá não está isento dessa realidade.

Outras falas atribuem ao termo “conscientizar” o sentido de “sensibilizar”. ORL, também na roda de conversa, se expressou da seguinte forma:

Eu culpo as pessoas que moram nos bairros. Em vez de limpar de boa vontade, vão limpar de má vontade. Eles não fazem a parte deles também. Muitas vezes você fala em educação, mas tem pessoas que não gostam de educação. A gente faz educação, mas o “caboco”⁴⁰ não quer. Ele tem que se conscientizar primeiro.

RIA também expressou sobre o termo conscientização, na mesma atividade, porém com o sentido de sensibilização. Esse participante aventou que ***pra melhorar mesmo é só conscientizar as pessoas. Colocar o lixo no saco, coletar o lixo dele em casa. Falta mesmo consciência pra ajudar a melhorar.***

Nessa mesma linha, ROZ fez a sua fala: ***Acho que tem que tentar conscientizar os políticos.*** Com o mesmo sentido BAS afirmou:

⁴⁰ Denominação muito utilizada na região amazônica, com essa grafia, para se referir a uma pessoa, sem especificar de quem se fala.

Tem que conscientizar as pessoas a colocarem o lixo no saco plástico pra depois colocar na caçamba, porque se for jogar na rua pra depender do gari todo tempo vai ter lixo na rua porque não tem (gari) suficiente para atender a demanda.

NAZ também sinaliza nessa direção ao afirmar:

O lixo não tem como diminuir. É uma questão de consciência. Se conscientizar de que isso polui o meio ambiente. Você tem que ter um lugar próprio pra colocar o seu lixo, dá pra reciclar, dá pra tocar fogo. Não esperar só pelo poder público. É a gente que tá poluindo, é a gente, não tem nada a ver com ninguém. É preciso educação, orientação pelo poder público.

No depoimento de SAB, surgiu o termo “sensibilizar” quando disse: ***Sobre a água, o esgoto e o lixo, acho que em primeiro lugar a população tem que se sensibilizar, porque vai de cada pessoa.***

Na concepção de Carvalho (2008, p. 24), um dos principais objetivos da educação ambiental urbana é também o de “sensibilizar o (a)s cidadão(s) para a importância do local onde vivem, sua história, suas riquezas, seus contrastes e transformações contínuas”. Essa concepção remete à valorização pelos sujeitos do ambiente urbano, ao aspecto histórico, cultural e socioambiental, a despeito dos contrastes, conflitos e contradições decorrentes da vivência em comunidade.

E continua esse autor, “é promover um novo contrato entre natureza e sociedade urbana e desta última consigo mesma de modo que se reduzam os conflitos desnecessários e se fortaleçam os laços socioambientais caracterizados pelo respeito mútuo” (Ibid, p. 87). O contrato a que se refere o autor não é conclusivo, mas provisório, ajustável em função das demandas socioambientais que também se modificam ao longo do tempo e do espaço.

Como se pode verificar nas falas, não há um único sentido quando se utiliza o termo “conscientização”. Foi possível observar que o mesmo aparece com sentido de ensinar, de indicar que o sujeito sabe fazer o correto, mas não o faz, e de sensibilizar. Porém, quando se

trata desse último reforço que é preciso refletir sobre, para compreender que a conscientização se dá no processo das relações e não em função de ações pontuais e momentâneas. Vale salientar que, para melhor compreender o que pensam os sujeitos, o diálogo é fundamental, pois são eles que vivem nas periferias sociais, compondo um segmento que foi “[...] historicamente negado, marginalizado, abandonado, fracassado” (ESTEBAN, 2007, p.11).

Essa confusão de entendimentos entrava a utilização coerente do termo. Freire (1979) apresenta o termo “conscientização” como um atributo que advém da mudança de atitude do sujeito. Nesse prisma, eu concordo com a concepção de Freire (Ibid, p. 17) quando argumenta que “a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade”.

Conscientizar-se significa apropriar-se da realidade em oposição à manutenção da estrutura dominante e às situações-limite. Freire argumenta que “as situações-limite implicam na existência de pessoas que são servidas direta ou indiretamente por estas situações, e outras para as quais elas possuem um caráter negativo e domesticado” (Ibid, p.17).

A conscientização na definição freireana se contrapõe ao conceito de “consciência transitiva” (FREIRE, 1967, p. 59) ou ingênua conforme cunhada pelo autor, que consiste na interpretação superficial dos problemas, o que impede a maioria das pessoas de se apropriarem dos mesmos e se engajarem na luta pela solução. Mas a reversão dessa condição tem sido contínua e gradativamente conquistada. Segundo Freire (1979, p. 15) “quanto mais conscientização, mais se desvela a realidade, [...]”.

A problemática ambiental constitui um tema muito propício para aprofundar a reflexão e a prática em torno do restrito impacto das práticas de resistência e de expressão das demandas da população das áreas mais afetadas pelos constantes e crescentes agravos ambientais (JACOBI, 2003, p. 192).

As atividades que realizei em campo com comunidades da cidade de Laranjal do Jari sinalizaram, sobretudo, para o desejo de mudança, por parte dos moradores participantes, diante das imagens projetadas. Esses moradores imputaram o olhar crítico sobre a realidade posta, o que para eles, significava a oportunidade de se depararem com um cenário concreto, mais não visto cotidianamente com o mesmo olhar, o que sinalizou um avanço inspirado no sentimento de pertencimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Morar na cidade de Laranjal do Jari significa conviver com uma herança perversa que coincidem com a implantação do Projeto Jari, na década de 1970, na região. Nessa cidade, grande parte da população mora em palafitas sobre as águas do rio Jari. Formou-se, dessa forma, uma favela fluvial, de grandes proporções, com graves questões socioambientais a serem resolvidas (lixo, água, esgoto, moradia, dentre outros), as quais se perpetuaram ao longo de décadas. Recentemente, iniciaram-se as obras de construção da Hidrelétrica de Santo Antônio, esta no município de Laranjal do Jari e próximo a sua sede, que também começa a contribuir para a evolução dos problemas, uma vez que a progressão do adensamento populacional já é uma realidade.

Diversos políticos ocuparam a posição de condutores do município, porém se passaram cinco décadas e nenhuma ação concreta e efetiva foi implementada para melhorar a vida de seus moradores, nem mesmo as que dizem respeito a programas de habitações de interesse social e ao saneamento básico. Esses problemas já não se concentram apenas nas áreas de várzea urbanas, mas espalhados para toda a cidade, inclusive em bairros que congregam todas as condições para que sejam fornecidos os serviços públicos de água, esgoto, drenagem, coleta de lixo e moradia com padrões qualitativos. As questões socioambientais são instigadoras, ao mesmo tempo em que denunciam a amalgamada face do poder público no que se refere à precária prestação de serviços públicos.

A cidade é de pequeno porte, e nessa condição, qualquer incursão capitalista de elevada abrangência comercial tende a impactar na dinâmica urbana e no modo de vida das pessoas. A perspectiva de emprego e geração de renda permite compreender o que leva uma aglomeração urbana a se instalar no entorno de um grande empreendimento econômico, com sérios efeitos negativos à sociedade. Na Amazônia, as incursões capitalistas são frequentes e recorrentes, movidas pela exuberância de recursos naturais e minerais, sem preocupação alguma com a forma de vida das pessoas que fixam moradia no entorno, tampouco com as circunstâncias ambientais insalubres em que vivem.

A despeito das negativas consequências, não se pode evitar que outros projetos de equivalente porte sejam implantados, pois a força do capital supera qualquer gestão em contrário. Porém, cabe ao poder público, a obrigação de reverter ou pelo menos mitigar o quadro de insalubridade ambiental que compromete a qualidade vida de moradores e o meio

ambiente vivido. Como em geral nada se faz, a tendência é ampliar o índice de pobreza que, segundo o IBGE (2010), é da ordem de 46%, 20% da população não tem renda e mais da metade (51,28%) recebe até um salário mínimo, ou seja, mais da metade da população sobrevive com poucos recursos financeiros. Somem-se a esses elementos os perversos efeitos da total ausência de saneamento básico.

Na cidade de Laranjal do Jari os conflitos eclodem com maior visibilidade, quando ocorrem enchentes ou incêndios que afetam moradores e o meio ambiente. Nas circunstâncias de moradia em palafitas, esses sinistros e todos os seus desdobramentos são recorrentes e inevitáveis. A população afetada ao mesmo tempo em que sofre com as perdas, rebela-se em contraste ao descaso com o que gestores públicos prometem realizar e não cumprem. Como as obrigações não estão concentradas em um único titular, gera-se um conflito institucional e social, mediado e atenuado, em geral, pela prática de políticas assistencialistas e clientelistas.

A política do assistencialismo é um forte indutor da domesticação, do fortalecimento da condição subalterna de estar na sociedade, mas, fora dela, na medida em que os sujeitos se submetem a viver sob a égide de auxílios que não os inspira a serem atuantes, a reagirem diante de situações adversas. Ao contrário, contribui para a manutenção da passividade e nutre a cooptação aos sujeitos, por forças hegemônicas.

Isso me leva a crer que é urgente a mudança de atitude dos distintos segmentos da sociedade, posto que, por vezes em seu próprio contexto de vivência, todos, indistintamente, são afetados por seu comportamento e compreensão em relação a sua circunstância de vida. Considerando esse aspecto formulei a hipótese para esta tese de que os moradores da cidade de Laranjal do Jari, quando instigados, sabem identificar e propor soluções para as questões socioambientais locais.

A citada hipótese me conduziu à elucidação do seguinte problema: Quais foram as soluções apontadas por um grupo de moradores da cidade de Laranjal do Jari, à luz dos pressupostos da educação popular, para questões socioambientais locais, que possam subsidiar futuras ações governamentais?

Essa inquietação engendrou o objetivo geral da pesquisa que era de identificar e analisar soluções para questões socioambientais em Laranjal do Jari, apontadas por um grupo de moradores locais, à luz dos pressupostos da educação popular.

Os diálogos, as falas e as menções dos participantes na relação entre eles e na relação com o poder público, apontaram que há uma luta desigual, a ponto do poder público em

Laranjal do Jari se manter inerte diante das incontáveis demandas, revitalizando continuamente o descaso com a vida.

Foi muito interessante testemunhar o entendimento que esses moradores têm da sua realidade, no que tange as causas e consequências acerca das questões socioambientais nessa mesma realidade. Foi igualmente impressionante observar a clareza que eles têm do que querem como política pública. Por vezes são ações simples de serem implementadas, que poderiam mitigar a cruel situação em que vivem os habitantes da periferia de um grande empreendimento privado.

Cumprе salientar, que as soluções apontadas por eles, de fato, é uma potência, na medida em que, conhecem a realidade e suas demandas, embora algumas soluções que eles indicam os mantém presos a um determinado modelo de pensamento que produz a expropriação do direito à cidade, assegurando e fortalecendo a produção de bolsões de pobreza.

Nas últimas décadas, houve uma evolução em termos de liberdade de expressão, com a ampliação de espaços para contestação e manifestações culturais. Isso representa uma importante mudança e, dessa forma, uma singular oportunidade para definir estratégias políticas de intervenção. Mas, a despeito dessa liberdade e de outras conquistas pelas populações desfavorecidas, a repressão, em certa medida, permanece oculta ou disfarçada pela lógica da sociedade capitalista, que deslumbra algumas vezes e ao mesmo tempo cerceia a participação plena nessa mesma sociedade.

O processo participativo, devido ao seu caráter interativo e autônomo, possibilita a formulação de soluções mais criativas e consonantes com cada realidade. Quando não há envolvimento de moradores nas decisões sobre questões locais, a tendência é a dispersão, a passividade, o pouco comprometimento da população e o desestímulo ao sentimento de pertencimento.

As discussões em torno das problemáticas ambientais urbanas são complexas e delicadas, mas muito bem-vindas e devem envolver todos os segmentos sociais. Não se pode silenciar diante do quadro apresentado, posto que tais problemáticas contribuem para celeridade da ampliação de exclusão social e, a despeito, suscitam todos os tipos de mazelas sociais aos habitantes (precárias habitações, alocação inadequada de resíduos sólidos, além de esgoto, água potável e de sistemas de drenagem sem tratamento adequado).

Esses elementos, de pronto, instigaram-me a compreender que o olhar sobre uma

cidade, por múltiplos motivos, nem sempre ocorre de forma crítica. A própria dinâmica de vivência dos moradores pode ser um fator que interfere na forma de vê-la e de se entender como partícipe de seu contexto urbano, quando não se percebe como sujeito ativo na sociedade. É como se o movimento das relações políticas e sociais estabelecessem parâmetros de comportamento, limite de níveis de leitura pelos sujeitos. Isso implica numa leitura acrítica sobre a cidade, que não permite enxergar os pormenores favoráveis e desfavoráveis que norteiam o contexto de vivência de seus moradores. Entretanto, ao reunir moradores em certo local e projetar imagens de sua realidade, os efeitos e impactos podem ser diversos do que normalmente ocorrem cotidianamente e no curso da vida.

Essas questões contribuem para a compreensão de que não se pode descartar fragmentos da cidade ou sua totalidade, por questões estéticas, em que os contornos chocam pela imagem que transmitem. Afinal, são constituídos por parte da sociedade que não logrou do direito de optar por uso do espaço de moradias e espaços urbanos, dentro dos padrões estéticos acessados pela elite. São espaços que coadunam culturas diversas e são engendrados e nutridos por processos históricos, como é o caso da cidade de Laranjal do Jari, que, em décadas passadas, teve repercussão para além da fronteira amazônica brasileira, em face da exploração de recursos naturais na região do Vale do Jari e os consequentes impactos negativos.

Ficou evidenciado, nos depoimentos mencionados e nos debates em grupo, a descrença na atuação do poder público, que a despeito dos múltiplos instrumentos legais para captação de recursos financeiros não consegue dar respostas positivas aos anseios da população. Há um descompasso entre os discursos que prometem políticas públicas para equacionamento de questões sociais e a prática. Na realidade, são discursos, por vezes, formulados para camuflar o real interesse de seus emissores que é a manipulação e a manutenção da subordinação sobre a coletividade, em benefício próprio ou individualizado. Esse aspecto elucida a manutenção da histórica luta das classes populares contra a subalternidade.

Os resultados da pesquisa revelaram que quando se trata de propor alteração no ambiente construído é fundamental convocar quem conhece a realidade em que vive. A mobilização de moradores nas atividades desenvolvidas em campo pode ter inspirado os mesmos a debaterem as questões postas por meio de imagens. Oportunizou também o exercício da cidadania expressado no diálogo produzido por meio da linguagem popular ao privilegiar a participação como um processo político, como foi constantemente enfatizado no

decorrer da realização do trabalho. A educação popular, enquanto educação para o povo, formulada no encontro com moradores, possibilitou o prenúncio de alternativas mais próximas possível das suas necessidades.

O conhecimento da realidade expresso pelos moradores locais foi claramente evidenciado nas suas falas, o que permitiu entender como os mesmos tecem a leitura da cidade. A inquietação deles em relação à configuração da cidade revelou que a convivência dos moradores com o caos urbano os impossibilitava de formularem noção dos contornos da cidade, conforme os poucos espaços disponíveis permitem. Chamou a atenção também a associação que fizeram dessa configuração que, em geral, é redesenhada após a ocorrência de sinistros, com aspectos negativos, conflitos e contradições cotidianas, mas também alguns poucos disseram ver a beleza que a cidade possui, o que também é relevante destacar.

Observei que o posicionamento dos participantes foi densamente crítico no que concerne à realidade posta e os legados negativos induzidos pelas incursões capitalistas na região. Eles demonstraram ter noção do estado de exclusão social e insalubridade em que vivem, como se não fossem dignos do direito à cidade.

Houve menção também sobre a ocupação de cargos públicos por pessoal sem a devida qualificação técnica, com sérias implicações de natureza operacional, social e financeira. Projetos deixam de ser elaborados para captação de recursos ou os efeitos se desdobram na elaboração e execução de projetos dissonantes da realidade. Dessa forma, os órgãos que adotam essa sistemática de compensação de favores servem apenas como cabide de emprego, sem nenhuma perspectiva de reversão dos problemas que afligem a sociedade local.

Outra revelação interessante foi o meio encontrado por alguns moradores para manifestarem a sua indignação com a realidade posta ou com a forma como se dá a espoliação de terras na região, somada à exploração dos recursos naturais. Buscam na poesia a liberdade de expressão, e por meio do uso de metáforas se expressam sobre aquela realidade. São estratégias para mostrar a sua face ou a sua voz, diante da realidade vivenciada pelos mesmos.

No que diz respeito ao termo conscientização diversificados sentidos foram atribuídos, inclusive no que se refere à necessidade de sensibilizar as pessoas. Sobre esse aspecto entendo que a efetividade é atingida quando há tomada de consciência por cada indivíduo, a qual implica no reconhecimento de dar significado às questões emergentes do local e tomar posição. Apesar da demonstração de potencial empoderamento, é preciso problematizar a sua própria consciência, o seu estado de consciência.

Os confrontos de ideias foram bastante ricos e ao mesmo tempo propositivos. A multiplicidade de soluções apontadas e contidas na análise dos dados da pesquisa se dirigiu aos elementos que integram o saneamento básico. E, no calor dos debates, a educação ambiental emergiu espontaneamente como proposta de melhoria, com aplicação tanto na educação formal quanto no âmbito das próprias comunidades.

No estado do Amapá, a prática de educação ambiental ainda caminha a passos lentos no que se refere às questões socioambientais. Na capital, Macapá, os projetos realizados são pontuais e sem continuidade. Nos demais municípios é praticamente inexistente, mesmo naqueles que abrigam projetos de elevado porte, como mineradoras e hidrelétricas. O que se faz é insuficiente diante dos impactos causados por esses empreendimentos, como também pela precária infraestrutura urbana nos municípios em face da incipiente prestação de serviços públicos, ou pela atitude inadequada de seus moradores, sobretudo no que concerne à armazenagem de lixo para posterior coleta pelas prefeituras.

No meu entendimento, a forma como se trabalha a educação ambiental nos municípios amapaenses não resolve, é preciso, repensá-la, reformulá-la e efetivá-la de forma proativa e preventiva. Planejar e executar ações que sejam baseadas nas especificidades das questões socioambientais de cada uma das cidades, sempre buscando subsídios no que pensam as comunidades locais.

Nesse universo, eu proponho que a educação ambiental seja implementada, transitoriamente, como disciplina em todos os segmentos da educação formal, porém em sintonia com as comunidades locais. E que as escolas e universidades a absorvam como uma política para melhoria da vida. Como tema transversal é uma proposta interessante, mas complexa de efetivá-la, pois não se pode atribuir responsáveis para tal. Penso uma educação ambiental que perpassasse por todos os âmbitos dos municípios brasileiros na busca e realização de soluções que se direcionem ao enfrentamento das inaceitáveis questões socioambientais que assolam, em especial, as cidades, sejam elas de qualquer porte.

Em especial às pequenas cidades, como Laranjal do Jari, é urgente que haja um olhar prioritário, onde, pelo seu porte, não se pode admitir que tantos problemas dessa natureza se avolumem, interfiram e, estranhamente sejam naturalizados à vida humana. Penso, portanto, uma educação ambiental transformadora, que busque subsídios no seio das comunidades, como também a ela retorne num processo interativo e articulado para o mesmo fim – solucionar as questões socioambientais locais.

Ao final da análise dos dados e resultados da pesquisa, foi possível formular a tese de que os moradores, a despeito das condições em que vivem, compreendem as implicações das questões socioambientais locais e sabem propor alternativas de solução e como se encaixam nos papéis que cada segmento da sociedade desempenha. Em todas as soluções a divisão de papéis está presente, ou seja, houve entendimento de que cabe à população também arcar com uma parcela da responsabilidade pelo equacionamento ou mitigação das questões socioambientais locais.

A tese ora apresentada é um indicativo de que recorrer à leitura que os moradores fazem da cidade pode contribuir para equacionar situações do seu convívio, presentes no meio ambiente no qual estão inseridos, sobretudo, relativas à moradia e questões socioambientais. É uma possibilidade real e sem praticamente nenhum ônus ao poder público. Não obstante, instiga o desenvolvimento da consciência crítica e valoriza o conhecimento empírico, ou seja, os saberes produzidos coletivamente. Nesse sentido, proponho que o poder público tome essas recomendações como subsídios para elaboração e execução de futuras ações governamentais ou políticas públicas, com o intuito de minorar ou equacionar as questões que encetaram a corrente pesquisa. São recomendações válidas não apenas para Laranjal do Jari, mas que poderão ser replicadas para todo o estado do Amapá, na medida em que os problemas socioambientais são comuns, a despeito de cada realidade ter uma história e toda história gerar uma causa e uma consequência.

Nas articulações entre os participantes da pesquisa, observei que, em certa medida, a esperança está se esvaindo em função do histórico descaso com a situação socioambiental local. De todo modo, é fundamental potencializá-la e restaurar a dialogicidade do povo. Refiro-me aos princípios da dialogicidade, na perspectiva freireana. A esperança é o que move a luta por melhorias. Se não há esperança, não há razão para a reunião de moradores, mesmo que seja para discutir questões existenciais e apontar soluções.

A participação popular deve ser concebida como um diferencial na elaboração de diagnósticos e prospecção na solução de problemas e otimização de potencialidades. Mas em Laranjal do Jari os espaços públicos para reunião das comunidades é praticamente inexistentes. Os poucos que há, os quais funcionam como sede de associações de moradores, não tem estrutura adequada, por vezes, nem paredes, como é o caso da associação de moradores do bairro Sagrado Coração de Jesus. Os moradores improvisam os aparatos necessários para que as reuniões ocorram.

A criação de espaços públicos estruturados deve ser uma das prioridades do poder público, pois são locais apropriados para reunião entre moradores a fim de problematizarem questões do seu contexto de vivência e discuti-las com instâncias do poder público. Embora essa articulação entre moradores e poder público esteja distante do desejável é, no meu entendimento, um importante instrumento para uma gestão efetiva. Tanto que, ainda nos dias atuais há gestores públicos que se evadem de debates e dos conflitos resultantes por não terem a dimensão de que, desse modo, perdem a oportunidade de identificar com mais precisão as demandas da população para projetar políticas públicas urbanas de forma mais consistente.

A experiência aplicada no decorrer do trabalho de campo revelou-se muito interessante na aproximação com as comunidades, no fazer com o outro, reconhecer o outro como sujeito de deveres, mas, também, de direitos. E nessa relação com os sujeitos, os problemas são enunciados, assim como as perguntas e respostas. Os ricos dados encontrados vêm corroborar a crença dos autores utilizados no trabalho em torno da importância da cultura popular para solução de problemas socioambientais.

Embora seja um campo ainda pouco explorado para discutir problemas socioambientais urbanos com a participação social, os debates em grupo é bastante fértil para o enfrentamento às adversidades que emergem no cotidiano em qualquer segmento que compõe o espaço urbano. É um exercício democrático que se constrói gradativamente, na medida em que requer efetivamente a própria mudança de atitude de cidadãos e principalmente de gestores públicos.

Acredito que a sociedade brasileira está em processo de democratização, e, nessa perspectiva, a participação popular e o conhecimento da realidade sob a ótica da educação popular são requisitos indissociáveis para fazer face ao exercício da cidadania e à melhoria das condições de vida das pessoas.

O presente estudo não se esgota neste trabalho, mas que sirva de inspiração para outras pesquisas que utilizem o princípio da participação popular para o fortalecimento do exercício da cidadania e autonomia dos cidadãos no sentido de a utilizarem para expressarem o que pensam sobre o seu ambiente de vivência. E que o mesmo instigue o poder público a compreender o Círculo de Cultura, legado deixado por Paulo Freire, como lugar de partilha de poder e de conhecimentos. E que, por meio de suas técnicas de abordagem, empreenda a mobilização popular sempre que for necessário tratar de questões socioambientais nos mais diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALMEIA, Samuel Gomes de.; SOUSA, Diego Guimaraes; VALE, Nilzilene Cristo do. História natural, ecologia e técnicas de manejo em castanhais nativos no sul do Amapá. In: **Desenvolvimento sustentável em áreas de extrativismo da castanha do Brasil no Sul do Amapá**. KANSAKI, Luis Isamu Barros (Org). 1ª ed. Belém: Banco da Amazônia, 2009.

AMAPÁ. Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari. **Código Ambiental do Município de Laranjal do Jari**. Lei Municipal nº 261/2005-PMLJ/AP, de 22 de julho de 2005: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, 2006.

AMAPÁ. Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari. Lei Municipal Nº. 302/2007-PMLJ, 11 de maio de 2007. Institui o Plano Diretor do Município de Laranjal do Jari/AP. **Diário Oficial do Município de Laranjal do Jari**. Laranjal do Jari-AP, Ano II, nº 311, p. 19, 15 de maio de 2007.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 14ª Ed. Campinas – SP: Papirus, 2008 – Série Prática pedagógica.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005 – Série Pesquisa, vol 13..

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ. **Comissão Especial do Parque Montanhas do Tumucumaque**. Macapá, 2004, p.30. Relatório.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 4ª. ed.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. (1977). Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2010.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e Educação Popular**. Brasília: Liber Livro Ed., 2004.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** (1991). Tradutores: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto – PT: Porto Editora, 1994.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro.** Ijuí: Unijuí, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação.** São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 5.764 de 16. 12. 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 20 Out. 20011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 9.795 de 27. 04. 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795>. Acesso em: 13 Out. 2009.

BRASIL. **Constituição (1988):** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de Federal de 1988. Brasília: Senado Federal, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Nº 8.281 de 25. 06. 2002.** Regulamenta a Lei 9795 de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795>. Acesso em: 13 Out. 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Cidade:** guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 3. ed. Brasília: Coordenação de Publicações, 2005a, 273p.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Situação dos entes federados frente às exigências do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Lei 11.124/2005b.** Disponível em: https://www.cidades.gov.br/situacao_snhis/src/?view=>. Acesso em: 17 Jun. 2013.

BRASIL. Presidência da república. Casa Civil. **Lei do Saneamento Ambiental. Lei 11.445 de 05. 01. 2007a** que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/>. Acesso em: 30 Mai. 2013.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 b.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 14 Set. 2012.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Portaria 808 de 07 de dezembro de 2011.** Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/04/Port_808.>. Acesso em: 17 jun. 2013.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Relação de Convênios FUNASA, Estado do Amapá, Abril de 2012.** Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/>>. Acessado em: 17 Jun. 2013.

BROSE, Markus (Org.). **Metodologia Participativa:** uma introdução a 29 instrumentos. 3ª ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed.

CARNEIRO, Glauco. **JARI:** Uma responsabilidade brasileira. São Paulo: LISA, 1988.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.** Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Educação Ambiental Urbana.** Rio de Janeiro: Wad Ed., 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro.** 12ª Ed. São Paulo: Global, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTILHO, Adolfo; OSÓRIO, Jorge. **Construcción de ciudadanías em América Latina: hacia una agenda de la educación ciudadana.** UNESCO, 1997.

CENDALES, Lola; MARÍÑO, Germán. **Educação não-formal e educação popular:** para uma pedagogia do diálogo cultural. Tradução de Tiago Gambi. Edições Loyola: São Paulo, Brasil, 2006.

CERTEAU, Michel. Culturas populares. In: **A invenção do cotidiano.** Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 75-91.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CPRM Serviço Geológico do Brasil. Projeto PRIMAZ - Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia. **Elementos Infra-Estruturais do município de Laranjal do Jari, Informações para Gestão Territorial – GATE**. Ministério de Minas e Energia – Secretaria de Minas e Metalurgia.– Belém-PA, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2005.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; BRAGA, Tânia Moreira. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In: ACSELRAD, Henri (Org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Educação Popular**: desafio à democratização da escola pública. In: Cad. CEDES, Campinas, vol.27, n.71, p. 9-17, jan. / abr. 2007.

FIRJAN - FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**, 2010. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: 10 Jul. 2013.

FORÇA TAREFA LOCAL. **Diagnóstico sócio-econômico e ambiental da cidade de Laranjal do Jari**. Acervo PDP. Laranjal do Jari(AP), 2006. Relatório.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1967.

_____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido**. (1968). 50ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FUCHS, Angela Maria Silva et al. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EDUFU, 2013.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

GARRIDO FILHA, Irene. **O PROJETO JARI e os Capitais estrangeiros na Amazônia**.

Petrópolis – RJ: Vozes, 1980.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

_____. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREISSING, Anna. A região do jari, do extrativismo ao agronegócio: as contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia florestal no exemplo do Projeto Jari. **REU, Sorocaba, SP, v. 36, n. 3, p. 43-75**, dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=reusstfp&page=>>. Acesso em: 21 Ago. 2012.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: no consenso um embate?** 4ª ed. Campinas-SP: Papirus, 2007.

HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In: **DA DIÁSPORA: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (Org); tradução de Adelaine La Guardia Resende et. al. 1ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 317-330.

IBGE. **Dados Censitários da Região Norte (1991/2000)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo Demográfico 2007**. Rio de Janeiro: IBGE. Perfil dos Municípios. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 05 Mai. de 2006.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, Perfil dos Municípios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=160027>>. Acesso em: 14 Mai. 2013.

_____. **Mapa de Pobreza e Desigualdade – Municípios Brasileiros**, 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/ssp>>. Acesso em: 25. Set. 2013.

_____. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=160027&idtema=>>. Acesso em: 26 Set. 2013.

IEPA - INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ. **Zoneamento Ecológico e Econômico da Área Sul do Estado do Amapá - Atlas:** Projeto de Gestão Integrada-PGAI, preparado para o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;. Macapá-AP: 2000.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Caderno de Pesquisa.** São Paulo, n. 118. p. 189-205, março/2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/gpea/bub>>. Acesso em: 10 Jan. 2011.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do saber:** Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** (1968). Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2006, 4^a ed. 2006.

LINS, Cristovão. **Jari:** 70 anos de história. Rio de Janeiro: 2001.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia:** Estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992. (Coleção Amazoniana, 1).

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades:** Alternativas para a crise urbana. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia; FERREIRA, João S. W. **Estatuto da Cidade: essa lei vai pegar?** Publicado no Correio da Cidadania, nº252, semana de 7 a 14 de julho de 2001.

MENDIOLA Alfonso; ZERMEÑO Guillermo. **Hacia una metodología del discurso histórico.** In: CÁCERES, Jesús Galindo Coord. Técnicas de investigación: En sociedad, cultura y comunicación. Primera Edición, México: Pearson, 1998.

MILITÃO, Albigenor & Rose. **Histórias e fábulas aplicadas a treinamento.** Rio de Janeiro: Qualitymark, Ed, 2002.

MINAS GERAIS. **Lei Completar nº 113 de 27 de dezembro de 2011/** Prefeitura de Ouro Preto. Dispõe sobre o programa “Quem preserva paga menos”. 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 9ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília – DF: UNESCO, 2004.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Documento Final. A/CONF.216/L.1*RIO + 20.** O site oficial da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20 é sua versão em inglês (www.uncsd2012.org). Disponível em: <http://www.rio20.info/2012/?s=documento+final&x=0&y=0>>. Acesso em: 25 Jun. 2012.

OLIVEIRA, Alzira Marques. **Indicadores de vulnerabilidade e risco socioambiental para prevenção e mitigação de desastres naturais na Bacia do Rio Jari.** 2011. 111f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2011.

OLSON, Mancur. **A lógica da Ação Coletiva.** São Paulo: Edusp, 1999.

PAIVA, Jane. Compreensões da educação popular e questões que subsidiam a formação do educador. In: SANTOS, Renato Emerson dos et. al. (Orgs.). **Educação popular, movimentos sociais e formação de professores:** diálogos entre saberes e experiências brasileiras. Petrópolis, RJ: DP et ali: Rio de Janeiro, FAPERJ, 2010. p. 141-165.

PAIXÃO, Eliana do S. de B. **Plano Diretor Participativo:** análise das contribuições e alternativas para os problemas urbanos das áreas de várzea do município de Laranjal do Jari (AP). 2008. 148f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2008.

PÉREZ et al. **Los métodos teóricos de investigación.** In: Metodología de la investigación educacional. Primera parte. La Habana, 1996.

PINTO, Lúcio Flávio. **JARI:** Toda a verdade sobre o projeto de Ludwig – As relações entre Estado e multinacional na Amazônia. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO. **ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL,** 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>, acesso em 20 Jul. 2013.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá:** Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000). Macapá: SETEC, 2003.

RABELO, Benedito Vitor et al . **Laranjal do Jari:** Realidades que devem ser conhecidas. Macapá: IEPA, 2004. 114 p.

REIGOTA, Marcos. Fundamentos Teóricos para a realização da Educação Popular. **Em Aberto, Brasília,** v. 10, n. 49, jan./mar. 1991. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view>>. Acesso em: 17 Out. 2011.

_____. **A floresta e a escola:** por uma educação ambiental pós-moderna. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Meio ambiente e representação social.** 6ª ed., São Paulo: Cortez, 2004.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho; FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro; CAMPOS, Índio. A socioeconomia da castanha-do-pará no estado do Amapá. In: **Desenvolvimento sustentável em áreas de extrativismo da castanha do Brasil no Sul do Amapá.** KANSACKI, Luis Isamu Barros (Org). 1ª ed. Belém: Banco da Amazônia, 2009.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho. **Capital Social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá.** São Paulo: All Pint Editora, 2011.

ROCHA, Sônia (2002). **Pobreza, Desenvolvimento e Política Social:** O caso do Estado do Amapá. Relatório preparado para o Banco Mundial (Projeto Rain Forest).

ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade:** Instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. Polis 2001. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicações_interno.asp?codigo=92>. Acesso em 27 Jun. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAUTCHUK, Jaime et al. **PROJETO JARI:** a Invasão Americana: as multinacionais estão saqueando a Amazônia. 9. ed. São Paulo – SP: Brasil Debates, 1979.

SILVA, Ângela Maria et al. **GUIA PARA NORMATIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO-CIENTÍFICO:** projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5. ed. Uberlândia - MG: EDUFU, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **De ilusão também se vive:** caminhos e descaminhos da democratização do planejamento e gestão urbanos no Brasil (1989 - 2004). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11, 2005, Salvador – Bahia – Brasil. Anais. Anpur, 2005. 19 p.

_____. **Mudar a Cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. **A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.

STRECK, D. R. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. ANPED, v.15, n. 44, p. 300-310, maio/ago. 2010.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As Três Metodologias**: Acadêmica, da Ciência e da Pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12ed. São Paulo - SP: Cortez: Autores Associados, 2003.

TOSTES, J. A. **Planos Diretores do Estado do Amapá**: Uma contribuição para o Desenvolvimento Regional. Série Arquitetura e Urbanismo na Amazônia. Editor: TOSTES, J. A. Macapá-AP, 2006.

_____. **Universidade Federal do Amapá e os agentes sociais na orientação das populações ribeirinhas da cidade de Laranjal do Jari**: abordagem na área de saneamento ambiental. In: CUNHA, Egláisa Micheline Pontes; MARTINS, Iguatemy Maria de Lucena (orgs). Programa de Apoio à Extensão Universitária MEC/Cidades - PROEXT. Brasília: 2007.

_____, José Alberto. **Planos Diretores do Estado do Amapá. A experiência do município de Laranjal do Jari: uma contribuição para o desenvolvimento regional**. Macapá: UNIFAP, 2009. 264p.

_____. Áreas protegidas e a Real Necessidade de Medidas Compensatórias. In: **Além da Linha do Horizonte**. João Pessoa: Sal da Terra Editora, 2012.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. 2. Ed. Campinas SP: Autores Associados, 2008.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto Miranda (Orgs). **Cidade e Empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TRISTÃO, Martha. **Os contextos da educação ambiental no cotidiano**: racionalidades da/na escola. Disponível em: < www.anped.org.br/reunioes/27/gt22/>. Acesso em: 26 out. 2011

VEIGA, Cynthia Greive. Projetos Urbanos e Projetos Escolares: aproximação na produção de representações de educação em fins do século XIX. **Educação em Revista**. Belo Horizonte: Dez/1997, Nº 26.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Educação Popular: bases históricas e conexões contemporâneas. In: _____. **Educação Popular**: metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez, 2010. p.19 a 42.

APÊNDICE A

Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação - FAGED
Programa de Pós-Graduação em Educação

Av. João Naves de Ávila, nº 2.160 – Campus Stª Mônica – Bloco “G”. CEP 38.400-092 –
Uberlândia/MG. Telefax: (034) 3239-4212

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS PARA PUBLICAÇÃO

Eu, _____, casado(a) ou solteiro(a), CPF nº _____, morador(a) do bairro _____, da cidade de Laranjal do Jari (AP), declaro para os devidos fins que cedo e transfiro gratuitamente os direitos de minha imagem, da mesma forma que minhas proposições (verbais, escritas e por meio de desenhos) apresentadas em oficinas, as quais serão também gravadas, fotografadas e filmadas para que ELIANA DO SOCORRO DE BRITO PAIXÃO, aluna do curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU (MG), possa utilizá-las integralmente, sem restrições de prazos, meios de divulgação e limites de citações, a partir da presente data.

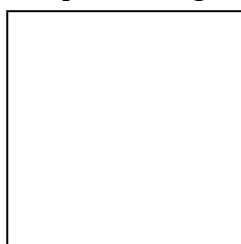
Abdicando de meus direitos, o controle dos registros realizados nas oficinas fica vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação - PPGED da Faculdade de Educação – FAGED/UFU, a qual terá a sua guarda.

Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário tenho plenamente os direitos morais sobre os referidos registros, de sorte que sempre terei meu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

Laranjal do Jari (AP), _____ de _____ de 2012.

Participante da oficina

Impressão digital



APÊNDICE B

**Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação - FAGED
Programa de Pós-Graduação em Educação**

Av. João Naves de Ávila, nº 2.160 – Campus Stª Mônica – Bloco “G”. CEP 38.400-092 –
Uberlândia/MG. Telefax: (034) 3239-4212

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS PARA PUBLICAÇÃO

Eu, _____, casado(a) ou solteiro(a), CPF nº _____, morador(a) do bairro _____, da cidade de Laranjal do Jari (AP), declaro para os devidos fins que cedo e transfiro gratuitamente os direitos de minha entrevista gravada e filmada, para que ELIANA DO SOCORRO DE BRITO PAIXÃO, aluna do curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU (MG), possa utilizá-la integralmente, sem restrições de prazos, meios de divulgação e limites de citações, a partir da presente data.

Abdicando de meus direitos, o controle da entrevista com filmagens fica vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação - PPGED da Faculdade de Educação – FAGED/UFU, a qual terá a sua guarda.

Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário tenho plenamente os direitos morais sobre o referido depoimento e imagens, de sorte que sempre terei meu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

Laranjal do Jari (AP), _____ de _____ de 2012.

Entrevistado

Impressão digital

